

# A FUNDESTE E O ENSINO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE

50 anos de história

Mirian Carbonera  
André Luiz Onghero  
(Orgs.)



A Fundeste  
e o ensino superior  
no oeste catarinense  
50 anos de história



## Coleção História e Patrimônio



Mirian Carbonera  
André Luiz Onghero  
(Orgs.)

A Fundeste  
e o ensino superior  
no oeste catarinense  
50 anos de história

  
ARGOS  
Editora da Unochapecó  
Chapecó, 2020



Presidente  
Vincenzo Francesco Mastrogiacomio

Vice-Presidente  
Ivonei Barbiero



Reitoria

Reitor: Claudio Alcides Jacoski  
Vice-Reitora e Pró-Reitora de Graduação: Silvana Muraro Wildner  
Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação: Andrea Marocco  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues  
Pró-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Vanessa da Silva Corralo



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Servidão Anjo da Guarda, 295-D – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-900  
(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos  
Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti Silveira

Conselho Editorial

Titulares: Clodoaldo Antônio de Sá (presidente), Cristian Bau Dal Magro (vice-presidente),  
Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Andréa de Almeida Leite Marocco, Cleunice Zanella,  
Hilario Junior dos Santos, Vanessa da Silva Corralo, André Luiz Onghero,  
Circe Mara Marques, Gustavo Lopes Colpani, Rodrigo Barichello,  
Odisséia Aparecida Paludo Fontana, Andrea Díaz Genis, José Mario Méndez Méndez  
e Suelen Carls.

Suplentes: Prof. Reginaldo Pereira, Márcia Luiza Pit Dal Magro,  
Josiane Maria Muneron de Mello, Maria Assunta Busato,  
Rodrigo Oliveira de Oliveira e Idir Canzi.

Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

- 
- F981 A Fundeste e o ensino superior no oeste catarinense:  
50 anos de história [recurso eletrônico] / Mirian  
Carbonera e André Luiz Onghero (Orgs.). –  
Chapecó, SC: Argos, 2020.  
170 p.: il. color.; – (Perspectivas; 37) –
- Inclui bibliografias  
ISBN: 978-65-88029-01-5
1. Educação - Ensino superior - Oeste Catarinense
  2. Fundeste - História I. Carbonera, Mirian. II. Onghero,  
André Luiz. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 378

---

Catálogo elaborado por Viviane Formighieri Müller CRB 14/1598  
Biblioteca Central da Unochapecó

*Os autores dedicam essa obra a todos os colaboradores que trabalharam para a constituição da Fundeste, dedicando parte de suas vidas em prol da instituição e de um Ensino Superior de qualidade, crítico, transformador e libertador.*

# *Linha do tempo*

1970 – 04 de julho, criação da Fundeste na Assembleia Geral dos Municípios da AMOSC e AMEOSC.

1971 – 27 de maio, através da Lei Municipal n. 101/71, a Fundeste foi declarada de utilidade pública municipal.

1971 – 17 de junho, registro da Carta Estatutária, aprovada em 30 de novembro de 1970, no Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos do 1º Distrito da Comarca de Chapecó, no livro competente de Registro de Sociedades Civas e Pessoas Jurídicas, em livro número 3, fls. 63 a 65 v., sob número de ordem 255.

1971 – 30 de agosto, através da Lei Estadual n. 4.614, a Fundeste foi declarada de utilidade pública estadual.

1971 – 06 de dezembro, instituição da Fundeste, através da Lei Municipal n. 141, com efeitos retroativos a 04 de julho de 1970.

1971 – Criação da Faculdade de Ciências da Educação (FACIE), com projeto do curso de Pedagogia aprovado através do parecer n. 262/71 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

1972 – Funcionamento da FACIE autorizado através do Decreto Presidencial n. 69970/72.

1972 – Início das aulas da turma de Pedagogia, primeiro curso implantado.

1973 – Criação do Centro de Ensino Superior (CES/Fundeste) pelo Decreto Presidencial n. 73.625, incorporando a FACIE.

1978/1979 – Implantação do curso de 2º Grau em Agropecuária em São Carlos.

1982 – 26 de abril, através do Decreto n. 87.122, a Fundeste foi decretada de utilidade pública federal.

1982 – Formatura da primeira turma de Pós-Graduação *lato sensu* em Engenharia de Produção.

1985 – Abertura de cursos na FUNESC, em São Miguel do Oeste.

1987 – Abertura de cursos na FEMAI, em Xanxerê.

1986/1987 – Criação dos primeiros programas de pesquisa e extensão: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e Setor de Educação Permanente (SEP).

1990 – Integração entre Fundeste, FUOC e FEMARP para formação de uma universidade regional.

1992 – 11 de maio, publicação do despacho do Ministro José Goldemberg no Diário Oficial da União, no qual foi homologado o Parecer n. 587/91, do Conselho Federal de Educação, favorável à implantação do projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

1995 – 23 de agosto, contrato de cessão real de uso, registrado no Cartório Registro de Documentos de Chapecó, no qual a Fundeste resguardou a propriedade do seu patrimônio inicial, em relação à Fundação UNOESC.

2001 – Início do processo de desligamento do Campus Chapecó da UNOESC.

2001 – A Assembleia Geral da Fundeste aprovou o seu desligamento da Fundação UNOESC com a finalidade de constituir uma nova Instituição de Ensino Superior.

2001 – 19 de dezembro, a Fundeste encerrou o contrato de cessão de direitos reais de uso, retomando a posse dos bens cedidos, conforme Instrumento Particular de Distrato firmado entre a Fundação UNOESC e a Fundeste.

2002 – 27 de agosto, Credenciamento da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) através de Decreto Estadual n. 5.571.

2003 – Criação do Instituto Regional para o Desenvolvimento Sustentável hoje Instituto Goio-En.

2005 – Implanta o primeiro Mestrado (Ciências Ambientais).

2006 – Criação da Farmácia Escola Unochapecó.

2011 – Iniciam as residências médicas no Hospital Regional do Oeste (HRO).

2012 – Criação do Parque Científico e Tecnológico Chapeco@.

2014 – A Unochapecó foi qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior.

2017 – Implanta o primeiro Doutorado (Ciências da Saúde).

2019 – Inaugura a Clínica de Medicina Veterinária.

2019 – Ministério da Educação concede nota 5 (cinco), nota máxima na avaliação da Unochapecó.

# *Lista de siglas*

ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ABRUC	Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACIC	Associação Comercial Industrial Chapecó
AMAI	Associação dos municípios do Alto Irani
AMEOSC	Associação dos municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina
AMOSC	Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina
CAC	Centro de Atendimento à Comunidade
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEOM	Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina

CES	Centro de Ensino Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFAFE	Confraternização dos Funcionários Administrativos das Fundações Educacionais do sistema ACAFE
CONSUN	Conselho Universitário
CRES	Colóquio sobre a Regionalização do Ensino Superior
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUC	Consórcio Universitário Católico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EFAPI	Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
ETC	Escola Técnica de Comércio
FACIE	Faculdade de Ciências da Educação
FAFI	Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FAPEX	Fundo de Apoio à Extensão
FEDAVI	Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
FEMAI	Fundação Educacional do Alto Irani
FEMARP	Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe

FEPEVI	Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí
FESSC	Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Rio Grande do Sul
FISC	Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
FUNDAJE	Fundação Joinvilense de Ensino
FUNDESTE	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
FUNESC	Fundação do Extremo Oeste de Santa Catarina
FUNOESC	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina
FUOC	Fundação Universitária do Oeste Catarinense
FUPF	Fundação Universitária de Passo Fundo
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GTEU	Grupo de Teatro Expressão Universitária
HEMOSC	Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBTEC	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação e Cultura/Ministério da Educação
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NESVI	Grupo de Pesquisa sobre Violências
PDE	Plano de Desenvolvimento da Extensão
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIRAQUÉ	Projeto de Preservação dos Peixes Migradores do rio Uruguai
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PR	Paraná
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático

PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SAC	Sociedade Amigos de Chapecó
SC	Santa Catarina
SEP	Setor de Educação Permanente
SERCA	Secretaria de Registro e Controle Acadêmico
SICOM	Sindicato do Comércio da Região de Chapecó
SPU	Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFACRI	União das Faculdades de Criciúma
UNIJUÍ	Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense

UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESTE	Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina

# *Sumário*

## **Prefácio**

Vincenzo Francesco Mastrogiacomo

## **Prefácio**

Claudio Alcides Jacoski

## **Apresentação**

Mirian Carbonera, André Luiz Onghero

## **CAPÍTULO 1**

### **O contexto histórico e educacional do oeste catarinense**

André Luiz Onghero, Mirian Carbonera

## **CAPÍTULO 2**

### **A criação da Fundeste**

André Luiz Onghero, Mirian Carbonera

### **Fotografias das décadas de 1970 e 1980**

### **CAPÍTULO 3**

#### **Uma universidade para o oeste catarinense**

Silvana Winckler, Arlene Renk

### **CAPÍTULO 4**

#### **Do Campus Chapecó à Unochapecó**

Arlene Renk, Silvana Winckler

### **CAPÍTULO 5**

#### **A Fundeste no século XXI**

Mirian Carbonera, André Luiz Onghero

### **CAPÍTULO 6**

#### **As comunitárias em tempos de incertezas: apontamentos sobre as possibilidades de futuro das instituições comunitárias**

Odilon Luiz Poli

#### **Fotografias das décadas de 1990, 2000 e 2010**

#### **Referências**

#### **Anexos**

#### **Sobre os autores**



# *Prefácio*

*Vincenzo Francesco Mastrogiacomo<sup>1</sup>*

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), criada em 4 de julho de 1970, completa seus 50 anos. Nasceu de uma vontade da população oestina de ter Ensino Superior em sua região. Daquele momento até agora são mais de 44 cursos de graduação, proporcionando à comunidade mais de 33 mil profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

A Fundeste, por meio de suas três mantidas – a Unochapecó, a Farmácia Escola e o Instituto Goio-En – tem proporcionado um desenvolvimento educacional e técnico da maior importância.

A Unochapecó, nossa Universidade, foi reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) com 5 (cinco), nota máxima, o que lhe conferiu destaque de qualidade no cenário do Ensino Superior.

Nossa instituição desde sua criação se destaca pela atuação na comunidade, especialmente na esfera social. Sua parceria constante entre o poder público e as instituições comunitárias tem direcionado esforços no sentido de proporcionar apoio necessário para que grupos de menor poder aquisitivo possam ter acesso ao Ensino Superior. Por meio das bolsas de estudos, os jovens estudantes têm a possibilidade de cursar uma graduação e ter mais chances de conseguir um lugar no mercado de trabalho, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico não só da região, mas também do País.

---

<sup>1</sup> Formado em Engenharia Química, é empresário do segmento agroindustrial e presidente da Fundeste nas gestões 2011/2013, 2014/2016, 2017/2019 e atualmente.



Nada disso seria possível se não contássemos com uma equipe de professores e técnicos de formação qualificada e que se compromete para transmitir e difundir o conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, sempre preparados a acompanhar o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico.

Estamos muito felizes por ter alcançado esse patamar de desenvolvimento educacional, cultural e científico. Sabemos que devemos continuar nos aperfeiçoando, estudando, inovando e dando condições técnicas e materiais para enfrentar os novos desafios da educação, ciência e tecnologia que avançam em passos largos e são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea.

Parabéns Fundeste pelos seus 50 anos!



# *Prefácio*

*Claudio Alcides Jacoski<sup>1</sup>*

Com muita honra e orgulho escrevo estas palavras, para este importante documento e que marca este momento tão especial para nossa querida Unochapecó. Completar 50 anos de vida é uma marca significativa para qualquer organização, e para a Uno, como a chamamos carinhosamente, fica um sentimento todo especial.

Nossa querida Unochapecó tem uma linda caminhada que orgulha qualquer um que esteve ou está vivendo em seu ambiente. Uma organização de destaque em todo o País e que começa agora a alçar voos internacionais.

Vive-se uma evolução no contexto de Universidades comunitárias, em especial, a Instituição avança em um processo de transformação para constituir-se em uma Universidade Empreendedora. Nos últimos anos, esta semente de transformação foi plantada, e quem sabe, muitos que agora leem estas páginas já no futuro, poderão contemplar a caminhada que se fez, como uma Universidade destaque e que experimenta uma nova fase frente ao complexo cenário brasileiro da Educação Superior.

Neste livro será possível avaliar os primórdios da Fundeste e do Ensino Superior no oeste catarinense, compreendendo o caráter comunitário e a responsabilidade desta instituição com o desenvolvimento regional. Também será possível entender o movimento para o surgimento da Instituição na década de 1970, as demandas e processos que suscitaram o lançamento de novos cursos ofertados pela instituição, bem como o

---

1 Reitor da Unochapecó.

processo de unificação com outras fundações para constituir uma Universidade Regional e o surgimento do projeto de uma Universidade própria, com autonomia e mais próxima de nossa comunidade. Por fim, uma reflexão sobre o cenário atual do Ensino Superior e as perspectivas futuras.

Tenho certeza que este livro contemplará a expectativa dos leitores, e mais que isso, será um referencial para o futuro, onde se espera que muitas outras comemorações possam ocorrer na nossa querida Unochapecó.

A Universidade atualmente se destaca e dá sua contribuição em importantes organizações que representam as Instituições comunitárias, como no Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), na Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ABRUC) e no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Aliás, cabe mencionar que a Unochapecó está pela primeira vez na presidência da ACAFE, fato a ser registrado.

Com toda a certeza, nos textos que se apresentam, não se teve o intuito de abarcar tudo o que se passou, pois a caminhada histórica é significativa, e vive-se atualmente um momento de transformação e ambiciosos passos para consolidação do projeto de uma Universidade destacada, no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação.

Recentemente, seu recredenciamento com nota máxima junto ao MEC a coloca dentre as 5% de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil que atingiram a nota 5 em processos avaliativos. Isto é uma marca para uma Universidade comunitária, instalada no interior do Brasil e do estado de Santa Catarina, com todos os desafios que os tempos impõem. Seu caráter transformador e impulsionador de desenvolvimento é a marca que fica para a história. Sim, uma Universidade com história, com atuação presente na comunidade e com um futuro claro de desenvolvimento da região a partir da inovação e produção de conhecimento. Já são inúmeras premiações e destaques recebidos pela geração de novos empreendimentos inovadores e soluções científicas e tecnológicas que demonstram o caminho ainda a ser trilhado, com um ensino inovador, um forte relacionamento com a sociedade, sempre cumprindo sua missão, que é a promoção do desenvolvimento regional.

Que orgulho ver e estar vivendo nossa Unochapecó, e seguir firme sua caminhada de uma Instituição que tanto contribui para o sucesso da grande região do oeste de Santa Catarina, produzindo conhecimento e profissionais de destaque mundial. Nossa história mais uma vez fica registrada neste documento, que espero que cumpra com a curiosidade e interesse do leitor e da nossa intenção de homenagear o cinquentenário da nossa Unochapecó.



# *Apresentação*

*Mirian Carbonera*

*André Luiz Onghero*

Era 4 de julho de 1970 quando se criou a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). Foi instituída a partir do movimento de lideranças comunitárias, políticas, empresariais, estudantes e da população que desejava Ensino Superior na região. Passados 50 anos, a Fundeste, como o próprio nome sugere, tornou-se símbolo no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina.

O livro procura abordar a trajetória do Ensino Superior no oeste catarinense partindo da trajetória histórica da Fundeste, a primeira fundação criada com o objetivo de ofertar cursos de Ensino Superior na região. Essa trajetória levou à constituição da Unochapecó a partir da qual foram criados o Instituto Goio-En e a Farmácia Escola. Ao completar 50 anos de existência da Fundação, é importante voltarmos nosso olhar ao passado. Refletir sobre essa caminhada possibilita pensar o presente e planejar o futuro. Como veremos no primeiro capítulo, a criação da Fundeste ocorreu na perspectiva desenvolvimentista que tinha a indústria como parâmetro de progresso. A ampliação do acesso ao Ensino Superior em diferentes pontos do Brasil era uma aposta para o desenvolvimento do País.

No segundo capítulo é discutida a implantação da Fundeste, por meio da qual seriam ofertados cursos de graduação. O modelo de criação de fundações comunitárias, entre outros motivos, está ligado ao modelo de colonização levado a cabo no Sul do Brasil e a regiões onde o Ensino Superior estatal público não chegava. As fundações mantenedoras nem privadas, nem públicas, mas comunitárias possibilitaram inicialmente a



oferta de cursos de graduação. A Fundeste é um desses casos, nascida com o apoio de mais de 30 municípios da região. Iniciou suas atividades com o curso de Pedagogia, já que um dos grandes déficits regionais era a falta de professores habilitados. Algumas questões acompanham a instituição desde sua gênese, a grande preocupação com as problemáticas da região e as dificuldades com a sustentabilidade. Muito embora, inicialmente, não estava no horizonte ser Universidade, diferentes movimentos conduziram a Fundeste a buscar essa condição. Uma década após sua implantação, esse período foi marcado pela expansão quando o Centro de Ensino Superior (CES/Fundeste) passou a ofertar cursos em outros municípios. Além disso, na década de 1980, estimulou a pesquisa e a extensão com a criação do CEOM e do SEP.

A criação da Universidade, em meio a incertezas e o desejo de dar um passo além, é abordado no terceiro capítulo. A Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) surge em 1992 quando a Fundeste se une a outras fundações para obter o *status* de Universidade, a partir de um modelo multicampi. Delinearam-se novos desafios e muitos obstáculos a serem superados, havia muito a ser feito para a Universidade ser constituída de fato, como elaboração das políticas de ensino, pesquisa e extensão. O Campus Chapecó durante essa década cresceu muito em números de cursos, de alunos, de estrutura física, mas ainda havia questões a serem ultrapassadas, dentre elas a criação de programas *stricto sensu* próprios, corpo docente com titulação mais alta, além de qualificar, aumentar e difundir a produção científica. Apesar da unificação, os *campi* seguiram trajetórias diferentes que levaram a separação do Campus Chapecó da UNOESC e a criação da Unochapecó.

O quarto capítulo apresenta a passagem da UNOESC/Campus Chapecó para a constituição da nova mantida da Fundeste, a Unochapecó. O quinto capítulo aborda a Fundeste no século XXI, sua estrutura e a caminhada rumo a consolidação da Unochapecó, quando foram implantados, por exemplo, os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu*. Momento marcado também pela expansão da estrutura física com a construção de novos blocos, ampliação e criação de novos laboratórios, de programas e projetos de extensão, grupos de pesquisa, dentre outros. Ao mesmo tempo, ocorre uma reformulação da oferta de cursos de graduação. Entretanto, também nesse período com a crise das licenciaturas muitos cursos de graduação deixaram de existir, e não somente as licenciaturas, mas muitos outros cursos foram fechados, ao passo que novas demandas possibilitaram a criação de novos cursos, levando a uma expansão da área de saúde e engenharias.

O último capítulo analisa os desafios das instituições universitárias na contemporaneidade. Embora tenham uma história de longa duração de quase um milênio, diferentes crises acompanham a trajetória das IES. Fruto da produção humana, as universidades não podem ser analisadas em separado dos contextos históricos. Em tempos de modernidade líquida e fluída, como sugere Bauman (2001), a movimentação de pessoas e a competição econômica são algumas das características desse tempo, cenário que afeta também as Universidades. No contexto do Ensino Superior, as Universidades comunitárias definidas pela Lei n. 12.881 de 2013, muito embora sejam reconhecidas pelo importante papel nas comunidades onde estão inseridas, vivenciam um grande desafio: a sustentabilidade financeira. Com poucos recursos públicos e num cenário de competição com o Ensino Superior totalmente privado, as Universidades comunitárias têm um futuro incerto. Nesse contexto, alternativas sustentáveis devem estar no horizonte, esperando que o modelo de universidades comunitárias se fortaleça e se amplie.



Em meio a esse momento histórico complexo, 2020, ano em que a Fundeste completa cinco décadas de existência, também será marcado por grandes e profundas transformações na estrutura acadêmica da Unochapecó. A fundação, por meio de suas mantidas, tem contribuído sobremaneira para a transformação de Chapecó e região com a formação de milhares de profissionais em nível de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, além das inúmeras atividades de pesquisa e extensão.

Este livro é o resultado da pesquisa em documentos, leituras, encontros e traz diferentes olhares sobre a história da Fundação. Queremos agradecer a gestão da Fundeste pela iniciativa de marcar essa passagem com um livro, aos autores dos capítulos que aceitaram o desafio sempre em meio a tantas obrigações, a gestão da Unochapecó, Farmácia Escola, Instituto Goio-En e a todos que colaboraram de uma ou outra maneira com dados, documentos, informações para produção desta obra. Sabemos que as memórias históricas geralmente precisam ser selecionadas, pois não há como contemplar todos os fatos e transformações ocorridas ao longo dessas cinco décadas. A Fundeste, através de suas mantidas, sem sombra de dúvidas, é uma instituição planejada e construída com o trabalho de milhares de profissionais, gestores, docentes, técnicos, estudantes e pela comunidade. Cada curso, área, programa, diretoria, poderia render páginas e páginas de história, por isso, ao revisitar o passado tivemos a oportunidade de manusear documentos, pensar nas dores e angústias vivenciadas nos momentos difíceis e desafiadores, mas sobretudo da alegria dos milhares de egressos que tiveram a oportunidade de transformar suas vidas após cursar o Ensino Superior, de pensar que o conhecimento é um mar de possibilidades. Com limite de tempo e de páginas, na dura tarefa da seleção, sem a pretensão de considerar todos os fatos ocorridos e os sujeitos envolvidos e tampouco ressaltar ações individuais, escolhemos o caminho do processo, da soma de ações coletivas, esperando que a leitura desperte muitas outras narrativas.

Dezembro de 2019.

# *Capítulo 1*

## *O contexto histórico e educacional do oeste catarinense*

*André Luiz Onghero*  
*Mirian Carbonera*

Refletir sobre o contexto de implantação do Ensino Superior no oeste catarinense nos leva a identificar alguns elementos históricos fundamentais na composição dos discursos e projetos que alcançaram efetivação por meio da articulação de interesses diversos presentes naquele momento. Neste capítulo buscamos apresentar o cenário regional, em relação aos elementos históricos que constituíram a região e, em traços gerais, como a educação escolar foi configurada, especialmente na década de 1960, para que o leitor possa compreender o ponto de partida na trajetória da Fundeste.

Quando utilizamos a expressão oeste catarinense, nos referimos a uma concepção de espaço constituída historicamente a partir do território com cerca de 14 mil km<sup>2</sup>, estendendo-se do rio Irani até a fronteira com a Argentina, que em 1917 passou a ser o município de Chapecó. A criação deste município fronteiriço, um braço catarinense entre o Rio Grande do Sul e Paraná, alcançando os limites nacionais, ocorreu após disputas territoriais, entre Brasil e Argentina e em seguida entre Paraná e Santa Catarina. A dimensão do município foi mantida até 1953, quando os primeiros distritos alcançaram a emancipação<sup>1</sup>.

---

1 Essa delimitação também é sinônimo para o conceito de “Velho Chapecó”. Essa extensão territorial perdurou até o ano de 1953, quando teve início a primeira série de emancipações de distritos de Chapecó (Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Xanxerê e Xaxim), que, seguida pelas emancipações de 1958 (Campo Erê e São Lourenço do Oeste), 1961 (Coronel Freitas e Quilombo) e 1962 (Águas de Chapecó e Caxambu do Sul), reduziram o território de Chapecó de 14.053 km<sup>2</sup> para a 1.005 km<sup>2</sup>.



Alguns anos antes das primeiras emancipações, no censo populacional de 1950, o município de Chapecó registrou a maior população de Santa Catarina, com 96.624 habitantes. A imensa maioria vivia na zona rural (86.868 habitantes) e a sede de Chapecó constituía o maior núcleo urbano, mesmo contando com apenas 2.633 habitantes (IBGE, 1955). As emancipações dos distritos dividiram a cifra populacional em novos municípios, com marcada característica agrícola, resultado do processo de colonização<sup>2</sup> da região, que, por meio da comercialização de lotes de terra, promoveu a instalação de famílias, constituídas principalmente por agricultores com descendência europeia (a maior parte descendentes de italianos, alemães e poloneses), vindos, em grande parte, do estado vizinho, o Rio Grande do Sul.

Esta comercialização da terra, que expropriou os habitantes anteriores da região – indígenas e caboclos –, ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento das atividades extrativas da madeira e erva-mate, possibilitando a formação de elites econômicas e políticas. Na década de 1950, as elites políticas de Chapecó passaram a propagar discursos de progresso, utilizando os jornais “A voz de Chapecó” – ligado ao Partido Social Democrático (PSD), ao qual estava filiado o grupo mais tradicional da cidade, vinculado à família Bertaso – e o jornal “O imparcial” – editado pelo grupo de oposição, com discurso mais liberal e vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN)<sup>3</sup>. Nessa época, até mesmo o grupo mais tradicional buscava no discurso progressista e nas ações, como a instalação de um frigorífico, desfazer a imagem projetada com a queima da Igreja e o linchamento dos presos<sup>4</sup> ocorrido no ano de 1950.

## Para o desenvolvimento do oeste: o contexto regional e a concepção de progresso na década de 1960

Entre 1960 e 1970, a região oeste apresentou a maior taxa de crescimento populacional, em relação ao estado de Santa Catarina, com 6,3%. A região totalizava 446.431 habitantes, o equivalente a 15,2% da população do Estado. Mattos (1973) relaciona o crescimento populacional da região ocorrido naquele momento como decorrência do processo migratório característico da colonização, que era voltado principalmente para o espaço rural, fator indicado pela baixa taxa de urbanização que era de apenas 19%. A densidade demográfica apresentada era de 32 hab./km<sup>2</sup>, um pouco acima do índice estadual de 30 hab./km<sup>2</sup>. Para o autor, o oeste catarinense apresentava-se como um local em “evolução”, pois, diferentemente do restante do Estado, havia iniciado sua colonização somente em princípios do século XX e ainda mantinha atividades características do processo inicial da exploração do território, como a extração madeireira<sup>5</sup>.

2 Informações sobre o processo de colonização do oeste catarinense são encontradas em várias obras, entre elas, Renk (1997, 1999, 2004), Eidt (1999, 2009), Werle (2001), Poli (2001, 2002), Simoni (2003), Vicenzi (2008), Werlang (2006), Radin (2009), Radin e Vicenzi (2017).

3 A conjuntura política da década de 1950 e atuação da imprensa nesse período é abordada por Hass (1997) e Vojniak (2004).

4 Sobre este assunto, sugere-se consulta à obra de Hass (2003).

5 Outros autores, como Bellani e Almeida (1991) e Bavaresco (2005), realizaram estudos sobre as atividades econômicas desenvolvidas na região, entre elas, a extração madeireira, que predominou nas primeiras décadas da colonização.

No aspecto econômico, a principal atividade da região era a agricultura, desenvolvida geralmente em propriedades com menos de 25 ha, com base no cultivo de vários produtos, com destaque para o milho<sup>6</sup> associado à criação de porcos, atividade típica de áreas coloniais (Mattos, 1973).

No contexto regional, Chapecó se destacava como município mais populoso, com 52.089 habitantes, enquanto nos outros municípios a população variava entre 5.324 e 25.395 habitantes. Naquele momento, Chapecó, assim como os demais municípios da região, possuía a maior parte de sua população no meio rural (Tabela 1). Do total de 41.150 habitantes, somente 8.564 residiam no perímetro urbano do distrito sede e outros 2.375 viviam na área urbana dos demais distritos. Em relação à participação nas atividades econômicas, segundo o Censo de 1960 (IBGE), em Chapecó residiam 15.850 pessoas economicamente ativas, entre as quais 12.361 desenvolviam atividades agropecuárias e extrativas, enquanto 678 vinculavam-se a atividades industriais e 2.811 a outras atividades.

Tabela 1 – População do oeste catarinense no censo de 1960

Município	População total	População urbana	População rural
Abelardo Luz	11.783	856	10.927
Campo Erê	5.470	363	5.107
<b>Chapecó</b>	<b>52.089</b>	<b>10.939</b>	<b>41.150</b>
Cunha Porá	7.775	750	7.025
Descanso	6.187	378	5.809
Dionísio Cerqueira	10.411	2.546	7.865
Faxinal dos Guedes	6.960	701	6.259
Itapiranga	15.011	1.251	13.760
Maravilha	7.251	1.203	6.048
Mondaí	11.737	2.013	9.724
Palmitos	12.549	2.408	10.141
São Carlos	25.395	2.877	22.518

6 De acordo com o Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, a região colonial do oeste catarinense apresentava 52.694 estabelecimentos, a maior parte com áreas entre 2 e 5 hectares utilizados para lavouras. Naquele ano, a região apresentou a maior colheita do Estado nos seguintes produtos: laranja, abacate, mamão, tangerina, amendoim, alface, alfafa, mas com maior destaque para o feijão (43.764 toneladas de um total de 81.501 toneladas), a mandioca (450.480 toneladas de um total de 1.862.121 toneladas), o milho (561.942 toneladas de um total de 1.197.587 toneladas), a soja (42.374 toneladas de um total de 58.121 toneladas) e o trigo (34.388 toneladas de um total de 88.941 toneladas) (IBGE, 1970).

São José do Cedro	5.324	1.251	4.073
São Lourenço d'Oeste	7.857	1.183	6.674
São Miguel d'Oeste	19.359	3.539	15.820
Xanxerê	16.147	4.169	11.978
Xaxim	20.636	1.990	18.646

Fonte: IBGE (1960, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que se destacava na produção agropecuária, o oeste catarinense carecia de investimentos em infraestrutura, em especial para o setor industrial que começava a se instalar. O acesso à energia elétrica ainda era muito restrito e a situação das estradas dificultava muito a mobilidade das pessoas e dos produtos. As relações comerciais ocorriam com maior frequência entre Rio Grande do Sul e Paraná, sendo as capitais destes estados mais facilmente acessadas do que a capital catarinense. Como ficava isolado, devido à dificuldade de comunicação e deslocamento entre o oeste e as demais regiões catarinenses, em 1963, Chapecó passou a sediar a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, uma iniciativa que visava integrar a região ao restante de Santa Catarina (Cassol, 2013).

Assim, a criação da secretaria reforçou o papel de Chapecó como polo regional do oeste, retomando um protagonismo administrativo, que esteve vigente durante a existência do “velho Chapecó”. A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste tinha esta mesma região como área de atuação, sendo acrescidos os municípios de Itá, Seara e Xavantina. A partir dela foram desenvolvidas ações em vários ramos, destacando-se as obras de infraestrutura, como estradas e instalação de energia elétrica, mas também na segurança pública, saúde, educação e lazer.

O primeiro secretário a ocupar a pasta foi Serafim Enoss Bertaso, engenheiro e empresário do ramo madeireiro, filho de Ernesto Bertaso, proprietário da empresa colonizadora que comercializou as terras do atual município de Chapecó e de regiões circunvizinhas. Em 1967, ano que o município completava 50 anos de criação política e administrativa, foi lançado um álbum do cinquentenário de Chapecó. O álbum apresentava uma seção de destaque para a Secretaria de Negócios do Oeste, onde as realizações destacadas referem-se à ampliação no fornecimento de energia elétrica e linhas telefônicas, construção de rodovias, aquisição de maquinário para manutenção e construção de estradas, construção de salas de aula e Grupos Escolares, postos de saúde, construção de prédios para Delegacias e Cadeias, Corpo de Bombeiros, além de investimentos no setor agropecuário (Álbum do Cinquentenário..., 1967).

A comemoração do cinquentenário de Chapecó foi marcada por uma série de ações, como a realização da primeira edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), através delas se buscava promover a imagem de uma cidade moderna e progressista, com um futuro promissor que já começava a ser concretizado.



Apesar dos feitos da Secretaria de Negócios do Oeste durante seus primeiros anos de atuação, ocorreu uma significativa redução do orçamento estadual, de 3%, em 1963, para menos de 1,5% após seis anos, como reportou o jornal Folha d'Oeste, de 23 de agosto de 1969 (p. 3). Este teria sido o fator decisivo para que o então secretário pedisse demissão do cargo. Assim, em 1969, o industrial Plínio Arlindo de Nês assumiu o cargo de secretário, permanecendo até 1975 (Cassol, 2013). A atuação desta gestão da Secretaria foi fundamental na implantação no Ensino Superior, como será apresentado mais adiante.

Os discursos desenvolvimentistas propagados na região estavam alinhados com as esferas estadual e nacional. No estado de Santa Catarina, desde o início da década de 1960, de acordo com Aguiar (2008), estavam em curso ações voltadas ao desenvolvimento, especialmente da indústria. Entre essas ações, a autora destaca o Seminário Sócio-Econômico, que teria grande influência na elaboração, em 1961, do Plano de Metas do Governo (PLAMEG I), no governo de Celso Ramos (PSD). Visando dar condições para o desenvolvimento industrial, o referido plano reservava 58,3% dos investimentos para infraestrutura, distribuídos principalmente em energia e rodovias.

A continuidade do projeto desenvolvimentista do Governo Celso Ramos (1961-1966) teve como base o PLAMEG II, sendo instituído no final do mandato, com quatro metas para o período de 1966-1970, entre as quais estava incluída a educação, no sentido de valorização dos recursos humanos:

I) A melhoria dos meios administrativos, tendente a adequar os mecanismos de ação pública a sistemática de administração programada e a atender ao aparelhamento dos órgãos estaduais na prestação dos serviços públicos;

**II) A valorização dos recursos humanos, através da difusão cultural, da pesquisa do ensino em todos os graus e ramos, utilizados inclusive os instrumentos operacionais criados com a Universidade para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;**

III) A expansão econômica, alcançável; a) pelo reforçamento da infra-estrutura; b) mediante a intensificação de medidas para a dinamização do setor primário da economia, enfatizada a exploração das riquezas naturais; c) com a promoção de estímulos para o desenvolvimento industrial do Estado;

IV) a melhoria das condições sociais, através da execução de obras, serviços e empreendimentos destinados, sobretudo, ao desenvolvimento harmônico da infra-estrutura social. (Lei n. 3.791, de 27 de dezembro de 1965, grifo nosso).

A execução do plano foi assunto do governo de Ivo Silveira (1966-1971), eleito pela Aliança Social Trabalhista (PSD, PTB, PRP, PSP). Percebe-se que, nesse segundo planejamento, a educação recebe maior atenção, sendo o tema da meta II e tendo reservado o investimento de 17% do total do plano (sendo 62% para a meta III, de expansão econômica). Conforme Aguiar (2008, p. 65), o planejamento da educação passou a ser



uma das questões-chave: “[...] pensada em termos globais, com a utilização da estratégia do planejamento na organização e funcionamento do Sistema Estadual de Ensino.” Nesse sentido, foi elaborado o primeiro Plano Estadual de Educação para 1969-1980, compreendendo o investimento em educação como necessário para o desenvolvimento.

## A educação como valor e a articulação comunitária

Em um contexto de entusiasmo progressista, a educação se projetava como um propulsor para a melhoria das condições sociais e econômicas. Em uma região formada, em grande parte, por uma população ligada direta ou indiretamente ao meio rural, a escolarização representava, no oeste de Santa Catarina, do final da década de 1960, o meio para alcançar uma profissão no ambiente urbano, considerada mais estável economicamente, com menor esforço físico e de maior *status* social do que o trabalho agrícola. Nesta seção, procuramos identificar o contexto educacional do final da década de 1960, período em que teve início a articulação de vários agentes políticos, grupos sociais, comunidade e estudantes, para a reivindicação pelo Ensino Superior. Contudo, apresentaremos, inicialmente, alguns elementos que definiram, na região, a trajetória histórica da educação escolar.

Desde o processo de colonização da região, os núcleos coloniais buscaram promover a escolarização das crianças. Muitas vezes, essa escolarização limitava-se ao desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e resolver operações matemáticas mais simples. No Sul do Brasil, a preocupação com a educação proporcionou aos estados aproximar-se dos índices de alfabetização de regiões mais desenvolvidas como São Paulo e Rio de Janeiro (Ferraro; Kreidlow, 2004).

Em geral, no oeste catarinense, as iniciativas de escolarização partiam das comunidades e, na maioria das vezes, estavam estreitamente ligadas à religiosidade. Diante do isolamento da região, tanto em termos religiosos<sup>7</sup>, quanto também em relação a qualquer tipo de assistência do Estado ou Federação, era comum que o mesmo espaço físico, construído pela comunidade, servia para as práticas religiosas e educacionais.

Conforme Modesti (2011), entre 1935 e 1941, o número de escolas isoladas em Chapecó subiu de 38 para 77. Convém lembrar que, naquele período, o município encontrava-se em sua dimensão territorial original. Deste total de 77 escolas, 45 eram estaduais e 32 eram administradas pelo município, representando 41,55% dos estabelecimentos educacionais. Neste contexto, a política educacional brasileira tinha como foco a integração nacional, procurando mitigar as diferenças culturais e étnicas, especialmente tratando-se de culturas estrangeiras como ocorria no caso dos imigrantes e descendentes de imigrantes que habitavam o oeste catarinense (Silva, 2016; Eidt, 2019). Assim, “[...] educar as populações do

7 Considerando que Chapecó esteve vinculado à paróquia e prelazia de Palmas (PR) até 1958 (Diel, 2017).



interior era fundamental para o êxito do projeto nacionalista. Ampliar o número de escolas era importante para garantir uma assimilação dos grupos estrangeiros.” (Modesti, 2011, p. 47).

Como parte da política nacionalista, muitas escolas paroquiais ou mantidas pelas comunidades foram fechadas, uma vez que o Decreto-Lei n. 88, de 31 de março de 1938, determinava que o ensino só poderia ser ministrado em Língua Portuguesa e que os professores deveriam ser brasileiros natos, coibindo, portanto, a atuação de professores imigrantes, que era frequente nas regiões de colonização. Devido ao fechamento de muitas escolas, foram criadas outras, sob a administração do município ou estado, com professores funcionários públicos (Modesti, 2011; Eidt, 2019).

Para quem desejasse dar continuidade aos estudos escolares, as opções disponíveis na região ficavam mais restritas na medida em que avançava o grau de instrução. Muitas vezes, os jovens pertencentes às famílias com maior poder aquisitivo davam prosseguimento a seus estudos em outras regiões, como Passo Fundo (RS), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC).

Em 1942 entrou em funcionamento o Grupo Escolar Marechal Bormann, o primeiro grupo escolar de Chapecó, formado a partir de uma escola já em atividade<sup>8</sup>. “Para a cidade, a construção do grupo escolar representava um processo de transformação de uma vila (isolada, violenta, esquecida pelas autoridades do estado) em um meio urbano que se destacava na região e se integrava à Nação.” (Modesti, 2011, p. 105).

Para a autora, o ensino escolar na área urbana representava uma forma de “[...] constituir na população os hábitos urbanos e civilizatórios [...]. Mesmo sendo Chapecó uma região rural, o grupo escolar representava a construção com a qual se procura criar o habitante cidadão.” (Modesti, 2011, p. 122). Além disso, significava a possibilidade de ascensão social das classes médias, que passavam a ter a possibilidade de educar seus filhos na localidade.

Alguns anos mais tarde, em 1947, a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora fundaram o Grupo Escolar Bom Pastor em Chapecó. Parisoto (2014) relata que inicialmente a escola era particular e oferecia o Jardim da Infância, onde eram atendidos ambos os sexos, mas com o Internato restrito às meninas, o primário podia ser cursado por ambos os sexos, porém somente as meninas poderiam dar continuidade aos estudos. Havia a separação dos alunos dentro do colégio, em que meninos e meninas deveriam ocupar lugares diferentes, e eram também divididos para realização das atividades internas e externas. Em 1948, teve início o Curso Normal, que proporcionava a formação para o magistério nas escolas de Ensino Primário.

Em 1955, o grupo escolar particular foi extinto e em seu lugar foi criado o Grupo Escolar Bom Pastor, mantido pelo estado de Santa Catarina, mas sob a direção da congregação, oferecendo ensino de 1º grau. No mesmo ano foi formada a Sociedade Ginásio Chapecó, que deu início

---

<sup>8</sup> Anteriormente, o educandário foi nomeado como Escola Feminina de Passo dos Índios, Escola Mista Estadual de Chapecó, Escola Isolada Coronel Fernando Machado, Grupo Escolar Coronel Fernando Machado e, finalmente, Grupo Escolar Marechal Bormann (Modesti, 2011).



à construção do Colégio Marista São Francisco, fundado em 1959, atendendo, nos primeiros anos, exclusivamente os alunos do sexo masculino. Em 1962, entrou em funcionamento a Escola Técnica de Comércio (ETC) no Colégio Marista São Francisco e, a partir de 1965, passou a ofertar turmas no período noturno para maiores de 14 anos. Nesse período, o colégio também passou a admitir meninas (Vojniak, 2004).

Uma das poucas alternativas para os jovens, especialmente os filhos de agricultores, era por meio da vida religiosa. Internato, Seminário, Curso Normal eram possibilidades para obter graus mais avançados de ensino. Para muitos, a escolha por ingressar neste sistema de ensino não era tanto pela vocação religiosa, como pela oportunidade de formação escolar.

Quanto aos professores, as aptidões na leitura e escrita muitas vezes foram suficientes para atuar como profissionais. As memórias de professores que atuaram no oeste catarinense revelam experiências em assumir turmas em escolas multisseriadas, às vezes com menos de 18 anos de idade, e a formação na maioria dos casos era obtida em escolas religiosas<sup>9</sup>.

Mudanças no sistema de ensino foram definidas no Plano Estadual de Educação no final da década de 1960. A escolaridade mínima, que era de cinco anos, passou para oito anos, com a eliminação dos exames de admissão para o ingresso no nível ginásial, até então existentes. Em 1970 foi instituído o Ciclo Básico, que agrupava os antigos primário e ginásial em um curso único de oito anos, o Curso Fundamental Básico (Sachet, 1971).

Conforme Sachet (1971), um dos maiores problemas apresentados era a reprovação, que apresentava taxas muito elevadas, aproximando-se de 40% em 1966. Alguns anos depois, em 1969, através da Lei n. 4.394, foi implantado o Sistema Estadual de Ensino em Santa Catarina. Para Bellani (1997), sua principal característica estava centrada no “Avanço Progressivo”, pelo qual a verificação do rendimento escolar não seria critério de aprovação ou reprovação, mas visaria apenas o acompanhamento da aprendizagem e a recuperação, realizada preferencialmente durante o ano letivo.

A implantação do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos buscava não apenas suprimir a reprovação escolar, mas, sobretudo, conter gastos. Havia o interesse do Estado em promover uma política educacional que permitisse a passagem mais rápida do aluno pela escola, forçando a abertura de vagas e o seu barateamento, comprometendo, porém, a qualidade do ensino (Koch, 1995). Apesar do aumento dos índices de conclusão do ensino de primeiro grau, as taxas de evasão permaneceram altas (Tabela 2).

---

9 Narrativas com as memórias de professores sobre sua formação podem ser encontradas em vários trabalhos de pesquisa como Paim (2005, 2013), Onghero (2007), Paim e Detoni (2009).

Tabela 2 – Matrículas no estado de Santa Catarina de 1966 a 1970

Ano	Primário	Médio	Superior
1966	419.869	69.023	2.583
1967	430.275	82.920	3.301
1968	451.516	95.578	4.140
1969	487.660	107.527	4.897
1970	485.535	143.712	6.035

Fonte: Mensário Informativo do CEPE (n. 26, set./out. 1970, p. 14 *apud* Aguiar, 2008).

Observando a Tabela 2, percebe-se que, apesar de ter havido um crescimento no número de ingressantes no Ensino Superior nos cinco anos analisados, Aguiar (2008) demonstra ser um privilégio de poucos, dado que ainda era um percentual reduzido se comparado aos que ingressavam no primário e no Ensino Médio. Para Sachet (1971), situar as Instituições de Ensino Superior (IES) o mais próximo possível dos potenciais estudantes seria uma das formas de atenuar o aspecto elitizante apresentado naquele período.

Conforme Teixeira (1989), na década de 1960 ocorreu uma grande expansão do Ensino Superior em nível de Brasil. Entre 1960 e 1968 foram criados 375 estabelecimentos de Ensino Superior, que, somados aos 404 já existentes, atendiam a 280 mil estudantes. Santa Catarina teve duas universidades públicas instaladas neste período, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada em 1960, e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), criada em 1965. Porém, ambas estavam localizadas na capital catarinense, atendendo principalmente às demandas do litoral. No findar da década de 1960, o estado dispunha de nove IES a maior parte no litoral ou próximo a ele (Tabela 3).

Tabela 3 – Ensino Superior em Santa Catarina, dados do ano de 1970

Instituição	Cidade	Matrículas iniciais	Professores
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Florianópolis	3.406	507
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Florianópolis e Joinville	508	90
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Blumenau	737	70
Fundação Joinvilense de Ensino (FUNDAJE)	Joinville	524	89
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	Lages	382	72
Fundação de Ensino do Pólo Geoeeducacional do Vale do Itajaí (FEPEVI)	Itajaí	570	47



Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (FEDAVI)	Rio do Sul	79	24
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC)	Tubarão	334	25
Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI)	Criciúma	126	6

Fonte: Sachet (1971).

Para a população do oeste, o acesso às universidades catarinenses era bastante restrito, pois, além da distância, o isolamento geográfico em relação às demais regiões era ampliado pela dificuldade com as vias de transporte, comunicação, abastecimento e energia elétrica. Antes da conclusão da BR-282 não existiam rodovias que permitissem um acesso direto entre o oeste e o litoral, assim, muitas transações comerciais e de serviços ocorriam com as cidades do Rio Grande do Sul e Paraná. Em relação aos serviços educacionais não era diferente. Somente as famílias com condições financeiras para arcar os custos de deslocamento e sustendo dos estudantes, buscavam universidades nos estados vizinhos para garantir a formação dos filhos no Ensino Superior.

Os estudos realizados para analisar a viabilidade da implantação de uma instituição de Ensino Superior no oeste de Santa Catarina identificaram que, no ano de 1969, havia um total de 1.135 estabelecimentos de Ensino Primário. Desses estabelecimentos, 708 eram estaduais, 481 eram municipais e seis eram particulares. Estes estabelecimentos ofereciam um total de 74.283 matrículas e empregavam 2.295 professores (Tabela 4) (Sachet, 1971).

Tabela 4 – Estabelecimentos de Ensino Primário no Oeste de Santa Catarina, no ano de 1969

Estabelecimentos				Matrículas	N. de professores
Estaduais	Municipais	Particulares	Soma		
708	481	6	1.135	74.283	2.295

Fonte: Sachet (1971).

Nesse contexto, no qual o governo estadual mantinha escolas isoladas nas comunidades rurais, o município de Chapecó apresentava os maiores índices, com 8.466 matrículas e 272 professores, em 86 estabelecimentos estaduais e 26 municipais. O referido estudo afirma que, apesar do número de estudantes matriculados representar, em relação à população total, uma taxa acima da média estadual, a qualidade do ensino oferecido deixava a desejar. Essa afirmação é justificada pela taxa de reprovação, de 30% no ano de 1967, e por 63% dos professores primários não possuírem a titulação legal específica para o cargo.

Em relação ao Ensino Médio, em 1969 havia 65 cursos, nas categorias: comercial, normal e secundário (Tabela 5). Nesses cursos estavam matriculados 8.112 estudantes, sendo 2.868 no secundário, 4.398 no normal e 851 no comercial. Ao analisar os dados, Sachet (1971) aponta uma taxa de matrículas no Ensino Médio inferior à média estadual e nacional e defende a necessidade imediata da criação de novos cursos, o que estaria condicionado à disponibilidade de professores qualificados.

Tabela 5 – Ensino Médio no oeste de Santa Catarina no ano de 1969

Nível	1º ciclo		2º ciclo		Total de cursos	Total de matrículas
	Nº de cursos	Matrículas	Nº de cursos	Matrículas		
Secundário	15	2.783	1	80	16	2.868
Normal	30	3.973	7	425	37	4.398
Comercial	2	195	10	656	12	851

Fonte: Sachet (1971).

Em relação à qualificação dos professores do Ensino Médio, a maior parte era autorizada pela Inspeção Seccional do MEC, mas poucos possuíam uma formação em nível de licenciatura (Tabela 6). Na área abrangida pela Coordenadoria Regional de Educação de Chapecó, maior do que o número de licenciados ou de professores registrados com exame de suficiência era o número de professores que se encontravam em atividade sem possuir autorização para lecionar.

Tabela 6 – Qualificação dos professores do Ensino Médio em 1969

Qualificação	CRE – Chapecó	CRE – São Miguel do Oeste	Totais
Licenciados em Faculdade de Filosofia ou Educação	18	20	38
Registrados no MEC com exame de suficiência pela CADES	18	24	42
Autorizados pela Inspeção Seccional do MEC	371	318	689
Sem autorização para lecionar	38	15	53
Total			832

Fonte: Sachet (1971).



De acordo com Lins (1971), os dados de 1969 revelam o despreparo dos professores catarinenses. Em um total de 6.749 professores que atuavam no Ensino Médio, somente 488 (7,23%) eram licenciados. Este percentual indica que 92,77% dos professores não possuíam habilitação, situação que era mais acentuada em algumas disciplinas. Segundo Aguiar (2008), dos 712 professores de matemática que atuavam no estado, somente 20 eram habilitados na disciplina. Para a autora, esses números expressam a insuficiência dos cursos de licenciatura em atender a demanda das escolas catarinenses.

A falta de habilitação dos professores motivou a realização de algumas ações como a instalação em Chapecó, do Centro de Treinamento do Magistério Primário, no ano de 1969, pela Secretaria dos Negócios do Oeste junto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O centro tinha o objetivo de fornecer cursos de capacitação para professores que estavam atuando e não possuíam habilitação. Outros cursos foram disponibilizados aos professores através das medidas implantadas como Plano Estadual de Educação (Paim, 1997).

A realização dos estudos de viabilidade trouxe elementos indicativos para a percepção da necessidade de maior acesso aos cursos de Ensino Superior para a população do oeste catarinense. Além dos estudantes concluintes do Ensino Médio que desejavam uma formação superior, a região apresentava uma grande porcentagem de professores sem a qualificação necessária para o exercício da profissão, um público potencial para os cursos superiores, em especial para as licenciaturas. O anseio pela oportunidade de estudar e obter qualificação sem sair da região encontrou respaldo nas concepções desenvolvimentistas em evidência na época, no sentido da educação constituir um elemento fundamental para o progresso, argumento que foi capaz de mobilizar diversos setores sociais em um movimento reivindicatório, como será abordado a seguir.

## **O movimento pró-Ensino Superior**

O descontentamento em relação ao acesso ao Ensino Superior não foi um sentimento exclusivo do oeste, e manifestou-se em diversas regiões catarinenses. Conforme Bellani (1997, p. 13): “Em diversos pontos do Estado de Santa Catarina, surgiram pressões por parte de vários segmentos, e das lideranças, objetivando a criação, implantação e a interiorização do ensino superior no território catarinense.” Em âmbito estadual, um marco para a definição das estratégias para ampliação do Ensino Superior foi a realização do “I Colóquio sobre a Regionalização do Ensino Superior (CRES)” realizado na cidade de Florianópolis, em novembro de 1968. O evento afirmou o processo de expansão do Ensino Superior para todas as áreas do Estado, como um processo irrefreável e que deveria ser realizado de forma harmoniosa (Ricken, 1981).

Ocorreu, naquele período, uma confluência de interesses que tornava propícia a reivindicação pela implantação do Ensino Superior. De um lado, havia o desejo de vários setores da população regional, de outro, as políticas educacionais, em âmbito federal e estadual, voltadas à ampliação



das vagas no ensino. O discurso de “progresso”, “modernização” e “desenvolvimento”, permeava as iniciativas e propagava a ideia de que a educação era importante para o desenvolvimento da região, do estado e do País. Para Rossetto (1994), a instalação do Ensino Superior conferiria *status* e prestígio à cidade, como uma das formas de se incorporar ao processo de desenvolvimento propagandeado no País. Assim,

[...] a reivindicação por uma ‘faculdade’ tinha o mesmo peso político que a reivindicação pela emissora de rádio, pelo aeroporto, e, finalmente, pela criação do distrito industrial. A ampliação das oportunidades educacionais à clientela do interior ou das pequenas cidades, pela criação da ‘faculdade’ conferia evidentemente maior poder a indivíduos e segmentos oficiais que assumiam o papel social de ‘lideranças comunitárias’. (Rossetto, 1994, p. 11).

No oeste catarinense, o protagonismo do movimento pró-Ensino Superior teve como centro a cidade de Chapecó, que em vários aspectos despontava como polo regional, sendo a sede da Secretaria de Negócios do Oeste. Segundo Paim (2005), ao mesmo tempo que a instalação do Ensino Superior em Chapecó atenderia àqueles que estavam exigindo condições de acesso a este nível de ensino, também contribuía para a afirmação política da elite local, tanto em relação à população, quanto para os empresários que precisavam de mão de obra qualificada.

Para alcançar seus objetivos, o secretário do Oeste – Plínio de Nês –, passou a defender a criação de uma universidade para a ‘capital do Oeste’, a qual teria abrangência regional, incluindo, assim, os municípios sob sua administração. [...] Além dos prefeitos e Secretário do Oeste, houve um grande envolvimento de vários setores da comunidade, como profissionais liberais, comerciantes, industriais, que encamparam as campanhas chamadas por Plínio, divulgando e contribuindo financeiramente. As formas de contribuição foram as mais variadas entre esses setores que, explicitamente, eram os maiores interessados na criação da FUNDESTE. (Paim, 2005, p. 210).

A implantação do Ensino Superior era considerada uma questão de desenvolvimento e esteve na pauta da reunião Pró-Desenvolvimento Regional, realizada em Chapecó, na primeira quinzena de março de 1970. Nessa reunião, por convocação do secretário do Oeste, estiveram presentes prefeitos, deputados estaduais e federais que representavam a região. Entre os assuntos debatidos, o transporte, os serviços públicos e a educação, como relata Bellani (1997, p. 21):

Da pauta do referido encontro anota-se: a imediata continuação e conclusão da BR-282, um melhor aparelhamento para escolas, postos de saúde, delegacias de polícia; um melhor atendimento por parte das repartições estaduais e federais aqui sediadas e, principalmente, a criação e implantação do Ensino Superior, entre outras.

Entre os dias 19 a 23 de março de 1970, no Colégio Bom Pastor, foi realizado o curso Fundamentos da Cultura Catarinense. Iniciativa do Departamento de Cultura de Santa Catarina, o curso foi ministrado nas principais cidades catarinenses. Segundo Bellani (1997), o curso per-



mitiu que uma parcela da comunidade oestina, principalmente a escolar, conhecesse aspectos socioculturais do Estado. Esse evento contou com professores universitários da UFSC e UDESC e autoridades educacionais. Em um debate com os estudantes do Curso Técnico em Contabilidade do Colégio São Francisco, de Chapecó, tendo como convidado o então reitor da UDESC, Celestino Sachet, os estudantes manifestaram o anseio pelo Ensino Superior. “A maioria dos alunos portava cartazes com os dizeres: ‘Queremos Faculdade’, ‘Oeste, necessita de Faculdade’, ‘Exigimos Faculdade’, entre outros.” (Bellani, 1997, p. 25).

Segundo o depoimento de Armia Luvisa, que na época era estudante do Colégio Bom Pastor, a participação dos alunos foi incentivada pelo Secretário do Oeste, que conseguiu obter o apoio também dos comerciantes e industriais.

O seu Plínio de Nês vinha sempre visitar os alunos do Colégio Bom Pastor e no São Francisco. Aí ele disse: - vocês estão terminando o segundo grau. Quem pode ir para o Rio Grande do Sul? [...] gente, se vocês me ajudam, nós vamos fazer uma campanha e trazer uma faculdade pra cá. E a gente topou, as meninas do terceiro ano do Magistério do Bom Pastor e os meninos do curso contabilidade do São Francisco. Então nós fizemos campanha na rua. Ele foi ao comércio e, ele conseguiu trazer. Quando foi feito aquele movimento todo na rua, aquela campanha, ele vinha nos dois maiores colégios e que tinha segundo grau naquela época e, envolvia, a gente ia junto com ele. Então o comércio, a indústria, entrou com o dinheiro, os demais ajudando, servindo. Era uma coisa que o seu Plínio queria, não era só ele, era uma necessidade, houve a participação da comunidade [...]. (Depoimento de Armia Luvisa, 30/11/1995 *apud* Paim, 1997, p. 31-32).

Além da liderança de Plínio de Nês, então secretário de Estado dos Negócios do Oeste e também como representante do setor produtivo, sendo o acionista majoritário do Frigorífico Chapecó, o movimento pró-Ensino Superior também contou com a articulação política dos representantes das regiões oeste e meio-oeste na Assembleia Legislativa de Santa Catarina: Elgídio Lunardi, Gentil Bellani e Nelson Pedrini (Bellani, 1997). O representante da Diocese de Chapecó, o Bispo da Igreja Católica Dom José Gomes, também foi uma das lideranças do movimento, trazendo a experiência de ter participado na implantação do Ensino Superior em Passo Fundo (RS).

Nos dias 29 e 30 de junho de 1970 ocorreu o II CRES, em Lages, sob a promoção da UDESC, onde foi elaborado o pré-projeto para a elaboração do Plano de Expansão do Ensino Superior em Santa Catarina. Entre as resoluções propostas, encontra-se a defesa da descentralização das oportunidades de acesso ao Ensino Superior, através da presença de instituições de ensino em todas as regiões catarinenses, sendo o oeste a única ainda não contemplada<sup>10</sup>, pois, naquele momento, se encontrava em implantação o curso de Administração em Joaçaba, através da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC), que atendia à região da bacia do Rio do Peixe. Propunha também que a instituição a ser criada fosse mantida pela comunidade por meio da participação integrada do poder público regional, através da respectiva Associação de Municípios, e em sua evolução encontrasse sustento no poder público Estadual e Federal (Sachet, 1971). Neste sentido, percebe-se que o documento

10 O documento inclui a região oeste como em estudo para implantação do Ensino Superior.



apresenta uma proposta de viabilidade financeira das novas instituições, buscando, inicialmente, as Associações de Municípios e, posteriormente, os poderes estadual e federal. Para Ricken (1981), a opção pela manutenção comunitária representou uma alternativa simpática, ao possibilitar a democratização da educação sem ônus financeiro para o Estado e a União.

Em Santa Catarina, as fundações universitárias desempenharam um papel muito importante no sentido de expandir a oferta de cursos de Ensino Superior, essa foi também a gênese de outras Universidades Comunitárias presentes no interior do Estado. Em meados do ano de 1970, já encontravam-se atuando várias fundações, como a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Fundação Joinvilense de Ensino (FUNDAJE), a Fundação de Ensino do Pólo Geoeeducacional do Vale do Itajaí (FEPEVI), a Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (FE-DAVI), a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC). É a partir deste formato e das propostas levantadas nos CRES que o oeste catarinense encontrou os caminhos para a instalação do Ensino Superior, como aborda o capítulo a seguir.

## *Capítulo 2*

# *A criação da fundeste*

*André Luiz Onghero*  
*Mirian Carbonera*

Este capítulo tem como objetivo abordar o período compreendido entre os atos públicos de constituição da fundação universitária, a implantação dos primeiros cursos de nível superior e a expansão regional do Ensino Superior. O recorte temporal situa-se entre 1970 e 1990 e já foi tema de estudos e publicações<sup>1</sup>, assim, no contexto dos 50 anos da Fundeste, apresentamos uma compilação das informações já publicadas, tendo em vista possibilitar a compreensão de como a criação e a atuação da Fundeste esteve articulada com os anseios da sua região de abrangência, a forma como iniciou sua atuação e buscou sua consolidação.

### **Atos constitutivos da fundação**

A partir das articulações dos diversos segmentos, abordadas anteriormente, a implantação de cursos de Ensino Superior na região oeste de Santa Catarina foi efetivada por meio de uma fundação universitária. O ato de criação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste

---

<sup>1</sup> Entre os estudos desenvolvidos encontram-se Frazzon (1990), Bellani (1997) e Paim (2005). Diversos documentos da Fundeste e Unochapecó também apresentam dados sobre o assunto, assim como publicações da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).

(Fundeste) foi realizado no dia 4 de julho de 1970, na Assembleia Geral dos Municípios que integravam as associações microrregionais AMOSC e AMEOSC, com a participação de lideranças políticas e econômicas e representantes de municípios da região. Como documento histórico, a ata de constituição da fundação é reproduzida no Anexo 1.

Ao descrever o evento, realizado nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense, Bellani (1997, p. 29) afirma:

Sob a presidência de Plínio Arlindo de Nês (Coordenador do Movimento Pró-Universidade), reuniram-se então: os Prefeitos Municipais, os Deputados Estaduais e Deputados Federais da região, D. José Gomes, Bispo Diocesano, os Representantes de organismos da Secretaria da Educação de SC (17<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> Coordenadorias Regionais de Educação, sediadas respectivamente em São Miguel d'Oeste e Chapecó), os Presidentes de Clubes de Serviço, os Empresários, a imprensa escrita e outras lideranças.

Na assembleia foi realizada a leitura do anteprojeto da carta estatutária da fundação<sup>2</sup>, sendo votado e aprovado por unanimidade, afirma a Ata de Constituição da Fundeste. O caráter regional e comunitário da fundação foi evidenciado nesse ato, especialmente pela presença das autoridades dos municípios da região, cujo compromisso com a Fundeste foi expresso publicamente com a entrega das leis municipais que integravam os municípios à fundação, com o compromisso de repassar, mensalmente, 1% de seus orçamentos, tornando-se, portanto, comantenedores<sup>3</sup>.

Os municípios representados foram: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porá, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, Saudades, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Seara e Itá.

A participação dos municípios também é marcante na composição da diretoria organizacional, eleita no evento: Presidente: Plínio Arlindo de Nês (secretário do Oeste), Vice-Presidente: Dom José Gomes (Bispo da Diocese de Chapecó), Secretário: Vinício Tortato (assessor da Secretaria dos Negócios do Oeste), Conselho Fiscal: Hélio Vassum (prefeito de São Miguel do Oeste), Paulo Reschke (prefeito de Águas de Chapecó), Antonio Pompermayer (prefeito de Xanxerê), João Destri (prefeito de Chapecó), Gilberto J. Goerck (prefeito de Itapiranga), Carlos S. de Souza (prefeito de São Lourenço do Oeste), Suplentes Conselho Fiscal: Carlos Spelding de Souza (prefeito de São Carlos), Jaime Júlio Will (prefeito de São José do Cedro), Darci Teston (prefeito de Xaxim).

2 O ato constitutivo inicial, denominado de Carta Estatutária, aprovada em 30 de novembro de 1970, foi registrado no Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos do 1º. Distrito da Comarca de Chapecó, no livro competente de Registro de Sociedades Civis e Pessoas Jurídicas, n. 3, fls. 63 a 65 v., sob número de ordem 255, em 17 de junho de 1971 (Fundeste, 2004).

3 Porém, apesar de estar regulamentado por leis municipais, este incentivo financeiro por parte da municipalidade não foi cumprido, obrigando a fundação a buscar outros meios de obter subsídio financeiro e a manter-se com o recurso proveniente das mensalidades dos estudantes.

A assembleia foi seguida por um ato público realizado na praça central de Chapecó. Segundo reportagem da revista *Celeiro Catarinense* (n. 4, 1970, p. 24), “[...] milhares de pessoas de tôdas [sic] as classes, principalmente estudantes, lotaram a Pr. Cel. Bertaso, onde, do palanque oficial, procedeu-se ao ato público de instalação da Fundação com leitura do documento legal.”

A reportagem descreve a concentração de pessoas na praça, carregando faixas e cartazes, que traziam frases em apoio e também solicitando a criação da universidade no oeste catarinense. Entre os participantes destaca-se a presença de estudantes, cujas faixas permitem identificar algumas instituições de ensino Técnico e Normal.

De acordo com Poli e Jacoski (2009, p. 374-375), a Fundeste teve origem e base comunitária, fortemente enraizada numa comunidade. Foi criada especialmente para manter a universidade e “[...] unicamente ao objetivo social da educação, assumindo a forma jurídica de uma fundação de fins filantrópicos, cujos recursos exclusivamente se aplicam à obtenção dos objetivos estatutários, de serviços à comunidade, de serviço público, sob a tutela do Ministério Público.”

Em 1970, através de convênio com a UDESC, foi realizado o “Estudo de viabilidade técnica e financeira para a criação de curso de nível superior em Chapecó”. A partir desse estudo, a Fundeste obteve autorização do Conselho Estadual para a realização do vestibular para o curso de Pedagogia, realizado em dezembro de 1971. Neste mesmo mês, ocorreu a constituição jurídica da Fundeste, por meio da Lei Municipal de Chapecó n. 141, de 6 de dezembro de 1971.

Em 19 de junho de 1971, a Sociedade Amigos de Chapecó (SAC) reuniu diversos segmentos da comunidade com o objetivo de angariar recursos para a implantação da Fundeste. Desta reunião foram encaminhadas ações buscando a arrecadação, envolvendo entidades, como clubes de serviço e a realização de uma rifa de dois automóveis. Naquele ano, a prefeitura de Chapecó também isentou a Fundeste do pagamento dos tributos e taxas municipais, como forma de contribuir para a viabilidade da implantação dos primeiros cursos<sup>4</sup> (Bellani, 1997).

4 Art. 1º – É instituída a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE –, com sede e foro nesta cidade de Chapecó, conforme ata de constituição lavrada em 4 de julho de 1.970 e registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Chapecó, em 17 de junho de 1971. Art. 2º – Fica ratificado o Estatuto da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – aprovado na Assembleia dos Municípios que integram a FUNDESTE, realizada em 04 de julho de 1.970. Art. 3º – A Prefeitura Municipal de Chapecó, como entidade institutiva e sua co-mantenedora, declara a FUNDESTE, na qualidade de Fundação Educacional, isenta de qualquer tributo e taxas municipais. Art. 4º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do que é previsto pela Lei nº 49/70 de 18 de junho de 1.970. Art. 5º – Esta Lei produz efeitos a partir de 04 de julho de 1.970. Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário (Lei Municipal nº 141, de 06 de dezembro de 1971).

Em 1971, a Fundeste foi decretada de utilidade pública, através de leis dos municípios que integraram sua formação<sup>5</sup>. Em 30 de agosto de 1971, através da Lei Estadual n. 4.614, a Fundeste foi declarada de utilidade pública estadual e, em 26 de abril de 1982, através do Decreto n. 87.122 foi decretada de utilidade pública federal (Fundeste, 2004). Apesar de ter sido criada a partir da união de municípios, como um organismo de direito público, sendo um órgão da administração indireta destes, a Fundeste não conseguiu manter essa condição por muito tempo. Passado o entusiasmo inicial, os municípios deixaram de contribuir com a manutenção, e então, com a reforma estatutária de 29 de novembro de 1980, a fundação passou a ser “entidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos (art. 1º)”.

A principal receita da fundação sempre teve origem na prestação dos serviços educacionais, paga por meio das mensalidades dos estudantes. Além destes recursos, recebeu subvenções com finalidades específicas. Tratando-se de uma entidade jurídica sem fins lucrativos, os recursos obtidos são aplicados na manutenção das atividades e ampliação dos cursos e da estrutura física.

## A implantação dos cursos de Ensino Superior

Os estudos realizados para a implantação do Ensino Superior concluíram que a necessidade mais urgente da região era a formação de professores. Com este objetivo, a Fundeste criou a Faculdade de Ciências da Educação (FACIE), sob a direção do professor Altamiro de Moraes Matos, viabilizando o funcionamento do curso de Pedagogia (Fundeste, 2004; Bellani, 1997).

A primeira prova de vestibular foi realizada no dia 18 de fevereiro de 1972, no Seminário Diocesano de Chapecó, com 95 inscritos. As provas foram elaboradas pela UDESC, com questões divididas entre Português, Matemática, Geografia, História e Ciências Físicas e Biológicas. Com duração de 4 horas, no período matutino (8h-12h) a prova ocorreu em uma única etapa. De acordo com Bellani (1997), o perfil dos candidatos era principalmente de profissionais já atuantes, residentes em Chapecó e outros municípios da região, incluindo professores, profissionais liberais, dirigentes educacionais e até mesmo o empresário e político Plínio Arlindo de Nês.

Em março de 1972 começaram as aulas do curso de Pedagogia. De acordo com a Ata de 18 de maio do ano seguinte, a primeira turma do curso de pedagogia iniciou as atividades com 92 estudantes, nos turnos vespertino e noturno.

5 Lei nº 101/71 – Prefeitura Municipal de Chapecó, Lei nº 127/71 – Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Lei nº 383/71 – Prefeitura Municipal de Cunha Porã, Lei nº 013/71 – Prefeitura Municipal de Descanso, Lei nº 725/71 – Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Lei nº 286/71 – Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, Lei nº 254/71 – Prefeitura Municipal de Itá, Lei nº 438/71 – Prefeitura Municipal de Itapiranga, Lei nº 261/71 – Prefeitura Municipal de Modelo, Lei nº 754/71 – Prefeitura Municipal de Mondaí, Lei nº 145/71 – Prefeitura Municipal de Nova Erechim, Lei nº 173/71 – Prefeitura Municipal de Palma Sola, Lei nº 299/71 – Prefeitura Municipal de Quilombo, Lei nº 124/71 – Prefeitura Municipal de Romelândia, Lei nº 437/71 – Prefeitura Municipal de São Carlos, Lei nº 192/71 – Prefeitura Municipal de São Domingos, Lei nº 647/71 – Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Lei nº 235/71 – Prefeitura Municipal de Xanxerê.



No trote realizado com os estudantes da primeira turma do curso de Pedagogia, seus rostos foram pintados e rotulados pelo termo “bixo”, referindo-se ao ingressante no Ensino Superior. O trote marca, como um ritual de passagem, o início de uma nova etapa e a formação de uma nova identidade. No caso da Fundeste, o perfil dos egressos não era tanto o de jovens recém-saídos da escola, mas de profissionais já inseridos no mercado de trabalho, trazendo uma carga de experiências diversas.

Em 1972, a Fundeste recebeu como doação do Jockey Clube Chapecoense, “[...] uma área de terra de 30.000 m<sup>2</sup>, no perímetro urbano da cidade de Chapecó, com benfeitorias em terraplanagem, redes de energia elétrica e de água [...]”, relata o artigo 18 do estatuto aprovado em 15 de março de 1972. O patrimônio da fundação também era composto pelo acervo da Biblioteca Central e outros créditos (Fundeste, 2004, p. 07). Anos depois, essa área de terra foi trocada por lotes urbanos, que foram comercializados com o objetivo de levantar recursos para a instituição.

Associado aos projetos para ampliação dos cursos oferecidos, foi criado um Centro de Ensino Superior (CES), incorporando a FACIE. Em 1973, foram aprovados os cursos de licenciatura de 1º grau em Matemática, Língua Nacional e Estudos Sociais. A partir de convênio com a Secretaria Estadual de Educação, estes cursos tiveram 105 matriculados e seriam ministrados em uma modalidade concentrada, com 8 horas diárias de aulas, com duração de 9 a 10 meses e diplomas expedidos pela UFSC. A carga horária dos cursos era assim distribuída: Matemática 1600 h/a; Língua Nacional 1.230 h/a; Estudos Sociais 1.230 h/a (Fundeste, 2004; Bellani, 1997).

Conforme os relatos apresentados por Bellani (1997), vários professores do curso de Pedagogia vieram de outras regiões, o que ocorria em razão da escassez de profissionais com a formação necessária para ministrar aulas no Ensino Superior residindo na região. Este contato com uma bagagem cultural diferente também agregava novas perspectivas culturais e intelectuais para a cidade.

Outro elemento que marcou a trajetória da instituição foi o constante deslocamento de estudantes provenientes nos municípios na região, que, em geral, passaram a utilizar transportes coletivos, para frequentar as aulas sem ter a necessidade de transferir a residência para Chapecó. Em muitos casos, tornou-se política pública dos municípios da região o auxílio financeiro no pagamento do transporte, como forma de incentivar os estudantes a permanecer no município e constituir um quadro de profissionais habilitados.

Em 1973, os estudantes criaram o Diretório Central dos Estudantes (DCE), buscando dar assistência em relação a questões como carteira de estudante e bolsas de estudo, além de promover eventos culturais, sociais e esportivos.

Em 1974, os cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis iniciaram as atividades, buscando atender a demanda comercial e industrial. Conforme Bellani (1997, p. 94), “[...] o ano de 1974 representa o momento em que a Direção Geral do Centro de Ensino Superior passa ser alvo de críticas em sua maneira de administrar a faculdade.” As atas de reuniões da Fundeste realizadas em 1975, citadas pela autora, retratam as divergências entre o então diretor, professores, estudantes e segmentos da comunidade. Diante da situação, o professor Umberto De Toni foi nomeado diretor geral, pela Presidência do Conselho Deliberativo da Fundeste, para o ano letivo de 1976.



A atuação da Fundeste na área do ensino ampliou-se também para o 2º Grau técnico a partir da criação do Curso de 2º Grau com habilitação básica em Agropecuária, instalado em São Carlos e tendo as atividades iniciadas em março de 1979.

Os cursos para capacitação de professores também foram atividades recorrentes na trajetória da Fundação. Na Ata de 18 de maio de 1973 consta a realização, no ano anterior, de um curso de capacitação com 162 professores. Outra atividade relatada na referida ata foi a realização de curso de “Sociologia do desenvolvimento de Santa Catarina” em convênio entre a Fundeste e a UFSC, com 507 participantes.

### **Instalações do Centro de Ensino Superior**

Inicialmente, as aulas eram realizadas nas dependências do Seminário Diocesano, localizado na avenida Nereu Ramos. Conforme discurso proferido por Plínio Arlindo de Nês no 1º Simpósio Universidade do Oeste, em 1987, o bispo Dom José Gomes teria oferecido o Seminário Diocesano como sede temporária para a fundação, tendo o espaço adaptado para as aulas com o auxílio da Secretaria dos Negócios do Oeste. Com o objetivo de obter uma sede própria, no ano de 1974 foram iniciadas as tratativas visando a doação para a Fundeste das edificações que estavam sendo construídas para o Hospital Psiquiátrico de Chapecó. A obra, em construção pelo governo estadual, teve sua conclusão cancelada em razão de mudanças na concepção a respeito dos tratamentos psiquiátricos.

A doação ocorreu em 9 de dezembro de 1974, através de Lei Estadual n. 5076, pela qual a Fundeste recebeu as edificações e instalações que tinham sido projetadas para o hospital psiquiátrico. A área de terra com 148.100 m<sup>2</sup> foi doada pelo município, através do Decreto n. 030/75, além disso, foram doadas áreas adjacentes, que pertenciam à Cia. de Melhoramentos Chapecó (51.300 m<sup>2</sup>), Dionísio Bonzanini (24.200 m<sup>2</sup>) e Ione Schirlei do Prado Locatelli (76.600 m<sup>2</sup>) (Fundeste, 2004). Bellani (1997, p. 93) afirma que “[...] em 1975, a Fundeste veio a receber esse patrimônio por doação e, imediatamente, houve a mudança do Seminário Diocesano para as novas instalações.”



## Urbanização e qualificação

Na década de 1970, Chapecó consolidou seu papel de polo da atividade agroindustrial<sup>6</sup>. O desenvolvimento deste ramo econômico trouxe profundas transformações para a região, tanto no espaço rural quanto no urbano. No meio rural, ocorreu um processo de reorganização da produção tendo como objetivo fornecer matéria-prima para as indústrias, o que se efetivou por meio do sistema de integração e da modernização da agricultura. Apesar do aumento da produtividade, estas mudanças trouxeram várias consequências negativas, como a exclusão de muitas famílias deste novo processo produtivo e impactos ambientais, devido ao desmatamento e o uso de produtos tóxicos, além da geração de dejetos. No espaço urbano, a cidade de Chapecó teve sua maior taxa de crescimento, iniciando a década de 1970 com uma população urbana de 20.275 habitantes e chegando a 55.269 em 1980. No mesmo período, a população rural teve um decréscimo de 1.091 habitantes (Cortina; Fujita, 2010).

Conforme Reche (2017), as indústrias que se instalaram no município tornavam-se atrativas para os migrantes que se dirigiam à cidade em busca de trabalho. Segundo a autora, entre 1974 e 1980, o crescimento da população urbana de Chapecó chegou a 16% ao ano, acima do índice nacional, que era de 4,4%. Assim, a população urbana subiu de 23.000 para 53.181, ou seja, mais do que duplicou em apenas seis anos. Este crescimento populacional acelerado não foi inteiramente absorvido pela oferta de emprego nas indústrias, o que deu origem a problemas sociais ainda presentes no município.

Mas, além dos empregos gerados diretamente pelas indústrias, no decorrer dos anos consolidou-se em Chapecó um complexo de serviços e indústrias voltadas a atender as necessidades das agroindústrias nas diversas etapas da produção, transporte e comercialização, como tornearias, mecânicas, agropecuárias, lojas e suporte de informática, entre outros. Paralelamente ocorre o desenvolvimento de uma série de serviços para a população, com a ampliação do setor comercial, educacional, de saúde, transporte e lazer. No setor comercial, por exemplo, entre os anos de 1970 e 1978 o número de estabelecimentos comerciais de Chapecó aumentou de 370 para 1.600 (Rossetto; Giordani; Iop, 1979).

Na medida em que a indústria se estabelecia na região, a população rural teve seu modo de vida impactado, uma vez que o ramo industrial que se destacou na região foi o da indústria alimentícia, estreitamente relacionada à produção rural. Anteriormente, os produtores rurais combinavam a agricultura de subsistência com a produção de excedentes para o comércio, com destaque para a comercialização de suínos e grãos. Apesar da pesada carga de trabalho, os agricultores usufruíam de certa autonomia nas etapas de produção, utilizando seus próprios cul-

6 Além dos frigoríficos originários do local, SAIC e Aurora, que atuavam no abate de suínos, ocorreu a instalação da Sadia Avícola S.A. em 1970, iniciando as atividades em 1973, marcando o ingresso da Sadia no ramo de produção e industrialização de aves, pois até então a empresa estava instalada em Concórdia, e desde 1944 atuava no ramo da suinocultura. Outra empresa do ramo alimentício a se instalar em Chapecó foi a Extrafino Extração e Refinação de Óleos Vegetais S.A., em 1971. A empresa atuava no ramo de extração e refinação de óleos vegetais e em 1973 foi comprada pela Ceval, entrando em operação no ano seguinte. A Cooperativa Regional Alfa, fundada em 1969, também teve sua consolidação na década de 1970, exercendo a “[...] função de recolher, beneficiar, processar e industrializar cereais (feijão, milho, soja e trigo), participa como fornecedora de matéria-prima da Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora na industrialização de citros, suínos e aves.” (Alba, 2001, p. 310).

tivos para alimentar os animais de criação, por exemplo. A partir do sistema de integração adotado pelas agroindústrias, os agricultores passam a ser também consumidores dos insumos industrializados. Com o discurso do aumento da produtividade e dos lucros, a modernização do campo, promoveu o uso de máquinas agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, rações industrializadas, sementes híbridas, animais de raças geneticamente selecionadas, entre outros.

Esse processo de modernização agrícola gerou profundas transformações qualitativas e quantitativas nas características de produção, com a penetração intensa das formas capitalistas de produção. Manteve-se a estrutura do minifúndio, impondo-se uma agricultura extremamente capitalizada. Neste contexto, muitos agricultores para não serem excluídos do processo, foram utilizando empréstimos bancários que não puderam pagar e acabaram por perder as terras para o banco. (Paim, 2005, p. 192).

Enquanto Chapecó apresentou, na década de 1970, a concentração de sua população na zona urbana, nos demais municípios da região predominava a atividade rural. A produção em grande escala de milho, feijão e soja, juntamente com a expansão da suinocultura e avicultura, expressavam a ligação entre as atividades rurais e industriais. Segundo Campos (1987), no ano de 1978, havia, em Santa Catarina, 2.304 suinocultores integrados, dos quais 1.886 viviam na região oeste.

Para Bavaresco (2017), o ciclo econômico agroindustrial colocou o estado de Santa Catarina entre os maiores produtores de carnes do Brasil, sendo as regiões oeste e meio-oeste as principais expoentes desta atividade. Segundo o autor, a região melhorou em muito em relação à logística e instalação de órgãos governamentais, contando com grandes avanços na saúde e educação.

Nesse contexto desenvolvimentista em que se privilegiava a industrialização, a política nacional visava superar o sistema agrário-exportador e tornar o Brasil industrializado, embora dependente tecnologicamente, afirma Paim (2005). Conforme o autor: “Fazia-se necessário qualificar ou requalificar a mão-de-obra. Para tal propósito, o sistema educacional foi mudado, ampliando a oferta de vagas em todos os níveis de ensino, e adaptando o modelo educacional, para assim atender às demandas do novo sistema produtivo.” (Paim, 2005, p. 187).

Em 1979, a atuação do CES/Fundeste na formação de profissionais apresentava os seguintes dados: 444 profissionais formados em nível superior, sendo 153 com Licenciatura Plena em Pedagogia, 59 com Licenciatura Plena em Estudos Sociais, 64 Bacharéis em Ciências Contábeis, 84 Bacharéis em Ciências Administrativas e 94 com Licenciatura de 1º Grau nas áreas de Língua Nacional, Matemática e Estudos Sociais (Fundeste, [s.d.], p. 68).

Apesar dessa ampliação do quadro profissional, Rossetto, Giordani e Iop (1979, p. 75) afirmavam que o Sistema Educacional da época não estava preparado para o atendimento da clientela. Os principais problemas identificados pelos autores foram a evasão escolar, a falta de recursos humanos e a insuficiência de escolas. Para eles, a evasão escolar ampliava-se na medida em que avançam os níveis de escolaridade, sendo causada pela falta de qualidade da escola, pela falta de preparo dos professores, que ao assumirem posturas autoritárias, “estimulam o isolamento social do

educando” (p. 75). Os estudantes não estariam encontrando na escola a satisfação de suas necessidades e aspirações. Quanto à falta de recursos humanos, afirmavam que a ausência de interesse no magistério seria reflexo da situação da carreira no estado. Sobre a insuficiência de escolas, indicavam haver vagas suficientes nas primeiras séries do 1º grau, com uma média de 63,3 estudantes por estabelecimento, mas a partir de 5ª a 8ª série, iniciava um desequilíbrio, com 249 estudantes por estabelecimento. A situação se agravava no ensino de 2º grau, com 258 estudantes por estabelecimento, de responsabilidade do estado ou particular, com poucas opções de cursos profissionalizantes, em que o curso de técnico em contabilidade contava com 59% das matrículas.

## A expansão regional do Ensino Superior

Durante a década de 1980, o crescimento urbano de Chapecó se intensificou. Apesar da taxa de crescimento ser menor do que a da década anterior, numericamente, o aumento populacional é muito expressivo, com a população urbana passando de 55.269 habitantes em 1980 para 96.751 em 1991, enquanto a população rural reduzia de 28.499 para 26.299 habitantes. Assim, Chapecó destacou-se ainda mais no cenário regional, e, em algumas áreas, começou a ter projeção nacional.

No meio rural, a suinocultura e a avicultura iniciaram a década de 1980 em crise. O aumento expressivo da produtividade e a necessidade de investimentos por parte dos produtores contrastaram com a queda de preços, levando muitos produtores a resultados negativos (Campos, 1987).

Assim, a década de 1980 é um período onde a malha urbana se expandiu com a chegada de muitas famílias que deixaram o meio rural em busca de oportunidades nas cidades de economia mais dinâmica, especialmente Chapecó. Outras cidades da região com relativo dinamismo eram São Miguel do Oeste e Xanxerê, ambas sedes de Associações de Municípios, AMEOSC e AMAI, respectivamente. São Miguel do Oeste contava com 35.772 habitantes em 1980 e 42.242 em 1991, já Xanxerê apresentava um total de 30.004 habitantes em 1980 e 37.922 em 1991 (Alba *et al.*, 2015).

O Brasil vivia o momento da luta pela democratização e, na região, os movimentos sociais iniciados no final da década de 1970 se expandiram, obtendo algumas conquistas, como a desapropriação de terras improdutivas para assentamentos de trabalhadores rurais sem terra em vários municípios, como Campo Erê, Abelardo Luz, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, entre outros (Poli, 2008). Em Chapecó, o movimento pela demarcação de terras indígenas conseguiu recuperar parte do território Kaingang, no Toldo Chimbangue (Silva, 2006).

A administração municipal, com um viés desenvolvimentista, já vinha realizando, desde o final dos anos 1970, algumas ações buscando promover elementos culturais de caráter mais urbano e elitizado, como, por exemplo, a criação da Escola de Artes de Chapecó<sup>7</sup> em 1979. Assim,

7 Para mais detalhes, sugerem-se as monografias de Iop (1997) e Rissi e Wollf (2000).



no final da década de 1970 e início de 1980, a cidade passou a contar com exposições de arte, com destaque para os escultores do Grupo CHAP. Segundo Iop (1997, p. 40), o sucesso deste grupo inspirou estudantes da Fundeste a desenvolver atividades artísticas: “[...] o grupo passou a fazer regularmente apresentações de teatro, declamação de poesia, canto, entre outras atividades.” A instituição também passou a realizar eventos como a Expoarte, cuja primeira edição ocorreu em 1981.

Para Rossetto (1994, p. 19), o ano de 1985 marcou o início de “[...] um processo de reflexão interna sobre a necessidade de dar novos rumos à instituição [...]”. Segundo o autor, a comunidade universitária participou desse processo por meio da primeira eleição para Direção Geral do CES onde todos os membros – professores, alunos e funcionários – tiveram direito a voto. Uma das medidas adotadas neste período foi buscar uma regionalização mais efetiva da Fundeste, por meio da instalação de cursos superiores em outras cidades do oeste catarinense.

As 33 comunidades que constituíam a área de abrangência da Fundeste encontravam-se articuladas em três associações de municípios (AMAI, AMOSC e AMEOSC) e três unidades de Coordenação Regional de Ensino cujas sedes eram Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. Visando a ampliação do acesso ao Ensino Superior para as populações destas microrregiões, foram criadas as fundações universitárias Fundação do Extremo Oeste de Santa Catarina (FUNESC) em 1985, sediada em São Miguel do Oeste, com o curso de Administração e a Fundação Educacional do Alto Irani (FEMAI) em 1987, com o curso de Ciências Contábeis, em Xanxerê. Os cursos ofertados nestas novas fundações eram vagas cedidas pela Fundeste, permanecendo vinculados a ela.

Com isso a FUNDESTE, como entidade mantenedora, descentralizou suas atividades dando acesso ao ensino superior a um maior número de interessados, porém, sem condições infraestruturais para investir na melhoria qualitativa do ensino e necessária articulação com o trinômio ensino, pesquisa e extensão, importante para a melhoria da qualidade do ensino superior. O deslocamento das vagas facilitou o acesso aos interessados, no curso, residentes nos referidos municípios ou proximidades mas não garantiu, em si, o atendimento às expectativas e compromissos sociais da Instituição para com a educação e o desenvolvimento da região. (Frazzon, 1990, p. 23).

Sendo criadas também a partir dos interesses municipais, essas fundações passaram a cobrar o compromisso assumido em 1971 pelas prefeituras em repassar 1% de suas receitas anuais, buscando não apenas a sustentação do ensino universitário, mas a viabilidade da realização das ações universitárias (ensino, pesquisa e extensão).

Neste período, a Fundeste também buscou uma reaproximação dos municípios que estavam vinculados à sua criação por meio de programas de extensão. Em 1986, tiveram início as atividades do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e, em 1987, foi criado o Setor de Educação Permanente (SEP).



A criação do CEOM expressava a preocupação da Fundeste com a história e o patrimônio cultural da sua região de abrangência, atuando frente à inquietação de alguns municípios que percebiam a eminente perda das referências culturais, em função do acelerado processo de urbanização. A Fundeste, através do CEOM, assumiu o compromisso de gerir o processo de valorização e preservação das histórias locais, como referências para a construção de identidades.

As primeiras atividades contaram com o apoio financeiro do CNPq (1986/1987), Funarte (1988), Fundeste e Prefeituras Municipais, e abrangeram a constituição de 15 Comissões Municipais de Coordenação da Memória Local, que engajaram professores, autodidatas, autoridades municipais e outros interessados no patrimônio cultural. Essa ação resultou na criação de numerosos museus, casas de cultura ou centros de memória em diversos municípios do oeste catarinense.

O CEOM também realizou várias oficinas de orientação para pesquisa, preservação e organização técnica dos bens culturais e atuou na promoção de vários eventos como o I Simpósio de História do Oeste Catarinense, promovido juntamente ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado em 1987 e a Oficina de Museologia, no ano seguinte. A contribuição do Centro para a região também pode ser observada nas publicações, como a revista *Cadernos do CEOM* e a *Série Documentos*, que na época foram criadas para difundir as pesquisas realizadas por profissionais da fundação e dados sobre a história regional. No decorrer das décadas seguintes, o Centro consolidou e ampliou sua atuação, tornando-se uma referência no que tange à salvaguarda de acervos, a pesquisa e difusão da história e do patrimônio cultural.

O SEP atuou no sentido de promover atividades socioeducacionais na maioria dos municípios de abrangência da Fundeste. Entre as atividades desenvolvidas, constavam cursos de capacitação de professores das redes municipal e estadual, além da realização de pesquisas para o planejamento educacional, incluindo estudos sobre a organização e estrutura funcional dos departamentos de ensino e secretarias de educação nos municípios. O setor atuava também na elaboração e apresentação de instrumentos para o levantamento de dados socioeconômicos buscando a elaboração dos planos municipais de educação.

Analisando a trajetória da instituição de Ensino Superior, Rossetto (1994) afirma que, até 1988, as atividades de pesquisa e extensão ainda eram embrionárias e o CES cumpria apenas uma das funções básicas da universidade: a do ensino acadêmico tradicional. O autor tece uma crítica ao ensino ministrado, afirmando que: “[...] era um ensino, via de regra, desprovido daquele questionamento crítico que deveria caracterizar seu nível superior.” (Rossetto, 1994, p. 15). Para ele, a instituição limitava-se a repetir diplomações dos mesmos profissionais e a organização funcional-estrutural da instituição, visava cumprir os requisitos legais para fins de autorização e reconhecimento de cursos e do próprio regimento, junto aos órgãos superiores do sistema oficial, mas não possuía a eficiência desejada. Em busca de impulsionar a instituição para uma atuação a nível de universidade, o caminho escolhido foi o da união entre várias fundações, tema analisado no próximo capítulo.

---

*Fotografias das décadas  
de 1970 e 1980*

---

Figura 01 – Assembleia de criação da Fundeste realizada no Clube Recreativo Chapecoense, em 4 de julho de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 02 – Ato público realizado na praça central de Chapecó, em 4 de julho de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 03 – Ato público realizado na praça central de Chapecó, em 4 de julho de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 04 – Ato público realizado na praça central de Chapecó, em 4 de julho de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 05 – Trote dos estudantes da FACIE/Fundeste, na década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 06 – Estudantes da primeira turma de Pedagogia da FACIE/Fundeste, em 1972



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 07 – Aula do curso de Pedagogia da FACIE/Fundeste, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 08 – Aula do curso de Pedagogia da FACIE/Fundeste, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 09 – Curso de capacitação de professores, em 1972



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 10 – Biblioteca da FACIE/Fundeste, na década de 1970, no seminário Diocesano



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 11 – Seminário Diocesano, primeira sede da Fundeste em princípios da década de 1970



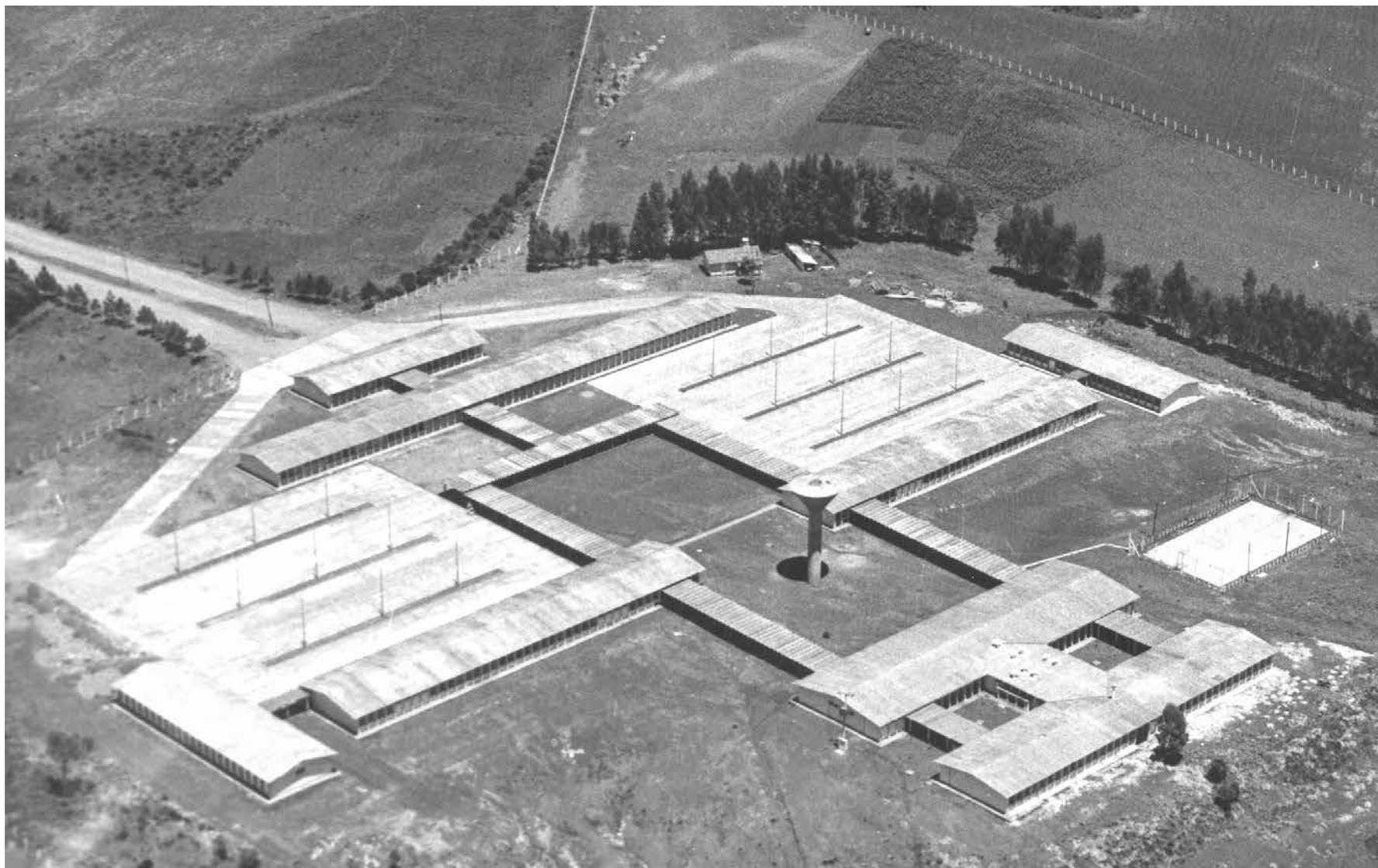
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 12 – Construção das instalações que foram doadas para a Fundeste, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 13 – Instalações da Fundeste, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 14 – Instalações da Fundeste, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/UnoChapecó.

Figura 15 – Jogos estudantis, década de 1970



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 16 – Fundação Educacional do Alto Irani (FEMAI), na cidade de Xanxerê, onde foram ofertados cursos de graduação da Fundeste, década de 1980



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

# *Capítulo 3*

## *Uma universidade para o oeste catarinense*

*Silvana Winckler<sup>1</sup>*

*Arlene Renk*

A simbiose educação e comunidade, no Sul do Brasil, foi constitutiva no processo de colonização, com europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, entrando no Brasil no contexto da política migratória do império, ocasião em que eram destinados às colônias, isto é, o espaço destinado aos imigrantes para estabelecer moradia, derrubada de matas e amainar o solo para o cultivo, estabelecendo rede de sociabilidade. O relativo abandono dessas novas colônias não contemplava a escola, como também não ocorria à população nacional, ao contrário do presidente Sarmiento, na Argentina, que prodigalizou escolas e bibliotecas na língua espanhola aos seus conterrâneos e aos imigrantes recém-instalados. Lucio Kreutz, estudioso das escolas paroquiais e comunitárias, relata situação ocorrida na Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), no século XIX, no mínimo hilária, para não falar do grave, do descaso dos governantes em relação à educação.

Os imigrantes pressionaram o Estado em favor de escolas públicas. Mas no período mais intenso da imigração, a partir de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos. Não tendo condições ou política prioritária para a oferta de escolas, o governo estimulou os imigrantes a abrirem escolas étnicas. O administrador de São Leopoldo, núcleo original dos imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul, queixando-se ao Presidente da Província da deficiência

---

1 Agradecimentos: Informações preciosas foram prestadas pela secretária acadêmica Nadir Isaber Bianchi, professor Ireneo Antonio Berticelli e Claudete Machado.

de escolas públicas, relatou que havia apenas três destas em relação a 23 escolas da imigração alemã, das quais apenas uma ensinava em português. Por isto pedia um decreto obrigando o ensino da língua nacional nas escolas da imigração. Contra sua expectativa, o Presidente da Província permitiu o ensino em alemão também nas escolas públicas da região colonial (Carneiro, 1950; 1960, p. 88). (Kreutz, 2000, p. 160).

Valendo-se da experiência do processo de colonização, as fundações educacionais, décadas mais tarde, constituídas para o oferecimento do Ensino Superior são uma reprodução, deliberada ou não, da experiência das escolas comunitárias que estiveram em vigência do século XIX (Schmidt, 2010; Bittencourt *et al.*, 2014) até o processo de nacionalização proposto por Vargas, em 1938. Em que pese a distância temporal, ofereciam o serviço educacional, valor para essa população, face à omissão do Estado no financiamento, com a diferença que o Ensino Superior já era ministrado em Língua Portuguesa e constituía-se num monopólio do Estado a chancela para a abertura de instituições e de cursos.

O surgimento das fundações educacionais coincide com o mapa da área de colonização. Estas acalentavam o sonho de galgar ao grau de universidade, superando o *status* de faculdade e almejando alcançar a autonomia universitária, sem a necessidade de obter a anuência por caminhos longos ao Conselho Estadual de Educação e ao MEC para implantação de cada novo curso de graduação. Na universidade os voos seriam mais altos. O substrato comunitário daria mais tarde origem à Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC). Recorre-se ao passado, se não à invenção desse (Hobsbawm; Ranger, 1984), aos argumentos das virtudes étnicas para legitimar raízes e tradições. Não se usa o capelo no cotidiano, mas outros ritos são introduzidos e internalizados tal qual segunda pele, ou seja, o que Bourdieu (1972) chama de *habitus*. Desse autor, recorre-se à categoria da necessidade feito virtude (Bourdieu, 1979), para a vida ascética, privações, doações, como abrir mão de salário em favor da instituição.

Não se pode tomar a Fundeste isoladamente e de forma a absolutizar a sua experiência na transição de fundação de Ensino Superior à universidade. Ao olhar o “entorno”, observamos um espraiamento desse movimento. Há dois aspectos a serem considerados. Um é o da imitação prestigiosa e o outro o da raridade (Mauss, 2003). A imitação prestigiosa consiste em seguir os modelos que inspirem deferência, respeitabilidade, capital lábil. Ela é buscada em outras instituições congêneres, em que possa espelhar-se. A raridade, no caso da chancela universitária, como já dito, é uma outorga do Estado brasileiro. Há requisitos indispensáveis a serem preenchidos e nem todas as instituições aspirantes chegam a esse *status*. Chegando, passando umbral, o não cumprimento de exigências pode levar ao descenso e à perda do título.

No entanto, observando regionalmente o movimento da busca da condição universitária, a primeiridade coube à Universidade de Passo Fundo, que teve seu decreto de reconhecimento assinado em 1968. Sua mantenedora, a Fundação Universitária de Passo Fundo (FUPF), originou-se de instituições locais, o Consórcio Universitário Católico (CUC) criado em 1956 e a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU) de 1950 (UPF, 2019). Os olhos devem esgueirar-se um pouco além. A Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Rio Grande do Sul (FIDENE), a partir de 1956, por meio da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), já oferecia



seus cursos e obtém autonomia universitária em 1996, como Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul – Unijuí, com estrutura multi-campi (Unijuí, 2019). A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) iniciou com a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, em 1962, em 1980 obteve do MEC autorização para criação das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC) e em 1993 alcançou a chancela de Universidade, com a atual nomeação. Se olharmos ao sul catarinense, observaremos que em Criciúma, em 1968, foi criada a FUCRI, e posteriormente a Unifacri, União das Faculdades de Criciúma, em 1971, com vistas à formação da Universidade, e em 1992 aprovada a Universidade, com reenvio posterior do projeto ao Conselho Estadual de Educação, aprovado em 1993 (UNESC, 2019).

O que era a Fundeste em 1990? Dava seus primeiros passos para a instituição da Bolsa de Iniciação Científica através da Res. 01 CES/FUNDESTE 1990, de fevereiro daquele ano, cuja bolsa era de meio salário mínimo. O CES/Fundeste dos anos 1990 era voltado prioritariamente ao ensino, que depois faria parte do enxoval da união com a Unoeste [UNOESC] nos seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Serviço Social. Também, 2º Grau Curso Agrotécnico do Colégio 25 de Julho, Centro educacional da Fundeste com habilidades em Técnico em carnes e derivados, técnico em leite e derivados, e experiência pedagógica, com curso de formação para professores de 1º Grau de 1ª a 4ª série. Contava com dois *campi* aproximados, um em São Miguel do Oeste e outro em Xanxerê, o que foi um movimento de expansão de ensino ao leste e ao oeste, cedendo cursos de graduação às respectivas fundações. O deslocamento de docentes, em parte, saía de Chapecó.

A Fundeste preocupava-se com a pesquisa e a extensão, contando com dois programas sólidos: Setor de Educação Permanente (SEP) e o Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), com articulação e inserção nos diversos municípios da região, prestando assessoria. O primeiro dedicava-se à educação básica, fazendo a ligação do CES/Fundeste com as Secretarias Municipais de Educação. O segundo objetivava assessorar os municípios nas comissões locais de organização de suas casas de memória, trabalho que hoje tem ações internacionais. O CEOM, nos anos 1980, recebera subvenção do CNPq – raridade. CEOM Sem Fronteiras, Guaraciaba, Itapiranga, São Miguel do Oeste, assessorando museus, casas de memória, Oficinas em Chapecó, lotavam os espaços, papel de difusão cultural assumido pelo CEOM. Proposta pelo professor Santo Rossetto, autor do projeto Homem de Fronteira, em capacitar com *stricto sensu* professores para atuar no projeto.

Se nos anos 1970 as manifestações na praça e avenida de Chapecó reivindicavam uma universidade, o que construíram foi uma faculdade, com poucos cursos, e seu projeto estagnou no paroquialismo. Seguramente, a sociedade regional e local tampouco vislumbrou outros horizontes. A Fundeste formara mão de obra, sem dúvida, o élan não se fazia presente para o alcance da universidade, não obstante todo o investimento feito. Em que pese, gerencialmente, os horizontes não almejavam ir tão longe. A Fundeste de então cumpria seu papel, era pequena, não atraía profissionais qualificados com *stricto sensu* porque seu quadro de docentes em tempo integral era relativamente restrito. Não havia capital acadêmico para oferecer cursos de *lato sensu*, então a exigência para o exercício do magistério superior. Muitos de seus profissionais foram cursá-los em Minas Gerais, no período de férias. Essa era a realidade daqueles tempos, o que, seguramente, com raras exceções, não seria muito diferente de outras IES que não ingressaram com projeto próprio de universidade. O CES/Fundeste ao abrir um curso novo, para aumentar o seu portfólio, muitas



vezes esbarrava no corporativismo de algumas profissões opondo-se aberta ou veladamente à criação de curso, numa reserva de mercado. O órgão de classe intervinha, a associação local também tentava impor sua força e depois tudo se acomodava à medida que o curso era aprovado e os profissionais convidados e contratados para ministrar as disciplinas. Firmava-se aliança com entidade de classe, como se as contendas passadas fossem pequenos riscos no horizonte e obnubiladas.

Foi nesse contexto, numa manhã chuvosa do inverno de 1990, às vésperas do pleito eleitoral para a direção do CES/Fundeste que o diretor deste recebe a visita dos professores Aristides Cimadam, Luiz Carlos Lukmann e Nelson Denardi, representantes da Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC) e Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), propondo a integração da Fundeste ao projeto universitário, cujo esboço estava delineado pelas fundações visitantes, e com prazo a ser protocolada em Brasília a Carta de Intenção. Na ocasião, ofereceram a Chapecó a sede da Reitoria. A urgência do convite devia-se ao rompimento de uma aliança entre fundações do Vale do rio do Peixe que, por circunstâncias regionais, desembarcaram do projeto para seguir proposta “solo” de universidade.

Uma das marcas dos docentes do CES/Fundeste foi a discussão na instituição, levando a sério o etimológico da categoria comunitário. Quando da visita realizada pelos representantes da FUOC e FEMARP ao Diretor do CES/Fundeste este, por deferência, convidou docentes das duas chapas que disputavam o pleito que se avizinhava a participar da reunião.

Sem apelo e elogios ao miserabilismo acadêmico, embora possa ser forte a expressão, a condição das três fundações estava longe de preencher os requisitos daquilo que consistiria ser uma universidade: alta densidade de corpo docente em tempo integral, capacidade instalada de pesquisa e extensão, grupos de pesquisa consolidados, docentes em considerável percentual titulados com *stricto sensu*, o que deixaria longe do patamar exigido para a constituição de universidade. Não estavam na iminência de oferecer cursos *stricto sensu* em conformidade com a Resolução 05/1983/CAPES. Esses seriam desafios para o futuro. Não bastavam as condições objetivas, haveria de ser criada a condição subjetiva da cultura universitária, da inculcação da atitude investigativa em docentes e discentes.

Face ao convite, o CES/Fundeste vivia a ambiguidade. De um lado, tinha o sentimento de que perdeu oportunidade de se tornar universidade, quando outras instituições contemporâneas já trilhavam por esse caminho, e não tivera ousadia de pensar em projeto de proporções regionais como se propusera quando da constituição da Fundação; os assuntos menores a consumiam. De outro, seria a oportunidade de firmar a aliança tríplice para sair do ostracismo e obter a autonomia universitária.

Houve um período de convencimento da comunidade externa e interna dos ganhos e perdas da adesão ao projeto. Cizânias inteiras ou cizânias à parte, um dos nós discutidos era o porquê da saída das demais fundações contíguas a Chapecó da aliança anterior. Politicamente, no sentido weberiano do termo, as disputas permaneceram e tiveram seu tempo para amainar. Na ata da vigésima sétima reunião do Conselho Superior do CES/Fundeste, de 6 de novembro de 1990, surge questionamento a respeito da sede jurídica da fundação a ser constituída. Há, igualmente, in-



dagação a respeito da pressa na transferência dos cursos em regime de comodato à FUOC. Coordenadores de Cursos de Chapecó mostraram-se contrários. Depois reveem a posição, dizem não serem contrários, mas entendem que o processo foi acelerado.

As três Fundações constituíram comissão, na qual a Fundeste era representada pelas professoras Lourdes Alves, Reni Iop e pelo professor Ireo Berticelli, a quem coube a organização da Carta Consulta ao MEC e formatação do projeto da futura universidade.

As medidas tomadas pela Assembleia da Fundeste foram no âmbito do foro da diretoria e comunidade externa. À comunidade acadêmica cabia o senso de responsabilidade das medidas a serem tomadas para transferência de cursos e medidas correlatas. Nem sempre estas transcorreram em clima irenista. Bairrismos entram em jogo ainda mais, fazendo uma aposta de algo inseguro. Na história da Fundação esse foi o evento, ato não rotineiro e que mudaria toda a vida administrativa, acadêmica e cultura institucional e que a deixaria “adormecida” até 1995, quando do contrato de cessão de direitos reais de uso firmado em 23 de agosto de 1995. As conjecturas entre aceitar e não aceitar, entre os ganhos e eventuais cerceamentos tomavam conta dos docentes e gestores.

Nas Atas das reuniões do CES/Fundeste de 14 e 28 de novembro de 1990, cujo objetivo era o esclarecimento acerca do projeto e da reunião das alianças das fundações, um dos pontos levantados foi o da desvantagem da Fundeste em relação às demais fundações e que esta integraria uma proposta em andamento, com prazos limitados. Afirma a ata que havia um clima tenso, apontando às divisões em dois blocos, um favorável e outro contrário à criação da universidade.

Posteriormente, amainada a situação com a adesão, já integrada à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, com a sigla de Unoeste (Lei n. 1.637, de 19/10/1999, de Joaçaba), já pensavam até na federalização. O título Unoeste utilizado no Estatuto não foi possível de ser mantido porque já havia instituição com esse nome. Um nome não é só um nome.

No Estatuto da Unoeste constava claramente a administração do patrimônio (art. 9 e 10), a previsão de cisão ou partilha estava presente (art. 11). As Prefeituras Municipais de Joaçaba, Videira e Chapecó eram consideradas Mantenedoras Institucionais sedes (art. 13). O Estatuto assegurava que, sem prejuízo da unidade de patrimônio, adotaria regime de administração descentralizada pelos seus diversos *campi* (art. 22). Não obstante haver um artigo que coibia a duplicidade de meios para fins idênticos na Universidade, cabendo à administração central promover a integração e troca, não foi o que se verificou.

Na estrutura matricial multicampi, academicamente, a Unoeste propunha uma divisão de áreas por vocacionamento aos *campi*, a partir de estudos nas áreas dos *campi* e dos potenciais empresariais, configurando-se da seguinte forma: Chapecó (Xanxerê e São Miguel do Oeste) especializar-se-ia nas áreas de Agrárias, Saúde e Comunicação e Expressão; Joaçaba centraria os esforços em Humanas e Sociais e Tecnológicas; Videira teria como foco as socioeconômicas e Centro de Ciências Exatas e Naturais. Independentemente dos critérios da divisão, fato é que os “estudos” não prevaleceram e cada *campus* traçou sua trajetória e seus cursos, como entendeu oportuno.



Ceder os bens, pensar em conjunto, mesmo com divergências e acertos foi o caminho trilhado. Um evento de extensão que marcou o ano de 1992 foi o alusivo aos 500 da Conquista da América, realizado pelo Departamento de História. Por razões desconhecidas, a UFSC enviou uma observadora para acompanhar o evento. Por quê, não sabemos.

Dos diversos sobressaltos dos anos 1990, o mais duro foi, sem sombra de dúvida, o incêndio na Biblioteca do Campus Chapecó, no dia 27 de dezembro de 1992. Ocorreu num domingo à tarde, sem que houvesse público consultando. Danificou o acervo, significativo para a época. Com esforço dos dirigentes e campanha externa, várias instituições de outras regiões do país enviaram materiais em duplicata, permitindo reconstruir o acervo.

A UNOESC, a partir do credenciamento na condição de universidade, adotou a estrutura multicampi. Teve o monopólio do ensino de graduação e pós-graduação *lato sensu*, o que por algum tempo tinha o valor de raridade. Por muitos anos foi a única instituição a oferecer esses serviços. As incursões no *stricto sensu* ocorreram tão somente com parcerias, com a UFSC, em 1998-2001, mediante edital de financiamento pela então Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e um convênio firmado com o Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho, Cuba, de 1998-2000, oferecido nos *campi* de Videira e Chapecó.

Houve a entrada dos antigos *campi* avançados de São Miguel do Oeste e Xanxerê, respectivamente, Fundação Educacional do Extremo Oeste e Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani, elevando-se à categoria de *campi*.

A descentralização por *campus* supunha haver uma unidade acadêmica e autonomia financeiro-administrativa em cada unidade, de modo que algumas tinham índices superavitários e outras cronicamente deficitários, o que causava mal-estar. A Fundeste teve um histórico de déficit e penhora de bens que já ficou para calendas. Num momento havia mandado para penhorar as panelas do hospital psiquiátrico<sup>2</sup>. Dizem os funcionários mais antigos que estes bens foram repassados à Penitenciária local.

O Calcanhar de Aquiles sempre foi o financeiro. Rifas foram realizadas. Uma delas de um caminhão Volvo com câmara fria, mas cujos números vendidos ficaram aquém do esperado. Nas atas da fundação são reiteradas as manifestações de que as prefeituras que subscreveram a ata de fundação cumpram com o prometido. Nas atas do Conselho Mantenedor são recorrentes as passagens da necessidade de cobrar a participação das prefeituras, conforme o termo de compromisso assinado no ato de fundação da Fundeste.

A credencial de universidade estatuída pelo MEC, naquele momento, exigia alguns requisitos, tais como: constituição de grupos de pesquisa, pesquisas consolidadas, contratação de percentual de mestres e doutores. Num momento em que havia uma oferta relativamente baixa de programas *stricto sensu*, e maior parte desses nos grandes centros, não era abundante a oferta de docentes titulados às IES periféricas no interior, o

---

2 O Campus da Fundeste foi doação do Governo do Estado de Santa Catarina, em 1974. A estrutura havia sido construída para abrigar um hospital psiquiátrico, o qual não chegou a operar.



que levou à capacitação dos docentes. Exigiu para tal a formatação de Plano de Capacitação, com critérios, eleição de áreas prioritárias e abertura de edital para escolha dos candidatos.

No Campus Chapecó levou-se a sério o artigo 37 da Constituição Federal, atuando nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, estabelecendo critérios para transferência de alunos, para os diversos atos internos, o que quebrou normas e parâmetros da dupla ética vigente na sociedade brasileira.

No andar da carruagem houve uma tomada de posição do Campus Chapecó na visão de mundo acadêmico e imposição de sua visão. A concepção que respaldava o Campus Chapecó, amalgamada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, na discussão pormenorizada dos atos e fatos da vida universitária, na construção dos instrumentos, tais como Plano de Pesquisa, era matéria intramuros. Tratava-se de uma instituição que não nascera universidade, mas que teria a obrigação acadêmica de transformá-la em ou de aproximá-la. Nesse sentido, “estava tudo por fazer”, apesar de haver dois programas consolidados de extensão, de longa data, o SEP e o CEOM, já mencionados. Para além da indissociabilidade, sempre almejada e como ponto não de partida, mas de chegada, havia um princípio institucional cuja riqueza talvez tenha ficado nas poeiras e prateleiras. Era outra a constituição do Campus Chapecó, em termos de divisão administrativo-acadêmica.

A processualidade e a atitude investigativa foram frutos da inculcação do éthos de pesquisa. Havia vários obstáculos a serem superados, como a mentalidade voltada predominantemente ao ensino, a baixa titularidade do corpo docente, a precariedade da difusão científica, que contribuíam para a manutenção desse quadro. Iniciativas como a construção de Diretrizes e Políticas tiveram por objetivo superar as lacunas e alçar a instituição ao grau de universidade, não só de nome, mas de fato.

## **Políticas de pesquisa, graduação e extensão**

Os *campi* da UNOESC seguiram ritmos que acentuaram a dispersão. Se, no princípio, não houve um nível adequado de unificação, com o passar dos anos avançaram por caminhos distintos e consolidaram a autonomia acadêmica e administrativa. O *campus* de Chapecó criou, inclusive, uma identidade própria, precisamente de “Campus Chapecó”, que em nada refletia sua pertença ao projeto UNOESC.

Eventos marcantes na construção da identidade do Campus Chapecó foram a elaboração das políticas institucionais de Pesquisa, Graduação e Extensão. Os documentos foram elaborados entre 1999 e 2003, envolvendo duas gestões.



### *Plano de desenvolvimento da pesquisa*

O Plano de desenvolvimento da pesquisa foi elaborado sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Era, então, pró-reitor o professor Odilon Luiz Poli.

Na introdução ao Plano, o contexto no qual o documento foi produzido é explicitado. A UNOESC-Chapecó desejava “[...] conduzir o desenvolvimento da instituição na direção da construção de uma universidade, ao invés de limitar-se a fazer dela um mero Centro Universitário.” (Unoesc-Chapecó, 1999, p. 7). No entanto, as condições objetivas e os recursos eram escassos. Muitos esforços vinham sendo feitos no sentido de acelerar a capacitação profissional (a exemplo da implementação do Plano Institucional de Capacitação Docente e Técnica). Departamentos, cursos e toda comunidade acadêmica eram conclamados a somar-se na aspiração à consolidação do projeto de universidade.

O documento, aprovado pelo Conselho Pedagógico, tinha como objetivo organizar as ações de pesquisa no Campus a partir da definição de diretrizes e de instrumentos de gestão. Visava, ainda, regular a distribuição de recursos destinados a seu financiamento. Foi elaborado com ampla participação docente, em diferentes oportunidades. As ações apontavam em três direções:

Na direção de uma universidade fortemente articulada com o seu meio, enraizada entre os diferentes segmentos sociais que compõem a sua região de abrangência e que responde aos seus desafios através da *produção e difusão do conhecimento*. Há que se alertar, contudo que essa *consciência do regional* não quer significar puro *localismo*. Ou seja, mesmo voltada ao regional, essa universidade não perde o contato com o universal. Antes o contrário, entende-se que é a partir do local e do regional que podemos dialogar com a realidade universal. (Unoesc-Chapecó, 1999, p. 9, grifos no original).

A ideia era assegurar o diálogo permanente entre o local/regional e o universal a partir da produção de conhecimento situado e inspirado nas problemáticas regionais. Esse propósito perpassou a política institucional de pesquisa, ao longo dos anos, e incorporou-se à pós-graduação *stricto sensu* da universidade. Faz parte do “DNA” do Campus Chapecó e de sua sucessora, a Unochapecó.

Na direção de uma universidade acessível a todos os segmentos da população. Ou seja, tem-se como pressuposto que a universidade deve perseguir, incansavelmente, à superação sempre maior da seletividade. Esta meta pode desenvolver-se em dois sentidos: o primeiro, de manter o ensino, mesmo que pago, a custos acessíveis; o segundo, de fazer um esforço de estender, o máximo possível, o saber universitário a todos os segmentos sociais, valendo a criatividade para encontrar formas cada vez mais dinâmicas de difusão do conhecimento. (Unoesc-Chapecó, 1999, p. 9).



O tema da acessibilidade é retomado em muitos documentos institucionais. Havia a consciência de que a universidade estava inserida numa região em depressão econômica, onde não existia Ensino Superior gratuito. Poucas famílias tinham condições de pagar para que seus filhos estudassem. O público majoritário da universidade era formado de estudantes trabalhadores que custeavam os próprios estudos. Acessibilidade e permanência foram, portanto, desafios permanentes.

Na direção de uma universidade baseada no pluralismo teórico e ideológico. Parte-se do entendimento de que a universidade só pode contribuir com a dinamização do processo de desenvolvimento e com a melhoria permanente da qualidade de vida, se tiver a predisposição de eliminar todos os absolutismos e de pôr em dúvida todas as propostas de desenvolvimento, por mais inquestionáveis que possam parecer. Isso só será possível se estiver aberta para todas as manifestações teóricas e ideológicas, indistintamente. Cabe observar que a convivência de posições divergentes e até antagônicas num mesmo espaço torna-se possível a partir de uma postura de mútuo respeito ao direito de existência e manifestação, sem a necessidade de construção de consensos ecléticos. (Unoesc-Chapecó, 1999, p. 9).

Não se pode desconsiderar o contexto histórico nacional no qual a UNOESC foi criada e, de modo particular, a configuração política no município sede do Campus Chapecó. O Brasil passava pelo processo de redemocratização após o fim do regime militar. Tínhamos uma nova Constituição que assegurava inumeráveis direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Chapecó e região eram palcos de mobilizações sociais e berços de movimentos sociais reivindicatórios de direitos, como terra, trabalho, previdência e justiça social. São exemplos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), hoje Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). O sindicalismo no meio rural encontrava-se bastante ativo, com a luta das mulheres pela sindicalização. Chapas de oposição, apoiadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), disputavam eleições contra diretorias conservadoras. No meio urbano, o sindicalismo também se renovava. Os embates ideológicos eram inerentes a esses processos e repercutiam no ambiente universitário.

Os objetivos consignados no documento deixam clara a intenção de implementar a cultura da pesquisa e da produção científica na IES a partir de programas de apoio com recursos próprios e externos. Era necessário capacitar os profissionais para que concorressem ao financiamento de pesquisas em agências de fomento nacionais e estrangeiras.

### *Programas de desenvolvimento da pesquisa*

Os princípios do desenvolvimento da pesquisa tinham como foco: interdisciplinaridade, articulação com outros *campus* da UNOESC e com outras IES, articulação com o ensino e a extensão, articulação com a realidade social, autonomia teórico-científica, permanência e regularidade



dos programas, definição coletiva de prioridades, pluralidade, partir dos recursos existentes, busca da autossustentação e da qualificação pessoal e institucional. Esse foi o mote do Plano de Desenvolvimento da Pesquisa, coordenadora pelo Pró-Reitor Odilon Poli.

Houve a necessidade de definir muitos termos relativos ao campo da pesquisa, a exemplo de “projeto”, “programa” e “linha” de pesquisa, “núcleo temático” e “área temática”. Tratava-se de uma nova linguagem à qual nem todos estavam afeitos. Vale lembrar que o percentual de docentes com mestrado era modesto e que eram raros os títulos de doutorado.

Os Departamentos, então em número de 11, deveriam discutir e definir suas linhas de pesquisa prioritárias, a fim de produzir-se um adensamento na pesquisa. Essa estratégia fazia parte das diretrizes metodológicas para a implementação das prioridades da pesquisa. A atenção deveria estar voltada às demandas locais e regionais, sem esquecer-se dos grandes temas que mobilizavam cada área do conhecimento em nível nacional e internacional. Valia a recomendação:

*Para isso, é importante que cada departamento se faça as perguntas: “Quais são os principais problemas enfrentados, em nível local e regional, relativos à nossa área de conhecimento? Quais as questões mais importantes que estão sendo colocadas em nível nacional e mundial relativas à nossa área de conhecimento?”. (Unoesc-Chaçecó, 1999, p. 13, grifo no original).*

Mediante essa estratégia seriam definidos os programas e projetos de pesquisa que mobilizariam os esforços e os recursos institucionais, sempre com vistas ao estabelecimento de parcerias com outras instituições acadêmicas e com organizações empresariais, bem como de olho nas agências de fomento.

O Plano definia, de antemão, quatro áreas temáticas prioritárias para o *campus* de Chapecó: Estudos Ambientais; Estudos Regionais; Trabalho; Ciências Exatas e Tecnologia.

Outro aspecto destacado no Plano foi a atenção dedicada à iniciação científica. Dentre as modalidades de apoio à pesquisa estavam o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)-UNOESC, o PIBIC-CNPq e o apoio aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Naquela época ainda não estavam asseguradas, por falta de regulamentação, as bolsas de pesquisa relativas ao art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Além destas modalidades, o Plano contemplava o Balcão de Projetos, para projetos que demandavam baixos valores de custeio, Pesquisa por Demanda Externa (interesse externo ou recíproco) e Pesquisa por Demanda Induzida (nas áreas temáticas prioritárias do Campus).



## *Grupos de pesquisa*

Outro tema que mereceu atenção no Plano de Desenvolvimento da Pesquisa foi a formação dos grupos de pesquisa da UNOESC-Chapecó. Recorrendo às nomenclaturas adotadas pelo CNPq, definiu-se como prioritária a implementação do Programa de Estruturação de Grupos de Pesquisa. Os grupos assim constituídos passariam a contar com apoio institucional na forma de horas para dedicação à pesquisa, bolsistas de iniciação científica, recursos para custeio e pequenos investimentos, subsídios para deslocamentos a fim de integrar grupos interinstitucionais e redes de pesquisa, entre outros. A política de apoio fazia a distinção entre “Grupos Emergentes” e “Grupos Consolidados”.

## *Programa de divulgação de resultados da pesquisa*

O Programa de divulgação de resultados da pesquisa consistia em tripé: apoio à participação em eventos científicos, apoio à promoção de eventos científicos e apoio a publicações científicas.

A UNOESC-Chapecó promovia, anualmente, o Seminário de Iniciação Científica, com o objetivo de socializar as produções de discentes, especialmente daqueles que receberam bolsa ou apoio para desenvolverem as pesquisas. Havia, também, o Seminário Integrado, realizado em parceria com as instituições FURB e Universidade do Vale do Itajaí (Univali), onde eram apresentados os resultados das pesquisas financiadas pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. A participação era obrigatória para estudantes bolsistas. Os professores orientadores integravam as bancas de avaliação das apresentações orais. O CNPq enviava avaliadores para acompanhar o seminário.

Foi realizada Oficina de Atualização em Pesquisa, com assessoria de professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), congregando docentes de Chapecó, Xanxerê, São Miguel do Oeste, URI, UNC, CEFET Pato Branco, discutindo por longo tempo questões de epistemologia, formação de grupo de pesquisa, o que foi germen para os grupos constituídos posteriormente.

Uma das marcas de Chapecó é a Editora Argos. No entanto, as atividades editoriais iniciaram em 1992 com o Setor de Editoração que publicava os Cadernos CEOM, a revista Grifos e alguns livros. Valendo-se do nome da Revista Grifos foi criada a editora, com o mesmo nome, em 1987, acumulando serviços de publicidade do *campus*. Com auxílio do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IB-TEC), as publicações passaram a contar com o International Standard Serial Number (ISSN), isto é, o número utilizado para as publicações seriadas, que é o caso dos periódicos, e o International Standard Book Number (ISBN), identificação aos livros.



O passo seguinte foi a filiação da Editora à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). A Grifos foi a primeira editora universitária da região oeste de Santa Catarina (atual Editora Argos). A Editora Grifos publicava obras científicas e literárias e revistas científicas. A Revista Grifos, pioneira, tinha caráter institucional e estava voltada à área de Ciências Humanas. Ainda é editada, agora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Outros periódicos editados à época eram os Cadernos do CEOM, Revista Jurídica, Cadernos de Economia, Revista Pedagógica, Revista Plurais, Revista Exatas, Letras Vivas e Cadernos Metodológicos. As publicações foram, progressivamente, adotando conselhos editoriais externos e o sistema de avaliação por pares “duplo cego” (Unoesc-Chapecó, 1999, p. 45).

Outra forma de divulgação foi a chamada literatura cinza, os pré-print, nas Séries sob responsabilidade de cada área. Seu objetivo era a circulação e discussão dos textos, aprimorá-los para depois enviá-los à *publicação branca*. A arbitragem ficava sob responsabilidade dos Departamentos.

A editoração, em coedição ou edição própria, iniciou sua trajetória de visibilidade, participando do I Encontro Estadual de Literatura, IV Encontro Estadual de Escritores, I Feira Nacional do Livro, I Bienal do Mercosul, recebendo aceitação, reconhecimento e premiações. Uma notificação concedeu prazo para o uso da marca Editora Grifos, por já ser registrada. Foi aberto um processo eletivo e vários nomes foram apresentados, e o vencedor foi Argos. Foi feita campanha de posicionamento de marca e registro desta.

### *Política e Diretrizes da Graduação*

O documento base da política de ensino de graduação do Campus Chapecó<sup>3</sup> teve como objetivo ser o fio condutor da organização curricular dos cursos de graduação, tendo em vista implementar a proposta de diretrizes para os cursos de graduação contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), uma vez que a revisão do Estatuto (1999) e do Regimento Geral (2000) da Universidade havia conferido aos *campi* autonomia acadêmica. Visava servir com uma orientação geral para a organização curricular de cursos novos e para a revisão dos projetos pedagógicos de cursos em andamento. Foi elaborado sob a coordenação da pró-reitora de ensino, professora Silvana Marta Tumelero.

Em 1998, a UNOESC havia desenvolvido um Diagnóstico Institucional estruturado em sete áreas temáticas. A área temática seis indicou “falta de clareza do projeto pedagógico dos cursos de graduação por docentes e acadêmicos” (FUNOESC, 2001, p. 10). Entendia-se que a construção coletiva da Política e Diretrizes da Graduação possibilitaria a superação desse problema. O documento foi aprovado pelo Conselho de Gestão do *campus*.

3 Note-se que a identidade institucional “Campus Chapecó” perpassa todo o documento.

Na introdução reafirma-se o compromisso com o desenvolvimento regional em suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural)<sup>4</sup>. Sinalizam-se as tendências à interdisciplinaridade e à interdependência das áreas do conhecimento, bem como a necessidade de inovar nos currículos, especialmente com a ampliação da iniciação científica.

O tema da identidade institucional é problematizado, porém não com relação às demais IES que compuseram a UNOESC e aos demais *campi*, e sim em relação aos Centros<sup>5</sup> internos ao Campus Chapecó. A identidade institucional deveria ser construída nos espaços de participação da comunidade acadêmica e externa:

Considerando-se que este processo de reflexão sobre a identidade institucional deva mobilizar ainda mais o pessoal docente e discente da Universidade, para que não prevaleçam identidades que se consolidam cotidianamente a partir do processo decisório e de gestão singular de cada Centro, mas fortaleça-se o projeto institucional debatido e construído com a participação da comunidade acadêmica e com a representação social. (FUNOESC, 2001, p. 14).

O Campus Chapecó contava com assessoria para a elaboração do planejamento anual. O “posicionamento institucional” era definido em espaços que envolviam docentes, técnicos e representantes dos estudantes (Conselho Gestor e Conselho Pedagógico), mediante o planejamento estratégico. Não era, portanto, uma tarefa de *marketing* institucional.

Tema recorrente nos documentos institucionais desse período, o desenvolvimento regional é enfatizado também na Política e Diretrizes da Graduação, que menciona a diversidade de referenciais sobre desenvolvimento existentes na região e a necessidade de a universidade tomar parte nos debates. Reafirma-se o compromisso, já presente na Política de Desenvolvimento da Pesquisa, com as problemáticas locais/regionais, agregando a necessidade de a universidade aproximar-se da comunidade através do processo de ensino, contemplando “[...] diferentes segmentos que compõem esta comunidade, reconhecendo inclusive grupos e segmentos de menor visibilidade econômica ou política [...]” (FUNOESC, 2001, p. 15-16).

A meta do Campus Chapecó é “[...] tornar-se referência no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, ser referência de qualidade acadêmica e de gestão universitária, democrática e participativa.” (FUNOESC, 2001, p. 15). São definidos como princípios e diretrizes para o ensino de graduação:

4 “Ao assumir o princípio da inserção e contribuição com o desenvolvimento regional, o Campus/Chapecó está explicitando sua responsabilidade social e esta noção deverá estar presente nas diferentes atividades e trabalhos desenvolvidos pelos docentes e acadêmicos no âmbito do ensino, da pesquisa e especialmente da extensão.” (Funoes, 2001, p. 15).

5 A estrutura organizacional em Departamentos foi substituída por Centros em 2000.

- a) Atuação dos cursos de graduação em consonância com o projeto de desenvolvimento institucional e a característica comunitária do Campus/Chapecó [...];
- b) Profissionalização da Universidade via processo seletivo para contratações docentes, buscando atender às necessidades de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e ao cumprimento das disposições legais para a renovação do credenciamento e consolidação do Campus/Chapecó;
- c) Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- d) Avaliação permanente do ensino superior através de programas institucionais, externos – de organismos oficiais e outras formas;
- e) Expansão planejada a partir dos critérios de necessidade social, demanda de mercado, demanda de interesse pessoal, relevância do curso proposto no contexto acadêmico do Campus, condições pedagógicas, viabilidade de infraestrutura para instalação dos cursos e crescimento demográfico regional. Garantia de padrões de qualidade para oferta de cursos fora de sede, consoante com o enunciado anterior desta diretriz;
- f) Qualificação e atualização pedagógica permanente dos agentes do ensino superior;
- g) Ampliação e melhoria do acervo e multimeios – investimento em novas tecnologias;
- h) Flexibilização nas formas de acesso ao ensino superior e novas modalidades de oferta [...];
- i) Qualificação e otimização dos serviços ofertados aos docentes e discentes. (FUNOESC, 2001, p. 33-34).

### *Plano de Desenvolvimento da Extensão*

O Campus Chapecó realizava inúmeras atividades de extensão, articulando o ensino e demandas da comunidade. A necessidade de dar um corpo coerente, organizado e potencializar ações levou à construção do Plano de Extensão do Campus, iniciado na gestão do Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, professor Odilon Poli. Esta medida encontrava amparo no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, de modo que foi buscada assessoria na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que delegou a professora Norma Venâncio para assessoria na elaboração do Plano. Seguiu as normas e orientações do Plano Nacional, reafirmando o compromisso social da universidade.

A Extensão seria um instrumento de aproximação da comunidade, observando diretrizes, como democratização do conhecimento, pluralidade, interdisciplinaridade, dinamização do desenvolvimento, dentre outros.

Além de servir como documento norteador para orientar a formatação de programa e projetos, dos requisitos indispensáveis, resultou em diversos programas institucionais, tais como Coral Universitário, o Grupo de Teatro Universitário, Escritório Sócio Jurídico, as Incubadoras Sociais, o Viveiro, o CEOM, Um Sorriso para a Vida, dentre outros.



O que havia de interessante nesse processo era o sentido da equidade entre as áreas de conhecimento, de estabelecimento de critérios, das diretrizes e de princípios, das áreas prioritárias. Esses itens eram matéria de intensas discussões e construídos coletivamente, com avanços e recuos. A parametrização foi inculcada na cultura acadêmica do *campus*.

Plano construído em conjunto com pressupostos, princípios, nove diretrizes, organização dos eixos temáticos, além do já ressaltado, a perenidade, autonomia didático-científica. Definição coletiva das prioridades, autossustentação e interdisciplinaridade. O Plano apresentava as modalidades institucionais de apoio à extensão (ex. modalidade balcão, demanda externa, demanda induzida) e a instituição do Fundo de Apoio à Extensão (FAPEX), como um dos meios de financiamento das atividades.

Nos últimos anos da década de 1990 e início de 2000, a instituição obteve o saneamento financeiro, com planejamento estratégico, com posicionamento institucional e organização administrativa voltada à eficiência. Na organização dos cursos, assegurou-se a articulação entre custos e investimentos demandados para a melhoria da qualidade acadêmica. As melhorias no *campus* eram visíveis: estacionamentos, cabeamento ótico, reconstrução da biblioteca e do salão de atos, implementação de laboratórios, dentre estes os de informática, construção dos blocos M, R e G. Com vistas ao projeto próprio de Universidade, a reorganização da Mantenedora esteve sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração. Era pró-reitor o professor Gilberto Luiz Agnolin, que foi artífice da separação do Campus Chapecó e da construção da futura Unochapecó. Hábil negociador com a representação estudantil e com as lideranças envolvidas no processo. A área ocupada pelo *campus* foi adquirida por usucapião. Mesmo que formalmente estivessem sob responsabilidade da Fundeste, os encaminhamentos práticos e rotineiros foram dados pela UNOESC/Chapecó.

# *Capítulo 4*

## *Do Campus Chapecó à Unochapecó*

*Arlene Renk*  
*Silvana Winckler*

Este capítulo é a tentativa de narrar essencialmente os ritos de passagem e de instituição da insurgente UNOESC/Campus Chapecó e de seus caminhos para a constituição da nova mantida da Fundeste, a Unochapecó. Com todo o cuidado em manter a distância vigilante, nem sempre é possível uma escrita retilínea, coesa e como um bloco sem arestas. Afinal, com tantos personagens vivenciando ou presenciando, sob as mais diversas perspectivas, é provável que haja lapsos, fragmentos que de um ou outro ponto de vista não entraram na narrativa e muitos fragmentos que possam ser interpretados diferentemente. A condição nos impele a aceitar as vicissitudes e levar em conta os imponderáveis, que nos rodeiam.

Metaforicamente falando, os três sábios que, em 1990, visitaram o CES/Fundeste, referidos no capítulo anterior, não trouxeram presentes, como incenso, mirra e ouro, até porque, com o tempo, o incenso volatiliza, a mirra amara, além do desejado, e o ouro não se carrega mais na algibeira, os certificados bancários cumprem seu papel. Trouxeram, igualmente, a proposta de uma instituição regional, multicampi, alicerçada, implantada, num verdadeiro latifúndio territorial, de Videira e Dionísio Cerqueira, que rende bons frutos, mas, com passar do tempo, apresentou fissuras. No entanto, da visita ficou o desejo de construção de uma instituição sólida com responsabilidades amaras, até então não enfrentadas: a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Na rotina acadêmica, as pró-reitorias da UNOESC Chapecó organizaram a gestão observando os parâmetros exigidos em termos de capacidade instalada para atingir o patamar de universidade, no sentido estrito, que a instituição não alcançava. Com metas, diretrizes e princípios



traçados, procurando articular ensino, pesquisa, extensão e observando a sustentabilidade financeira, foi tentando superar o problema da titulação do corpo docente e a ampliação dos quadros com docentes titulados, por meio de processo seletivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina estipulavam um mínimo de corpo docente permanente, em regime de trabalho integral, com formação em programa *stricto sensu*. Os caminhos eram a contratação ou qualificação de seu quadro docente. A legislação falava de comprovação de produção intelectual consolidada. E no que consistia a consolidação? Dentre outros requisitos, ter programas próprios de *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES, e docentes com produção científica. E, por sua vez, implicaria em outras exigências, além dos mencionados, em acervo específico de biblioteca, laboratórios, espaços de salas de aula, salas de professores e demais.

De outro lado, havia demandas regionais e dos estados vizinhos para oferta de cursos na graduação e nos cursos sequenciais, procurando a qualificação e profissionalização constante. É nesse contexto que houve a expansão com curso sequencial em Palmitos, sequencial e graduação em Xaxim e São Lourenço do Oeste. Isso, de um lado, exigia o trabalho de construção da ossatura acadêmica: de formação e consolidação dos grupos de pesquisa, do lançamento dos editais de pesquisa, de habilitar e concorrer aos editais externos, de qualificação docente, principalmente na defesa incondicional de liberação de docentes para cursar somente programas de *stricto sensu* avaliados favoravelmente pela CAPES<sup>1</sup>. De outro lado, a organização dos novos espaços incorporados como *campi* aproximados, garantindo-lhes a infraestrutura e qualidade dos cursos.

## **UNOESC: da unidade à autonomia do *campus***

Constituída a UNOESC, esta compreendia território vasto que se estendia do meio oeste ao extremo-oeste de Santa Catarina. Seus cinco *campi* estavam sediados em Joaçaba, Videira, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. Entre os extremos, mais de trezentos quilômetros de distância física que representavam uma dificuldade adicional à gestão colegiada, formada por assembleia geral e conselhos deliberativos. A Reitoria estava situada no *campus* de Chapecó. A fundação mantenedora tinha sede em Joaçaba. Vale lembrar que, nos primeiros anos, a internet era uma tecnologia incipiente e que os telefones celulares acabavam de ser lançados no Brasil. Teleconferência e *Skype*, fossem então tecnologias disponíveis, teriam poupado infindáveis deslocamentos entre os *campi*.

Mas não era a distância entre os *campi* a principal dificuldade encontrada na gestão. As IES que formaram a UNOESC tinham sistemas operacionais diversos tanto na gestão acadêmica quanto na gestão financeira. A opção feita foi não unificar esses sistemas. Deste modo, cada *campus* funcionava com relativa autonomia.

---

1 Na primeira década deste século havia uma corrente estadual do entendimento da paridade de validação/avaliação dos programas *stricto sensu* pela CAPES e pelo Conselho Estadual de Educação.



Havia, ainda, diferentes culturas institucionais. Pode-se dizer que FUOC e FEMARP tinham gestões mais centralizadas. A Fundeste, por sua vez, tinha uma vivência de intensa participação docente, técnica e discente nos conselhos e colegiados (Conselho da Fundação, Conselho Universitário, Conselhos de Departamentos, Colegiados de Cursos), votivo e eletivo. Temas acadêmicos e administrativos eram amplamente debatidos e deliberados nesses espaços coletivos, onde se desenhavam disputas e consensos. A escolha das funções de direção e de coordenação dava-se por eleições em todos os níveis. Os pleitos eram bastante disputados e mobilizavam toda a comunidade acadêmica de Chapecó e dos *campi* aproximados de Xanxerê e São Miguel do Oeste em campanhas eleitorais.

As diferentes visões acerca da gestão produziram desgastes e insatisfações. De uma parte, havia a queixa de que os processos decisórios eram complexos e lentos, compreendendo muitas instâncias. Dizia-se que o excesso de participação comprometia a eficiência na tomada de decisões. De outra parte, era motivo de descontentamento o déficit democrático ensejado pela tendência à centralização administrativa no nível da reitoria.

A integração das três IES fundacionais foi um passo decisivo para a aprovação do projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina. As “costuras” jurídicas e institucionais demandaram trabalho e refinamento, tendo em vista obter a aprovação do MEC (1996). A viabilidade da universidade multicampi foi atestada e respaldada pela comunidade regional, ou seja, por seus representantes, que não hesitaram em firmar documentos em apoio à iniciativa. A universidade era desejada e sua instalação foi comemorada pelo corpo acadêmico e pela sociedade oestina.

A ausência de unificação de procedimentos acadêmicos e financeiros pode ser apontada como fragilidade da nova universidade. A título de exemplo: cada *campus* possuía a sua norma de procedimentos acadêmicos; não havia critérios unificados para a elaboração de orçamentos; as dinâmicas de planejamento eram diferentes. A divisão de *vocacionamento* dos *campi*, como proposta na originária, em áreas de conhecimento, não foi levada a cabo, a transgressão resultou na oferta de cursos em mais de um *campus*, caracterizando uma concorrência autofágica.

O CES/Fundeste, transformado em UNOESC Chapecó, na sua caminhada, com a qualificação do corpo docente e o constante exercício de ação-reflexão, criou uma cultura universitária distanciando-se dos anos setenta e oitenta. Embora houvesse ganhos na implantação de novos cursos e crescimento do número de graduandos e pós-graduandos de *lato sensu*, a coabitação com os demais *campi* era peculiar. Essa singularidade motivou a atuação rumo ao projeto próprio de universidade.

Inicialmente houve a adoção clara da categoria de autonominação de Campus Chapecó em substituição a UNOESC Chapecó, na construção de identidade, que é sempre dual. Os lugares e os nomes nunca foram neutros. A criação de políticas próprias já era um indicativo da busca e autonomia. A campanha de vestibular de verão, do final dos anos 1990, foi emblemática. A Universidade fez a campanha institucional do vestibular com mote de um cavaleiro chegando ao destino. Leia-se, ao futuro na escolha dos cursos. No sentido inverso, o Campus Chapecó construiu um posicionamento no astronauta que pousa na lua. Definitivamente, observando as mensagens depreendia-se que a sintonia em comunicação



era um produto bastante raro. É desse momento que o Campus adota sua marca, expressa no “globinho”<sup>2</sup>, que aparece em diversas formas, como em broche/pin, ocupando o lugar do crachá formal institucional, fato que seria cobrado na campanha eleitoral para reitoria. Ressalte-se que hoje nas cadeiras azuis as logomarcas carregam, com maior ou menor intensidade, os traços do “globinho” já associado ao nome da Unochapecó, nome ainda definido nesse momento.

No Campus Chapecó e nos *campi* aproximados, academicamente, respirava-se o clima de “tempos de construir uma universidade”. Algumas medidas inovadoras foram tomadas. Um dos exemplos foi abolição dos trotes medievais e retrógrados aos calouros. O que deveria ser uma recepção, com calorosas boas-vindas, corria o risco de virar um ato de terror, quando não de lesão corporal ao calouro.

Os trotes aos graduandos ingressantes a cada semestre, que já tiveram práticas desabonadoras, foram substituídos pela Pró-Reitoria de Ensino do Campus, como forma de evitar constrangimento ou abuso dos veteranos em relação aos calouros. Era o chamado trote humanizado. Poderia adquirir diferentes nuances, mas era sempre de caráter educativo. Uma das modalidades que prevaleceu foi a da doação de sangue, em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc), com palestras e gincanas. Houve cursos de graduação em que, num movimento inverso àqueles realizados pelos “desbravadores”, na derrubada da mata e escoando a riqueza pelo rio Uruguai, as turmas ingressantes, numa atitude politicamente correta, adotavam uma muda, plantada com a placa indicativa ao lado do tronco, com o nome popular e a nomenclatura científica da árvore. O viveiro também distribuía as mudas, igualmente identificadas, as quais foram plantadas nos diversos espaços do *campus* e hoje são belas árvores.

Também foram tomadas medidas de transparência e zelo pela coisa pública, a exemplo da abertura de editais de transferência de vagas, evitando apadrinhamentos ou jeitinhos, tão comuns na prática brasileira em que alguns se consideram mais iguais que outros. Nem sempre foi fácil autoridades e detentores de carimbo entenderem a lógica dessa racionalidade, que evitava o compadrio e o jeitinho. Os processos seletivos passaram a ser seguidos na mesma lógica, com lisura, com critérios explícitos, com banca formada, da qual também participava integrante externo ao *campus*, respeitando o veredito desta.

A Pró-Reitoria de Ensino da UNOESC Chapecó criou um programa interessante, editado periodicamente, que se chamava Com o Pé no Campus. Seu objetivo era aproximar os alunos do Ensino Médio com a Universidade, com possibilidade de escolha do curso. Era realizado semestralmente nas escolas do Ensino Médio do Rio Grande do Sul e do Paraná, ou seja, o Campus deslocava-se às escolas. Num determinado momento, seu *slogan* era um bocado provocativo: UNOESC Chapecó – Nosso mundo é bem maior.

Várias experiências da efervescência ocorriam no *campus*. Foram inúmeras as atividades. Mencionamos algumas, por economia de papel. Oportunamente, todas merecem seu destaque.

2 Numa campanha de posicionamento da Unoesc Chapecó, no final dos anos 1990, foi elaborada uma logomarca que remetia ao globo estilizado, chamado globinho. Este foi perdendo os traços, de modo que nos dias atuais permanecem dois círculos dispostos sobre o nome da universidade.



Os discentes do curso de Letras deixavam sua marca ao criar sua Árvore do Pensamento [onde hoje é o Jardim das Artes], que virou ponto de referência no *campus*. Outro ponto de referência era o Literatório, a partir de projeto financiado pelo Fundo de Apoio à Extensão (FAPEX), sob liderança da professora Rosa Cominetti, dos então acadêmicos Roberto Panarotto, Demétrio Panarotto, Marcia de Souza e Marcia Brasil. Sua agenda era disputada pelas escolas, desejosas de assistir às contações de histórias, permitindo imaginar, criar, misturando personagens e fantasias.

E o que dizer da Filosofia, que muitos consideram tão esotérica. Professores e graduandos, capilarmente envolvidos no Café Filosófico, transformavam a disciplina tão exotérica, que os debates cativavam uma plateia. Cada Café era um verdadeiro ágape. Quem se furtaria a discutir o Amor? Podia até ser erotizado em algumas cabecinhas de alface, mas encontrava espaço para abordagens diversas e enobrecidas. E Liberdade? Se alguém imaginou a tríade da Revolução Francesa, pensou pequeno. Eram tantas as possibilidades. Eram tantos os cerceamentos. Também a Política foi tema dos Cafés Filosóficos. Essa, sempre com P maiúsculo, recuperando as raízes da polis. Cada café era um gole de conjugação de conhecimento com prazer. Hoje, carecemos de Cafés Filosóficos.

E que dizer do Programa Permanente de Estudos e Assessoria à Educação? Do CEOM? Do Programa Pesquisa de Opinião? Do Programa de Extensão Comunitária em Serviço Social? Do Grupo de Pesquisa sobre Violências (NESVI)? Do Programa de Extensão de Serviços Técnicos de Engenharias? Do Acompanhamento do Custo do Cesto de Produtos Básicos e da Cesta Básica do Município de Chapecó? Do Banco Regional de Dados? Do Centro de Atendimento à Comunidade – Escritório Sócio-Jurídico? Do Coral? Da Vida Empresarial? Além de outros mais, mas não de menos importância.

Vale lembrar da divulgação científica expressa nos Programas de Rádio, as inserções na rede de TV aberta, jornais, na TV Universitária, na Agenda do Campus Chapecó, no Passe a Folha, na Folha do CEOM. E por falar em CEOM, coordenado por Josiane de Oliveira e seus colaboradores, sempre de portas abertas às visitas da comunidade e a crônica dificuldade de encontrar um espaço próprio.

Os momentos em tons festivos eram percebidos na recepção aos calouros, no GTEU – O Teatro Universitário, as atividades culturais, nos Jogos Universitários, na COFAFE, momento auge da confraternização dos técnicos do Campus e suas disputas nas diversas modalidades com as demais equipes das outras Universidades, nas Mostras artísticas, exposições de talentos docentes, discentes e universitários. Periodicamente, o Programa Oeste no Plural contemplava sessões de Cinema seguido de discussão, que era sempre aguardado. As atividades do Grupo Contadores de História e “um punhado de história” cativavam plateias. A Editora Argos era coadjutora para ultrapassar as fronteiras marginais, publicando e lançando os livros em outros lugares, veja o exemplo da História das Mulheres de Santa Catarina, lançado em São Paulo, Joinville, Itajaí, Blumenau e Chapecó. E a confraternização de final de ano, sempre esperada. É só um exemplo.

As campanhas publicitárias de vestibulares ou demais eram deveras criativas, quando não irreverentes. Uma dessas figurava até há pouco tempo numa sala da instituição. Consistia de peça publicitária de fundo amarelo com formigas carregando uma maçã e os dizeres “Faça agora o que os outros farão depois”. A mensagem não dúvida, seguramente.



Com periodicidade, realizava-se os Dias da Pesquisa e da Dia da Extensão, encontro dos pesquisadores com a gestão, muitas vezes servia de catarse para fazer os expurgos de seus fantasmas. Houve quem dissesse que, fora a desproporcionalidade do número, esses encontros eram verdadeiros times de beisebol. E a periodicidade era mantida.

A Organização e regularização fundiária da Fundeste foi o tema de casa bem feito. A área em que o *campus* está localizado foi doada na década de 1970. No entanto, por alguma razão, não houve os trâmites cartorários e a Fundeste, exceto a lotes urbanos, não tinha titularidade de sua sede. Ou seja, era uma Fundação com parco patrimônio fundiário, o que dificultaria transações de crédito no setor financeiro, sem ter bens para oferecer como caução. A Vice-Reitoria de Administração, por meio do instrumento de usucapião regularizou quatro frações de áreas de 48.000 m<sup>2</sup>, 60.745 m<sup>2</sup>, 60.746 m<sup>2</sup> e 60.747 m<sup>2</sup>. Foi realizada a averbação para constar a construção dos Blocos A, B, C, D, E, F, P, do Campus, totalizando 5.719,79 m<sup>2</sup> de área construída. Enfim, o que aos olhos de poucos era perceptível, do ponto de vista patrimonial foi um feito considerável.

Cabe lembrar a organização dos Laboratórios, nas diversas áreas de conhecimento, indispensáveis para os cursos a serem criados instalados e para aqueles em funcionamento, com organização e adequação nos parâmetros técnicos adequados.

Face às tensões internas e manifestações difusas expressando desejo de autonomia do Campus Chapecó, a Fundeste instituiu a Comissão de Negociação, por meio de uma Portaria 009/Fundeste/2001, constituída por Pró-Reitores, membros da Assembleia Geral, do Conselho Curador, do DCE, da Associação Comercial Industrial Chapecó (ACIC), do Sindicato do Comércio da Região de Chapecó (SICOM), dos Funcionários, AMOSC, Câmara de Vereadores, convidado docente para estudar as viabilidades de elaboração de projeto de autonomia do *campus*.

Em 18 de julho, esta Comissão de Negociação apresentou à Assembleia da Fundeste a proposta de retirada desta da Fundação UNOESC. Nas conclusões do documento, a Comissão expressava:

Por fim, se já existe, de fato e de direito a descentralização administrativa, a auto-sustentação financeira em cada um dos campi, e se tem o Campus Chapecó, construído um projeto acadêmico próprio, definindo claramente sua opção em ser uma Universidade e, para o qual já atende aos requisitos legais estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 e as exigências da Resolução 001/CEE/2001, do Conselho Estadual de Educação – órgão este responsável pela autorização, fiscalização e controle das instituições enquadradas no sistema estadual de educação, de acordo com a Resolução 03/CEE/97, competências a este avocadas “com base na interpretação sistemática do artigo 242 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988” e “inciso II do artigo 17 da Lei 9394/96”, e ainda, por indicação no item 1.2 do documento “Conclusões finais dos grupos de trabalho nomeados pela Portaria 02/UNOESC/2001” datado de 06/07/2001, a presente Comissão nos termos do mencionado documento, defende à Assembléia da FUNDESTE, a retirada desta da Fundação UNOESC e solicita que autorize seus administradores a praticarem os atos necessários à cisão, bem como a receber os bens e direitos a ela pertencentes e que possa se comprometer com as obrigações fiscais já apuradas e as que forem apuradas futuramente, decorrentes do exercício de suas funções. (Documento Final da Comissão de Negociação Portaria 009/Fundeste/2001).



Os indicativos, a tomada de posição para a separação, não foram unânimes para as comunidades interna e externa. Alguns entendiam a alternativa da retirada como a única saída, face às experiências e perspectivas diferenciadas entre as fundações. Outros, vivenciavam um sentimento de *malaise*, de partição, análogo à perda de um grande império, deixou alguns com o sentimento de orfandade.

Sob a UNOESC houve um crescimento qualitativo e quantitativo da instituição. E a pergunta que fração da comunidade interna e a comunidade, não atenta aos argumentos, formulava era o porquê separar. Os argumentos mais comuns eram de que no mundo havia uma tendência de fusão de empresas (o que a Fundeste não é, salvo no sentido weberiano, caso contrário não seria filantrópica); por que depois da caminhada em conjunto, procurar um caminho próprio?

O contato, o convencimento da comunidade externa de que “em time que está ganhando não se mexe” era um mote ouvido reiteradamente. A questão era, ganhar em quê? Foi realizado périplo junto à comunidade externa, junto às diversas agremiações, explicitando no que consistiriam as razões da cisão e de não haver prejuízo em termos de classificação institucional, ou seja, o ente acadêmico permaneceria universidade. As *fakes news* de ocasião foram ardorosas defensoras de que a nova mantida teria o *status* de Centro Universitário, o que significava a perda da autonomia universitária, o rebaixamento da condição de universidade. Apontar os dados, mostrar as diferenças e opções das caminhadas, enfim, recebeu o apoio dos diversos segmentos da comunidade. E enfim, recebidos os cumprimentos daqueles que erraram a aposta.

A Liturgia laica do Conselho Curador da FUOC, ao aprovar a proposta de separação da Fundeste, estabeleceu os passos dos rituais a serem seguidos. Um deles consistiu no Protocolo de Cisão de Ativos e Passivos, bens, direitos, obrigações presentes e futuros da UNOESC Chapecó. Estabeleceu, igualmente, os passos: caberia à Assembleia da Fundeste aprovar a criação do ente acadêmico, bem como o compromisso com os cursos existentes, os acadêmicos e os registros. A Fundeste obrigava-se em comprovar regularidade fiscal. O parâmetro de registro consistia no registro contábil já efetuado pela UNOESC Chapecó, ou seja, com registro autônomo. Questões acadêmicas seriam definidas na Assembleia Geral da Fundeste. Tão somente após o parecer do Conselho Curador, acerca dos aspectos contábil, financeiro e patrimonial, remetido à Assembleia Geral, seria dada a cisão. Uma vez aprovada, a transferência dos cursos em tramitação no Campus Chapecó, seria informado o Conselho Estadual de Educação. Por fim, haveria de protocolar o credenciamento do ente acadêmico da Fundeste. Este foi o percurso delineado pelo Conselho Curador do FUOC, com salvaguarda de ambas as partes, ou seja, aqueles que pretendiam permanecer na UNOESC e aqueles que expressavam o desejo de constituir uma nova instituição.

Em Assembleia Geral de 30 de outubro de 2001, a Fundação UNOESC aprovou o desligamento da Fundeste. Foram elaborados termos entre as Fundações, submetidas aos Conselho Consun UNOESC, Conselho Curador UNOESC (outubro de 2001) e Assembleia Geral Fundação UNOESC (dezembro de 2001).

Em 19 de dezembro de 2001, são assinados cinco Termos entre Fundação UNOESC e Fundeste (Campus Chapecó, Palmitos, Xaxim e São Lourenço do Oeste), com vigência a partir de 31 de dezembro de 2001. O primeiro termo estabelecia a cessão dos direitos reais de uso entre



Fundação UNOESC e Fundeste, firmada em 1995. Outro visava a cisão parcial do patrimônio da Fundação UNOESC correspondente às atividades executadas pela mesma no Campus Chapecó e suas extensões. O terceiro, Instrumento Particular de Cooperação Acadêmica celebrado entre Fundação UNOESC e Fundeste, visando a permanência de todas as atividades acadêmicas no *campus* e extensões, durante o processo de credenciamento do ente acadêmico a ser mantido pela Fundeste. No Termo de Cisão 2, na cláusula 9, houve um acordo de que no prazo de dez anos não haveria concorrência mútua. Cláusula posteriormente revogada.

O quarto termo de cisão informava que a partir de janeiro de 2002 a Fundeste deveria alterar a Carteira de Trabalho de seus funcionários, assumindo o papel de empregador. Havia outro termo que diz respeito ao patrimônio da Reitoria e sua realocação, quando da aprovação da retirada da Fundeste. A partir de 1º de janeiro de 2002, aprovado o desligamento, a Fundeste assume as atividades de ensino, de administração, movimentação financeira. O passo seguinte foi a constituição de Comissão para organização do projeto de Universidade. Foram nomeados os professores Odilon Poli, Ireneo Berticelli e Maria Luiza Lajús, alojados no Edifício Albatroz, no centro da cidade, dada a carência de espaço no Campus.

A vida segue no Campus, paralela à elaboração do projeto da Universidade. Fruto de discussão amadurecida, em torno dos princípios da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa; Formação Profissional para Cidadania; Compromisso com o Desenvolvimento Regional; Acesso e Permanência na Universidade; Pluralismo; Autonomia; Gestão Participativa; Interdisciplinaridade e Avaliação Institucional Permanente.

Não bastava elaborar projeto se o ente acadêmico da Fundeste não tivesse nome. Para tal, foi lançado edital e houve campanha para sugestão de nome e posterior escolha de um destes. Houve quem propusesse nomeação remetida às raízes gregas, outros preferiram nativismo kaingangue, houve quem apostasse em no mundo *tech* em *universidade.com*. Dentre as inúmeras possibilidades, venceu Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Mais tarde, rebatizada por Universidade Comunitária da Região de Chapecó, para evitar conotações de bairrismos.

Em 12 de março de 2002, o professor Gilberto Luiz Agnolin, na qualidade de procurador da Fundeste, ingressava no Conselho Estadual de Educação, com o pedido de credenciamento da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó).

O trabalho finalizado pela Comissão de Elaboração do Projeto de Universidade e que contou com a participação da comunidade acadêmica, resultou em trabalho primoroso, de 21 volumes.

Além do mérito e condições da Fundeste, houve um antecedente que favoreceu o desmembramento da Unochapecó. Foi a cisão do Campus de Campina Grande obtendo a autonomia da Universidade Federal da Paraíba, permanecendo ambas com *status* universitário, reconhecido pelo Ministério da Educação. Esse antecedente jurídico de 2002 foi o recurso indispensável para o amparo legal, se alguma dúvida houvesse. Ele constou do parecer de credenciamento do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

Depois de tramitar em instâncias internas, o Pleno do Conselho Estadual de Educação, em Parecer de 347, de 13 de agosto de 2002, do Conselho Estadual de Educação aprovou o Credenciamento da Unochapecó, ressaltando as condições e méritos em permanecer na condição de universidade e respaldava a decisão no desmembramento ocorrido pelo Campus de Campina Grande, que obteve a autonomia da UFPb.



A Comissão de credenciamento apresentou como recomendação que os alunos matriculados naquele momento tivessem a possibilidade de optar em permanecer UNOESC ou Unochapecó. Renitentes, embora poucos, optaram pelo diploma expedido pela UNOESC. Respeite-se a vontade e o direito. A maioria foi contemplada pelo elegante expediente azul e os traços do globinho.

A Unochapecó, uma aposta regional, nasceu num contexto em que praticamente exercia o monopólio das atividades acadêmicas. Conseguiu imprimir uma cultura institucional. Os dias atuais apresentam outra configuração, mas olhar retroativamente traz elementos para redimensionar práticas cotidianas, ou elas ou nós, alguém se perdeu.

A instalação da Unochapecó, em setembro de 2002, no Ginásio de Esporte, foi o ato de instituição (Bourdieu) da nova Universidade, como momento único que marcou definitivamente a separação da instituição constituída anteriormente, recebendo a presença, com galhardia, dos representantes da instituição em desligamento, ou seja, do presidente da Fundação UNOESC, dos Pró-Reitores dos *campi* e da simbólica ausência do reitor daquela instituição. O frio meteorológico daquela noite foi compensado pelo calor e emoção dos presentes. A emoção do documentário estreado por Serginho Groisman por muito tempo ficou na memória da comunidade acadêmica e daquela do estado de Santa Catarina, anunciando a nova Universidade. Efeito similar foi repetido com a peça publicitária da Unochapecó com voz de Paulo Goulart.

Instituída, a Unochapecó passou a rotinização de seu carisma com a constituição de seus conselhos internos para o seu gerenciamento, conforme os ditames que sempre pregou. Outro tanto foi a filiação externa junto aos órgãos de representação, apresentando suas credenciais para habilitar-se como o mais novo membro. Novos cursos foram criados. Programas de *stricto sensu* se fazem presentes no cotidiano da Uno, como é chamada carinhosamente a instituição. Desafia-se às situações e condições que a cercam. As ondas da globalização também a atingem, mas a ossatura é a mesma.

# *Capítulo 5*

## *A Fundeste no século XXI*

*Mirian Carbonera*  
*André Luiz Onghero*

Com esse capítulo buscamos apresentar a configuração atual da Fundeste e a caminhada da principal mantida da Fundação, a Unochapecó. Nesse sentido, procuramos falar sobre a reativação da Fundeste no segundo semestre de 2000 e sobre sua estrutura organizacional. Tendo presente que os meandros de uma instituição universitária são, por vezes, complexos, optamos por apresentar a consolidação da Unochapecó, tendo como fio condutor o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Não há dúvidas que as mudanças aceleradas no cenário do Ensino Superior em nível nacional, refletiram também na Unochapecó. Assim, nas últimas duas décadas novas tendências marcaram a história da instituição, bem como a implementação de mudanças estruturais e a consolidação da Universidade na perspectiva da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

### **A Fundeste: estrutura e mantidas**

A Fundeste, a partir de 1990, esteve reunida junto às fundações universitárias de Joaçaba e de Videira, entretanto, permaneceu com personalidade jurídica, com o patrimônio do Campus Chapecó e os cursos, sendo comantenedora da Fundação UNOESC até o ano de 2001. Com

a perspectiva de criação de uma universidade em Chapecó, no segundo semestre de 2000 começaram os encaminhamentos para a reativação da Fundeste. Nesse sentido, em março de 2001 a Fundação foi reativada operacionalmente e, em 27 de agosto de 2002, assumiu integralmente as atividades do Campus Chapecó.

A Fundeste é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, comunitária, constituída na forma de fundação. Tem como objetivo principal: criar, estimular e difundir valores culturais e conhecimentos científicos voltados à formação cidadã, ao desenvolvimento e integração comunitária. Quanto à estrutura organizacional é formada pela: presidência<sup>1</sup>, conselho superior, conselho fiscal, conselho diretor, procuradoria jurídica e secretaria executiva (Tabela 6; Anexo 2). É declarada de utilidade pública a nível Federal, Estadual e Municipal.

Tabela 6 – Dirigentes da Fundeste desde 1971

<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>	<b>Ano</b>
Plínio Arlindo de Nês	Arduíno Gallina	1971
Ivan Bertaso	Arduíno Gallina	29 de março 1982
Arduíno Gallina	Joaquim Azevedo Neto	13 de julho de 1982
Umberto De Toni	Leodônio Migliorini	17 de outubro de 1983
Ernídio Migliorini	Celso Vedana	28 de outubro de 1986
Celso Vedana		25 de fevereiro de 1988
Oracílio Costella	Plínio Seidler	30 de outubro de 1989
Oracílio Costella	José Carlos Panegalli	27 de setembro de 1990
Clênio José Razera	Mário Sérgio Assayag	27 de dezembro de 1990
Dilso Cecchin	Armelindo Carraro	14 de junho de 1994
Armelindo Carraro		27 de abril de 1995
Armelindo Carraro	Sérgio Natal Furlan	04 de julho de 1995
Marcelo Zolet	Cláudio Alberto Campos	17 de maio de 1997
Claudio Alberto Campos	Euclides Badin	07 de junho de 1999
Euclides Badin		07 de março de 2001
Euclides Badin	Altamir Trevisan Dutra	11 de junho de 2001
Euclides Badin	Leonel Piovezana	11 de março de 2002

Leonel Piovezana (Presidente Interino)		25 de abril de 2003
Hermes Ignácio Palaoro	Deborah Cristina Amorim	23 de julho de 2003 a 31 de dezembro de 2004
Hermes Ignácio Palaoro	Arlene Anélia Renk	02 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2007
Hermes Ignácio Palaoro	Arlene Anélia Renk	02 de janeiro de 2008 a 08 de abril de 2009
Arlene Anélia Renk		08 de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2010
Vincenzo Francesco Mastrogiacomo	Celso Galante	02 janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2013
Vincenzo Francesco Mastrogiacomo	Plínio Seidler	02 janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016
Vincenzo Francesco Mastrogiacomo	Plínio Seidler	02 janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019
Vincenzo Francesco Mastrogiacomo	Ivonei Barbiero	02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022

Fonte: Arquivo Fundeste (2019).

A Fundeste desenvolve suas ações a partir de três mantidas: a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o Instituto Goio-En e a Farmácia Escola. A Unochapecó é uma instituição de Educação Superior, com sede no município de Chapecó, foi credenciada como Universidade em agosto de 2002 e desenvolve atividades comunitárias, prestação de serviço e ensino.

O Instituto Goio-En iniciou as atividades em 2003 com o nome de Instituto Regional para o Desenvolvimento Sustentável. É voltado para estudos, pesquisa, desenvolvimento e serviços, especialmente na área de Estudo dos Peixes. A década de criação do Instituto foi marcada pela construção de uma obra de grande impacto ambiental e social na região, a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, utilizando as águas do rio Uruguai como recurso para a geração de energia elétrica. O Instituto, que, em 2009, foi renomeado para Instituto Goio-En, atuou em programas compensatórios dos impactos causados pela hidrelétrica, como a Educação Ambiental, o Monitoramento das interferências sobre as populações indígenas e o Repovoamento do Rio Uruguai por espécies de peixes nativas.

O Instituto atuou também em atividades ligadas à gestão pública e ao planejamento urbano, desenvolvidas em municípios da região, como o Plano Diretor Participativo, o Plano local de habitação de interesse social, a Revisão do Boletim Cadastral Imobiliária e a Revisão da Planta Genérica de Valores.

Possui atualmente um escritório em Chapecó e, em Águas de Chapecó, uma estação de piscicultura, onde desenvolve o Projeto de Preservação dos Peixes Migradores do rio Uruguai (Piraqué). Nesse projeto, reproduz e comercializa alevinos nativos do rio Uruguai, como o dourado, curimbatá, jundiá, pintado amarelo, suruvi bocudo, surubim pintado, piraicanjuba e piava. Para a realização dessas atividades, o Instituto mantém parceria com a Foz do Chapecó Energia S.A., e desde 2011 mais de 1,8 milhão de alevinos já foram soltos para repovoamento de rios da região.



A Farmácia Escola Unochapecó foi criada em outubro de 2003. No ano de 2006, passou a ser uma das mantidas da Fundeste. É um campo de estágio para acadêmicos do curso de Farmácia e também um local onde os estudantes podem ampliar o relacionamento com a sociedade, posicionando-se como um centro de atenção à saúde, contribuindo para o bem-estar da população. Os acadêmicos que desenvolvem estágio vivenciam a realidade de uma farmácia com o atendimento ao consumidor, comercialização de produtos e orientações.

Os serviços prestados contam com profissionais presentes em todos os processos, acompanhando e auxiliando os estudantes em formação. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se a manipulação de fórmulas personalizadas, para medicamentos alopáticos e fitoterápicos, assim como dermocosméticos.

Após alguns anos instalada no centro de Chapecó (2008-2015), a Farmácia Escola Unochapecó encontra-se em atividade no *campus* da universidade, mais próxima da comunidade acadêmica.

## **A consolidação da Unochapecó**

No princípio da Unochapecó, três eixos amparavam a nova universidade: a qualidade acadêmica, a profissionalização da gestão e a inserção regional (PDE, 2003). O compromisso institucional com o tripé que alicerça a Universidade fez com que ela fosse recredenciada em 2007 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), por meio do Decreto Estadual n. 659 (25/09/2007) e, em 2018, passou por novo processo de recredenciamento pelo Conselho Nacional de Educação, e não mais pelo Conselho Estadual, como era até então (PDI, 2019-2023). Também em 2018, a Unochapecó obteve nota máxima 5 (cinco), de acordo com a avaliação do MEC.

As últimas duas décadas são marcadas também pela melhoria na formação docente, na qualificação da produção científica, nas ações de internacionalização, implantação do Plano de Cargos e Salários para técnicos administrativos e docentes e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a articulação com o setor produtivo, a captação de recursos, aumento expoente na oferta de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação.

Além da oferta de cursos superiores sequenciais, de graduação e pós-graduação na sede em Chapecó, também foram ofertados cursos em Palmitos, São Carlos, São Lourenço do Oeste e Xaxim, muito embora atualmente estejam em andamento somente cursos na sede e na unidade de São Lourenço do Oeste. Os cursos implantados nas últimas cinco décadas estão relacionados no Anexo 4. Não obstante o ensino, as ações de pesquisa e extensão passaram a ter uma ampla abrangência, incluindo o noroeste do Rio Grande do Sul. Esses fatores contribuíram inclusive para a alteração do nome da Universidade que foi inicialmente denominada de Universidade Comunitária Regional de Chapecó para Universidade Comunitária da Região de Chapecó, no ano de 2009, pela Portaria N° 068/REITORIA.

Um passo importante foi a qualificação da Unochapecó pelo MEC como Instituição Comunitária de Educação Superior por meio da Portaria 629, de 30 de outubro de 2014. A qualificação está relacionada especialmente, com a definição de universidades comunitárias por meio da Lei n. 12.881, de 13 de novembro de 2013. Este reconhecimento foi resultado de um processo longo de mobilização e articulação das Universidades junto aos órgãos educacionais governamentais. O artigo primeiro da Lei n. 12.881 define as IES comunitárias como organizações da sociedade civil constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público, seu patrimônio pertence a entidades da sociedade civil e/ou poder público, sem fins lucrativos, com transparência administrativa, em caso de extinção seu patrimônio deve ser destinado à instituição pública ou congênere.

Ou seja, as universidades comunitárias diferem das particulares por não pertencerem a um dono e não terem fins lucrativos. Porém, não são públicas e gratuitas como as universidades mantidas pelo poder público estadual ou federal. Em uma universidade comunitária todo recurso obtido deve ser utilizado para a manutenção da própria instituição ou investido em sua modernização, além de custear pesquisas e projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento da comunidade onde a universidade está inserida (Unochapecó, 2010).

Até serem reconhecidas por lei foi um longo caminho e muito trabalho com as comunidades onde estão inseridas. Schmidt (2018) tem pesquisado de forma profunda a trajetória das universidades comunitárias, segundo ele, no Sul do Brasil, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estão ligadas também ao modelo de colonização com europeus ou seus descendentes, que ainda no século XIX procuraram cobrir lacunas na ausência dos serviços do Estado. Dentro desse contexto, as universidades comunitárias públicas, mas não estatais, representam um modelo alternativo dentro do Sistema de Ensino Superior do País. No caso de Santa Catarina, as comunitárias, em sua gênese, estão profundamente ligadas aos poderes locais, como as prefeituras municipais e foram criadas entre 1940 e 1970 (Schmidt, 2018). As fundações educacionais catarinenses, municipais e estaduais estão organizadas na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), fundada ainda em 1974. As 16 instituições vinculadas à ACAPE atendiam, em 2016, mais de 140 mil estudantes de pós-graduação e graduação, empregando quase 15 mil profissionais entre professores e técnicos (Schmidt, 2018).

A Fundeste, desde 1972, até novembro de 2019, promoveu a formação de 27.295 profissionais em cursos de graduação, 7.963 especialistas em cursos pós-graduação *lato sensu* e 600 profissionais de cursos pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado. Para realização das atividades de gestão e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, conta com uma estrutura física formada por: salas de aula, laboratórios de informática, laboratórios de pesquisa, centro de bioterismo, museus, auditórios, etc. Além dos recentemente inaugurados Jardim das Artes e Salão Nobre, espaços utilizados para eventos, formaturas e encontros de estudantes, professores e comunidade. Também mantém espaços físicos e desenvolve atividades em locais fora do *campus*-sede. Em números, somando a área construída no *campus*-sede, chega a 66.248,94 m<sup>2</sup> e a área total da Fundeste contemplando também as áreas externas ao *campus* somam 444.815,70 m<sup>2</sup>.

A estrutura administrativa da Unochapecó sofreu pequenas mudanças desde a primeira gestão no ano de 2002. A partir de 2018 a Reitoria é composta por: Reitor, Vice-Reitor e quatro Pró-Reitores (Tabela 7). Cada uma das Pró-Reitorias delibera sobre setores suplementares e, em alguns casos, mantém vínculo com núcleos ou comitês.

Tabela 7 – Reitoria da Unochapecó a partir de 2002

<b>Período</b>	<b>Gestores</b>
2002-2004	Gilberto Luiz Agnolin (Reitor)
	Arlene Anélia Renk (Vice-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação)
	Gerson Roberto Röwer (Vice-Reitor de Administração)
	Silvana Marta Tumelero (Vice-Reitora de Graduação)
2004-2008	Gilberto Luiz Agnolin (Reitor)
	Maria Assunta Busato (Vice-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação)
	Gerson Roberto Röwer (Vice-Reitor de Administração)
	Odilon Luiz Poli (Vice-Reitor de Graduação)
2008-2012	Odilon Luiz Poli (Reitor)
	Claudio Alcides Jacoski (Vice-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação)
	Sady Mazzioni (Vice-Reitor de Administração)
	Maria Luiza de Souza Lajús (Vice-Reitora de Graduação)
2012-2016	Odilon Luiz Poli (Reitor)
	Maria Aparecida Lucca Caovilla (Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão)
	Claudio Alcides Jacoski (Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento)
	Antônio Zanin (Vice-Reitor de Administração)

2016-2018	Claudio Alcides Jacoski (Reitor)
	Silvana Muraro Wildner (Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação)
	Marcio da Paixão Rodrigues (Vice-Reitor Planejamento e Desenvolvimento)
	José Alexandre De Toni (Vice-Reitor de Administração)
2018-2020	Claudio Alcides Jacoski (Reitor)
	Silvana Muraro Wildner (Pró-Reitora de Graduação e Vice-Reitora)
	Marcio da Paixão Rodrigues (Pró-Reitor Planejamento e Desenvolvimento)
	José Alexandre De Toni (Pró-Reitor de Administração)
2020-2024	Leonel Piovezana (Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação)
	Claudio Alcides Jacoski (Reitor)
	Silvana Muraro Wildner (Pró-Reitora de Graduação)
	Marcio da Paixão Rodrigues (Pró-Reitor Planejamento e Desenvolvimento)
	José Alexandre De Toni (Pró-Reitor de Administração)
	Andrea de Almeida Leite Marocco (Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação)

Fonte: Arquivo Unochapecó (2019).

### *Ensino*

A Unochapecó atua no Ensino Superior a partir de cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. A oferta de cursos de graduação foi inicialmente constituída pelos 28 cursos que já se encontravam em atividade na UNOESC-Campus Chapecó e unidades de São Lourenço do Oeste e Xaxim (Tabela 8).

Tabela 8 – Cursos em funcionamento no ano de 2001

<b>Curso</b>	<b>Habilitação/ênfase</b>	<b>Vagas oferecidas</b>	<b>Vagas matriculadas</b>
Administração	Administração Empresarial e Rural	700	755
Administração – São Lourenço do Oeste	Empresarial	100	94
Agronomia	Bacharelado	250	223
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	80	83
Ciências Agrícolas	Licenciatura Plena	100	53
Ciência da Computação	Bacharelado	250	265
Ciências Biológicas	Licenciatura e Bacharelado	250	274
Ciências Contábeis	Bacharelado	350	367
Ciências Econômicas	Bacharelado	250	290
Comunicação Social	Jornalismo	200	193
Direito	Bacharelado	600	631
Educação Artística	Artes Plásticas	200	171
Educação Física	Licenciatura Plena	150	161
Enfermagem	Bacharelado	90	94
Engenharia Civil	Bacharelado	250	235
Engenharia Química	Bacharelado	200	185
Farmácia	-	90	91
Filosofia	Licenciatura Plena	150	141
Geografia	Licenciatura Plena	250	215
História	Licenciatura Plena	150	93
Letras	Português/Inglês	200	189
	Português/Espanhol	150	137
Matemática	Licenciatura Plena	250	209
Pedagogia	-	550	552
Pedagogia – São Lourenço do Oeste	-	200	204

Pedagogia – Xaxim	-	90	83
Psicologia	-	200	205
Serviço Social	Bacharelado	250	304
Cursos sequenciais Chapecó	-	40	26
Cursos sequenciais Palmitos	-	40	36
Disciplinas isoladas	-	-	96
Complementação de créditos	-	-	19
Total		6.630	6.674

Fonte: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico (2001 *apud* Projeto de Criação da Universidade, 2001).

A partir de então, ocorreu uma expansão dos cursos, principalmente nos bacharelados, tendo em vista as oportunidades profissionais encontradas em Chapecó e região. Uma das áreas acadêmicas que teve grande destaque foi a da saúde, com a implantação dos cursos de Farmácia – Bioquímico: Análises Clínicas, Fisioterapia, Nutrição, Medicina e Odontologia. Também ocorreu expansão nas áreas das engenharias com os cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Engenharia da Produção. Com a expansão da oferta de cursos, demandando maior quantidade de salas de aula e também dos respectivos laboratórios, a universidade ampliou sua estrutura física, com a construção de vários blocos.

Vários cursos na modalidade tecnólogo também passaram a ser oferecidos a partir de 2005, como Tecnologia em Gestão e Educação do Trânsito, Tecnologia em Moda – Ênfase em Estilismo, Tecnologia em Negócios Imobiliários, Tecnologia em Gestão de Representação Comercial, Tecnologia em Gestão de Processos Gerenciais, Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Produção Audiovisual, Tecnologia em Bovinocultura de Leite e Tecnologia em Jogos Digitais. Ao analisar em uma perspectiva de 50 anos da instalação do Ensino Superior, percebemos o quanto o acesso a este nível de ensino se ampliou. A Fundeste, através de suas mantidas, fortaleceu sua atuação a nível de região e construiu, com a Uno-chapecó, uma marca muito forte e muito presente em diversos setores da sociedade.

Contudo, nesse período se configurou uma nova realidade em relação à competitividade das Instituições de Ensino Superior (IES), trazendo sérias consequências. Um dos impactos dessa situação foi percebido nos cursos de licenciaturas, que nas décadas anteriores tiveram importante papel na implantação e expansão do Ensino Superior na região. Diante da concorrência de outras instituições, com ofertas tentadoras como a do Ensino à Distância (EaD), a procura por cursos de licenciatura foi reduzindo a ponto de, em alguns casos, inviabilizar a sua oferta. Nessas condições, algumas vezes a alternativa encontrada para viabilizar os cursos se dá por meio de convênios, como vem ocorrendo com o curso de Formação de Professores Indígenas Kaingang, oferecido através do convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa



Catarina e os cursos de Ciência da Religião, Educação Especial, Sociologia, História, Artes Visuais, Física e Letras – Libras, implantados entre 2009 e 2012 através do convênio com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (Plataforma Freire), todos em regime especial.

Outra alternativa foi a oferta de cursos de graduação à distância, modalidade, que foi utilizada pela instituição inicialmente em cursos de extensão. Conforme o PDI: “A Unochapecó foi credenciada para oferta de cursos na modalidade EaD no e-MEC pelo Parecer CNE/CES 250/2013, homologado pela Portaria n. 536, de 2 de junho de 2015, publicada na Seção 1 do DOU n. 104, de 3 de junho de 2015.” (PDI, 2019-2023, p. 9). O primeiro curso lançado nesta modalidade foi bacharel em Biblioteconomia, em 2016. A partir de 2017, a oferta dos cursos de graduação a distância foi ampliada e atualmente conta com os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Religião, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing, Pedagogia e Processos Gerenciais.

Além do ingresso nos cursos, a sustentabilidade da instituição depende da permanência dos estudantes. Neste sentido, outro fator importante para a manutenção dos cursos tem sido a disponibilidade de bolsas de estudo, por meio de recursos estaduais, federais e institucionais. Entre elas, as bolsas integrais ou parciais, dos artigos 170 e 171 do Estado de Santa Catarina.

Em nível de pós-graduação, a Unochapecó procurou estar atenta às demandas de qualificação profissional, oferecendo cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas áreas, atraindo estudantes de toda a sua região de abrangência.

O ano de 2005 marcou o início da atuação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, com o mestrado em Ciências Ambientais. Entre 2010 e 2015, foram implantados os mestrados de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Ciências da Saúde, Educação, Tecnologia e Gestão da Inovação, Direito e Ciências Contábeis e Administração. Mais recentemente, a partir de 2017, foram instituídos os cursos de doutorado, em Ciências da Saúde, Ciências Ambientais e Tecnologia e Gestão da Inovação. A oferta de cada um destes cursos representa uma grande conquista para a instituição, já que sua implantação exigiu o atendimento a rígidos critérios em relação à qualidade da produção acadêmica, infraestrutura e atuação da universidade. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* contribuem internamente para manutenção do *status* de Universidade e, além disso, com a produção científica, tecnológica e de promoção da formação de profissionais qualificados fomentando assim o desenvolvimento regional.

## *Pesquisa*

Como um dos elementos fundamentais do *status* de Universidade, a pesquisa é uma atividade inerente aos cursos de graduação e pós-graduação, sendo nestes últimos desenvolvidos com maior aprofundamento. A diversidade de cursos dá uma dimensão da diversidade da produção



de conhecimento, mas os campos de pesquisa são ainda mais amplos na medida em que cada curso ou programa de pós-graduação desenvolve várias linhas de pesquisa ou reúne pesquisadores em torno de grupos de pesquisa temáticos, núcleos de pesquisa e potencializam a circulação do conhecimento por meio de redes de pesquisa.

O desenvolvimento científico nas diversas áreas do conhecimento é muito importante para a região e traz possibilidades de melhoria das atividades produtivas e das condições socioambientais. Porém, é necessário investimento para possibilitar o desenvolvimento das pesquisas e, nesse sentido, além de recursos próprios, procura-se o financiamento de fundos públicos em forma de bolsas de pesquisa ou custeio de projetos, desde os projetos de iniciação científica aos projetos de pesquisa desenvolvidos em colaboração internacional.

A política de pesquisa da Unochapecó de 2010 tem como princípios a autonomia técnico-científica e a articulação com a realidade social, com o ensino e a extensão, a consolidação da iniciação científica, a definição estratégica de prioridades, a inovação tecnológica, a permanência e regularidade dos programas de apoio à pesquisa, a produção de conhecimento através dos mecanismos institucionais, a qualificação institucional, a sustentabilidade e a pluralidade (Unochapecó, 2010).

A socialização dos conhecimentos, o diálogo e discussão dos resultados são o foco de inúmeros eventos científicos realizados na instituição, muitos deles com periodicidade definida, como o Seminário Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão, evento anual que reúne estudantes, professores, técnicos e pesquisadores de outras universidades. Além disso, a comunicação científica é feita por meio da participação da comunidade acadêmica em eventos regionais, nacionais e internacionais. O conhecimento científico produzido na instituição adquire ainda maior visibilidade por meio de publicações em livros e periódicos científicos.

A Unochapecó leva sua marca para as diversas regiões do Brasil e muitos outros países através dos periódicos científicos, que desde 2007 são publicados de forma *on-line* no Portal de Periódicos da Unochapecó. Antes da divulgação *on-line* e, em alguns casos, paralelo a ela durante alguns anos, os periódicos eram impressos e destinados para permuta com outras universidades e comercialização, sendo procurados principalmente por pesquisadores interessados nas temáticas abordadas pelas edições. O periódico com maior tempo de circulação é o Cadernos do CEOM, cuja primeira edição é de 1986. Inicialmente, tinha como objetivo a divulgação de pesquisas sobre o oeste catarinense, mas em 2000 ocorreu uma reformulação em sua política editorial, conferindo-lhe uma abrangência nacional, ao que se seguiram, anos depois, as iniciativas para a circulação internacional do periódico. Durante o ano de 2019, a quantidade de visualizações de seus arquivos *on-line* ultrapassou 112 mil acessos, sendo realizados *downloads* de seus arquivos nos diversos quadrantes mundiais em países como China, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Portugal e Reino Unido. Os demais periódicos mantidos pela Unochapecó são: Revista Grifos, Revista Pedagógica, Revista Cadernos de Economia, Revista Gestão Organizacional, Revista FisiSenectus, RDUo, Revista Acta Ambiental Catarinense.



## *Extensão*

Pela origem e o caráter da Unochapecó, o saber não pode ser tratado como um negócio, por isso a Universidade procurou pautar-se não somente na produção, mas também na democratização do saber produzido (PDE, 2003). Como vimos nos capítulos anteriores, desde a década de 1980 a Fundação deu seus primeiros passos no tocante a ações de extensão. Logo após a criação da Unochapecó, foi atualizado o Plano de Desenvolvimento da Extensão (2003) elaborado por meio de discussões internas e em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999. Essa política reafirma o compromisso social, a promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade de desenvolvimento social, a interligação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa e com as demandas da sociedade (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999).

A Universidade, por meio da Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação visando tornar o conhecimento produzido pela Instituição acessível a comunidade, procurou através do Plano reafirmar e reconhecer a Extensão como “como parte indispensável do pensar e do fazer universitário” estabelecendo sua institucionalização administrativa e acadêmica (Plano de Desenvolvimento da Extensão, 2003, p. 11). Neste documento, foram criadas as diretrizes, a organização por meio dos eixos temáticos, áreas, linhas e caracterizadas as ações e atividades de extensão, além dos fundos e modalidades de apoio.

Como forma de acompanhar a Política Nacional de Extensão que foi sendo revisada ao longo do tempo e as demandas sociais e institucionais na Unochapecó, os Planos de Desenvolvimento da Extensão foram sendo atualizados (2003, 2007, 2010, 2015) contando também com referenciais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que prevê a inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos. Como exemplo, é possível citar o reordenamento no ano de 2010, dos programas e projetos em núcleos temáticos. Outro ponto importante no tocante a Extensão está relacionado aos recursos da Assistência Social. A Fundeste durante longos anos foi certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, dessa forma era possível aplicar uma parte de sua receita em gratuidade, por meio de bolsas de estudos e projetos sociais. No entanto, dado a mudanças na legislação, o ano de 2014 foi marcado pelo fim dos recursos da assistência social. Esses recursos no caso da Extensão eram aplicados em projetos sociais. Com essa alteração, os núcleos deixaram de existir e as atividades de extensão foram organizadas em programas permanentes e projetos. De acordo com a última atualização do PDE (2015), o conceito de Extensão passou a ser permeado pela relação dialógica com a sociedade com a qual se relaciona, sendo concebida como expressão viva do pensar, do fazer e agir da comunidade acadêmica, permeada na realidade na qual essa se insere e com a qual dialoga.

Atualmente, a Extensão Universitária da Unochapecó objetiva ser capaz de transformar o saber acadêmico em bem público, promovendo interligações, ratificando sua missão de produzir e difundir conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável e com a formação profissional cidadã (PDI, 2019-2023). As ações de extensão podem acontecer por meio de programas, projetos, cursos, eventos, promoções de arte, cultura, esporte e lazer e a prestação de serviços.



Para tanto, mantém oito programas permanentes de extensão com 37 projetos vinculados, além de outros 23 projetos, onde professores, técnicos e estudantes atendem em média sessenta mil pessoas por ano. Também são realizadas ações por meio de projetos temporários financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão (FAPEX) que, por exemplo, em 2018, contemplou 14 ações (PDI, 2019-2023).

Outra preocupação é a produção científica e a socialização das ações e atividades de extensão desenvolvidas. A participação nos Fóruns de Extensão promovidos pela ACAFE, que inclusive teve uma edição sediada na Unochapecó no ano de 2005, foram momentos importantes de avaliação e reflexão promovendo a qualificação e o fortalecimento das ações desenvolvidas. Acerca da produção científica sobre a extensão, cabe destacar a organização e publicação de livros como: “Extensão universitária: reflexão e ação”, organizado por Maria Elizete Pozzobon e Maria Assunta Busato (2009); “Extensão Universitária: reflexões acadêmicas”, organizado por Maria Lucia Marocco Maraschin e César da Silva Camargo (2015); e “A extensão e a pesquisa: um caminho de mão dupla entre comunidade e universidade”, com organização de Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues e Maria Aparecida Lucca Caovilla (2018).

A Extensão tem um papel fundamental na relação da Universidade com a comunidade onde se insere. Como vimos, mesmo antes da criação da Unochapecó, a Fundeste desenvolveu ações nesse sentido e ao longo dos anos tem mantido esse compromisso com seriedade, mesmo em meio às dificuldades e desafios que constantemente se impõem.

*Capítulo 6*

*As comunitárias em tempos de incertezas:  
apontamentos sobre as possibilidades de futuro  
das instituições comunitárias*

*Odilon Luiz Poli*

O presente capítulo, sem pretensões de ser conclusivo ou prescritivo, tem por objetivo apresentar alguns elementos que permitam refletir sobre as perspectivas e possibilidades de futuro das instituições comunitárias, a partir do *case* da Unochapecó/Fundeste. Foi escrito a partir da experiência de mais de trinta anos de atuação numa universidade comunitária, 16 deles dedicados às atividades de gestão, em nível de reitoria, tendo participado, inclusive, do processo que culminou com a aprovação da Lei n. 12.881/2013, conhecida como a Lei das Comunitárias. O diálogo com alguns intelectuais que se debruçam sobre a trajetória da universidade e sobre sua condição no contemporâneo foi uma base importante para as reflexões aqui apresentadas.

## Entendendo o desafio proposto

Em tempos tão voláteis, de mudanças aceleradas, como o que vimos experimentando atualmente, projetar perspectivas de futuro é um exercício difícil e de alto risco. Projeções alarmantes surgem de todos os lados, anunciando transformações inimagináveis até há poucas décadas atrás<sup>1</sup>. Mesmo que a projeção de futuro se refira à universidade, uma das instituições mais longevas que conhecemos, ainda assim, os pontos de apoio para sustentar a nossa reflexão são escassos.

Em se tratando de universidades comunitárias, o cenário em análise se torna ainda mais desafiador (se é que isso é possível), visto que, muito embora seu inegável significado social, contam com poucos recursos públicos para realizar atividades de interesse público, voltadas ao desenvolvimento das pessoas e das regiões em que atuam. Ocorre que as instituições comunitárias, mesmo sendo reconhecidas por seu caráter comunitário e inegável compromisso com o desenvolvimento local/regional, se veem obrigadas a garantir sua sobrevivência disputando mercado com instituições particulares, via de regra muito menos complexas (e, portanto, menos onerosas) e que não precisam responder às demandas sociais da comunidade.

No caso de Santa Catarina, as instituições comunitárias de educação superior surgiram a partir do final dos anos 60 do século XX, num contexto de pressões pela expansão do Ensino Superior, indisponibilidade de recursos para expandir instituições e vagas públicas e, dado o perfil das cidades do interior do estado, inviabilidade de expansão da oferta pela via do ensino privado.

Neste contexto, as instituições comunitárias surgiram como uma alternativa, visto que não apresentavam expectativa de lucros, bem como não geravam custos adicionais aos cofres públicos. É bem verdade que o seu surgimento, além dos incentivos do próprio estado, contou com o concurso de alguns traços culturais da população catarinense, afeita a busca de soluções independentes para fazer frente aos problemas enfrentados no cotidiano<sup>2</sup>.

Foi desse modo e neste cenário que as IES comunitárias do estado de Santa Catarina cumpriram um importante papel na aceleração do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do estado, em que predomina um relativo equilíbrio entre as diferentes regiões.

Nas primeiras décadas de sua existência, a contribuição das IES comunitárias restringiu-se a oferta de vagas de Ensino Superior em áreas básicas para o desenvolvimento, como cursos de licenciaturas, administração e ciências contábeis. No caso da Fundeste, o primeiro curso ofertado foi Pedagogia que, junto com Administração, Ciências Contábeis e Estudos Sociais, foram as únicas alternativas ofertadas durante a primeira

1 Um exemplo ilustrativo de previsões que indicam mudanças profundas nas condições sociais de vida é a reportagem publicada pelo site Valor Econômico, sob o título “Máquinas podem ficar com metade dos empregos no Brasil”, a qual indica que, nos próximos 20 anos, em torno de 50% dos empregos serão ocupados por robôs, gerando apreensão a respeito do futuro do emprego (Villas Bôas, 2019).

2 A tradição cooperativista do estado é um exemplo dessa capacidade e predisposição para a busca de soluções autogestionárias. Ainda pode ser citado o fato de que as primeiras escolas criadas nas comunidades rurais da região, o foram por iniciativa dos próprios moradores que se encarregaram tanto da construção ou adaptação do prédio, quanto da contratação dos professores.



década de sua existência. Com o passar do tempo, a partir da década de 1980, novas alternativas de cursos passaram a ser oferecidas, como novas licenciaturas (Ciências e Letras), Direito e Serviço Social<sup>3</sup>.

Nesse tempo, apesar da atuação restringir-se apenas à oferta de vagas de Ensino Superior, a instituição atendia uma das principais demandas da região à época, visto que o oeste catarinense apresentava grande demanda de profissionais habilitados para a área de educação, assim como para sustentar o crescimento da produção urbana que se encontrava em expansão.

A partir da segunda metade da década de 1980, a Fundeste começou a diversificar o seu leque de atividades, incluindo, além de novos cursos de graduação, atividades de extensão e, mesmo que de modo elementar, algumas atividades de pesquisa. Uma das principais iniciativas no campo da pesquisa foi a criação do CEOM<sup>4</sup>, em 1986. A partir de então, começaram os primeiros movimentos, ainda que tênues, em prol da construção de uma universidade.

Essa diversificação das atividades ocorreu em sintonia com o crescimento das demandas sociais por educação. Destaca-se o aumento das demandas por aprimoramento profissional, sobretudo, na área de educação (formação continuada de professores). Em atendimento a essa demanda foi criado, no final do ano de 1986 o Setor de Educação Permanente (SEP), o qual passou a atuar na formação continuada de professores da região, por meio do estabelecimento de convênios com os municípios e além de outras formas de prestação de serviços. Na pesquisa, a criação do CEOM possibilitou a pesquisa e preservação de diferentes aspectos do desenvolvimento histórico da região, gerando a produção de um volume expressivo de estudos, muitos dos quais publicados pela editora criada pela própria instituição e que se constituem num acervo valioso sobre o processo de desenvolvimento regional.

No início da década de 1990, intensificou-se o desejo e as articulações em torno da construção de uma Universidade no oeste catarinense. Dadas as condições objetivas de cada instituição comunitária existente na região, na época, o caminho encontrado foi a unificação de diferentes instituições para a constituição de uma única universidade. Foi nesse sentido que a Fundeste (de Chapecó) a FUOC (de Joaçaba) e a FEMARP (de Videira), em 1992, uniram-se para constituir a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Nesse processo, a Fundeste cedeu seus bens para o funcionamento da nova instituição, por meio de uma cessão real de uso, passando a um período de inatividade.

Com a criação da UNOESC, em função da autonomia universitária para a criação e expansão de cursos, houve um significativo crescimento na oferta de Ensino Superior em todas as cidades sede de *campi* ou mesmo unidades fora de sede, o mesmo ocorrendo com as atividades de extensão e de assistência social. As atividades de pesquisa, por sua vez, mantiveram-se mais tímidas, em função da falta de tradição institucional em atividades de pesquisa, bem como pela inexistência de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

3 Nas décadas de 1990 e, especialmente, a partir do ano 2000 a expansão da oferta de cursos ampliou-se e diversificou-se significativamente.

4 Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense.



A parceria perdurou até 2002, quando, então, a Fundeste optou pela cisão com a UNOESC e a criação da Unochapecó. Desde então, os avanços foram bem perceptíveis no tocante à pesquisa, a qual desenvolveu-se significativamente, principalmente a partir da criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Com o advento da pós-graduação mudou a qualidade e o sentido da presença da Unochapecó na região. A pesquisa passou a ter um lugar de destaque no desenvolvimento da instituição.

O desenvolvimento da pesquisa não ocorreu apenas pela intensificação das suas atividades. Houve, além disso, uma reinterpretação dos rumos a serem dados ao seu desenvolvimento. Desde 2008, a Unochapecó passou a capitanear discussões em torno do processo de inovação, por meio de parcerias da universidade com o setor produtivo e com o estado, num processo conhecido como *hélice triplíce* (Etzkowitz, 2009). Concomitantemente, passou-se a articular a possibilidade de criação de um parque científico e tecnológico em Chapecó. Intensas discussões e estudos passaram a ser desenvolvidos, envolvendo tanto setores da academia quanto o setor empresarial e o estado<sup>5</sup>. Todo esse processo exigiu um significativo esforço de reorganização institucional, de modo a viabilizar o diálogo e a parceria com os setores não acadêmicos e, ao mesmo tempo, exigiu uma significativa releitura sobre o papel da universidade no desenvolvimento da sociedade, especialmente na região do seu entorno.

Em que pese todo o crescimento observado nas primeiras cinco décadas de existência da Fundeste, é necessário registrar que a manutenção das atividades das instituições comunitárias, historicamente, foi sempre um grande desafio. Convocadas a desempenhar várias atividades típicas de instituições públicas (atendimento gratuito a populações de baixa renda, apoio e/ou atuação em inúmeros projetos de desenvolvimento local/regional, propostos pela sociedade, mas sem dispor de recursos para sua execução nas áreas social, educacional, esportiva e cultural, dentre outros), essas instituições, historicamente, conviveram com o dilema de não dispor de recursos públicos para fazer frente às demandas da comunidade. A saída encontrada, via de regra, foi destinar uma parcela do seu orçamento, financiado principalmente pelos cursos de graduação, para fazer frente a essas atividades.

Durante várias décadas, a falta de uma definição clara de sua natureza dificultava a gestão das instituições comunitárias e a própria busca de recursos para o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas (especialmente para a pesquisa e a extensão) e sociais. Isso em virtude da falta de clareza sobre procedimentos jurídicos e administrativos válidos, dada à ambiguidade de interpretação sobre sua natureza, no sentido de ser uma instituição pública ou privada. A rigor, as instituições comunitárias não se enquadravam, de modo adequado, em nenhuma das duas definições. A aprovação da Lei n. 12.881/13, de 12 de novembro de 2013, trouxe, enfim, maior clareza sobre o tema. Contudo, o acesso efetivo a recursos públicos, para o desenvolvimento das atividades de caráter público desenvolvidas pelas IES comunitárias ainda é pouco expressivo. A celebração de termos de parceria, mecanismo proposto pela lei para viabilizar o acesso das instituições comunitárias a recursos públicos para o desenvolvimento de atividades de interesse público, ainda não se efetivou, após 7 anos de aprovação da lei.

Fato agravante é que, partir de 1996, com a aprovação da nova LDB (Lei n. 9.394/96), desencadeou-se um forte movimento de expansão das instituições privadas particulares na oferta de cursos superiores presenciais e à distância. Tal fato gerou uma realidade totalmente nova na vida

5 O Parque Científico e Tecnológico Chapeco@ foi criado em dezembro de 2012.



das instituições, que foi o processo de concorrência na oferta do Ensino Superior de graduação e pós-graduação *lato sensu*. A partir de então, as IES comunitárias viram-se compelidas a disputar espaço no mercado, enfrentando instituições de natureza bastante diferente e cujo compromisso se restringe à oferta comercial de vagas de Ensino Superior.

A partir de então, as dificuldades tornaram-se ainda maiores e, de um modo geral, as instituições comunitárias passaram a enfrentar problemas para a manutenção dos seus serviços. Essas dificuldades são de diferentes ordens e vem suscitando várias medidas de ajustes que, por vezes, parecem comprometer a própria identidade das instituições comunitárias. As medidas de ajustes executadas referem-se a processos de reestruturação, que levaram ao enxugamento na estrutura administrativa, de gestão e de atendimento ao público. Na mesma perspectiva, o enxugamento do quadro docente e técnico foi outra linha de ajuste, o qual compromete a manutenção de alguns projetos, principalmente aqueles não diretamente envolvidos com a oferta dos serviços regulares (cursos de graduação, por exemplo).

Ou seja, uma das consequências desse processo de ajustes imposto pelo mercado foi o corte de muitos projetos de extensão e assistência social, destinados ao atendimento comunitário, além da diminuição das atividades de pesquisa, exceto aquelas ligadas a programas de pós-graduação *stricto sensu*. O enxugamento significativo da estrutura voltada à oferta dos cursos de graduação foi outra medida frequente, comprometendo, por vezes, atividades importantes do ponto de vista de sua qualificação. Por fim, a interrupção da oferta de cursos com menor demanda e com índices elevados de ociosidade de vagas foi outra medida adotada, diminuindo o leque de atuação das instituições. Ou seja, as atividades das IES comunitárias, nesse novo cenário, vêm sendo mantidas, mas não sem perdas significativas.

Como será o desenvolvimento futuro das IES comunitárias? Terão elas condições de manter suas atividades, incluindo aquelas que as caracterizam como IES comunitárias? Como fazer frente à necessidade de estruturas mais robustas que possibilitem uma atuação propriamente universitária, frente à concorrência enfrentada no mercado, a qual exige o enxugamento drástico da estrutura institucional (administrativa, pedagógica e científica)? A resposta a essas perguntas definirá as possibilidades futuras das IES comunitárias catarinenses e da Fundeste/Unochapecó em particular.

A partir de que critérios é possível efetuar a análise desse tema? Que parâmetros podemos utilizar nessa análise? A partir de que referências podemos avaliar as possibilidades futuras da Fundeste no cenário educacional do oeste catarinense?

Na perspectiva de análise a que nos propomos, nossa estratégia será de olhar para o presente, tendo como referência as lições do passado (do longo histórico da universidade) e as diferentes proposições de futuro que se apresentam atualmente, discutindo sua conveniência e também suas chances de sucesso. A partir daí, entendemos ser possível vislumbrar as diferentes perspectivas de futuro que se nos apresentam. É o que faremos nas próximas seções.



## A trajetória da Universidade: lições possíveis

A universidade é, dentre as instituições da atualidade, uma das mais longevas. Sua origem remonta o século XI<sup>6</sup>. As primeiras universidades nasceram sob a proteção da igreja, que tomou a iniciativa com objetivos bem precisos de combater as heresias locais, em diferentes regiões. Quando a igreja sentiu crescer as necessidades de formação dos seus clérigos, criou os seminários e, posteriormente, as escolas catedrais ou episcopais, as quais constituíram a primeira fase da universidade, que seria, em consequência, colocada sob a tutela da igreja. A estratégia foi exitosa, levando, inclusive, mais tarde, à iniciativa de *plantar* universidades em diferentes regiões que se revelavam estratégicas. O objetivo, portanto, era de preservar a unidade e a fé católica (Rossato, 2005).

O movimento das cruzadas possibilitou o contato dos europeus com outros povos e, especialmente, com a herança cultural da antiguidade, mediante a tradução para o latim dos principais textos da filosofia grega. E a universidade tornou-se a grande herdeira dessa cultura greco-romana, graças às escolas monásticas (Itália, Alemanha, França, Inglaterra) que procederam seu resgate e preservação.

Desde as suas primeiras experiências, a universidade se caracterizou por alguns princípios e características que buscou preservar ao longo de toda a sua história. Nesse sentido, destacam-se, por exemplo, a propensão ao debate de ideias e teses sobre os principais temas de cada época (*disputatio*); a reunião, sob sua tutela, dos principais intelectuais de cada país, tornando-a, por isso, um local de elaboração da alta cultura; a vocação internacional, visto que, desde as primeiras universidades, o intercâmbio de estudantes e professores (*Peregrinatio acadêmica*) foi uma característica intrínseca à ideia de universidade; a democracia, já que, desde o princípio, as nações de estudantes elegiam os seus reitores; a autonomia universitária, que, desde os primórdios, foi uma de suas características mais peculiares, garantindo, inclusive alguns privilégios aos universitários como a isenção dos impostos da cidade e do serviço militar, o direito de greve ou de recessão, a submissão dos estudantes a tribunais especiais (eclesiásticos) que, com frequência, se estendia a todos os tipos de delito. Essa estratégia enfraquecia o poder local, ou pelo menos o impedia de agir no âmbito da universidade e dos seus membros. Esse procedimento, além de reforçar a autoridade da igreja, consolidava a **autonomia** da universidade em relação ao poder local. Ou seja, foi no seio da igreja que a universidade buscou uma das noções que lhe são mais caras até hoje: a de território livre (Rossato, 2005).

No final do século XIII, a Europa já contava com 22 universidades, as quais gozavam de grande prestígio e as suas três áreas fundamentais (Teologia, Direito e Medicina) atingiam considerável grau de desenvolvimento.

A história nos indica que um dos segredos da longevidade da universidade, foi a sua capacidade de adaptar-se aos novos contextos e às novas demandas sociais, sem abrir mão, completamente, de suas tradições. Isso, obviamente, não ocorreu sem crises, resistências e dificuldades. Foi

---

6 A universidade mais antiga que se tem registro é a Universidade de Bologna, criada no ano de 1088. Após essa, existem registro de muitas outras universidades criadas nessa época a saber: Paris (1125), Oxford (1167), Montpellier (1181), Reggio (1188), Vicenza (1204), Palência (1208), Arezzo (1215), Salamanca (1218), Pádua (1222), Nápolis (1224), Vercelli (1228), dentre muitas outras (Rossato, 2005).



assim, por exemplo, no período de declínio da idade média. A partir do século XVI, a sociedade se transformou profundamente, com a perda da autoridade da igreja e a perda de força da teologia e dos dogmas religiosos como origem e justificativa do poder, aliado à complexificação da estrutura social, na qual passaram a surgir novas funções, que não mantinham relação de dependência em relação à igreja e ao seu poder. Destaque-se o crescimento do poder laico, especialmente o surgimento da burguesia como classe economicamente influente, acentuando, crescentemente, o desinteresse pela teologia e pela universidade como um todo. A sociedade viveu uma verdadeira revolução intelectual e viu suas concepções, crenças e certezas mudarem muito rapidamente (Salinas; Pinsky, 1988).

A partir de então, no curso de aproximadamente 300 anos, as universidades declinaram muito em número e em importância, levando muitas delas a desaparecerem e outras a sobreviver precariamente. A universidade sobreviveu, sofrendo, porém, inúmeras perdas. Os professores que, até então, viviam dos benefícios eclesiásticos, passaram a depender diretamente das autoridades locais. A maior dependência dos poderes locais levou à perda da autonomia universitária. Os reis e príncipes que, até então, ignoravam ou se opunham às universidades, passaram a nacionalizá-las e a impor seu poder sobre elas (Rossato, 2005).

Após esse período, contudo, no início do século XIX, a universidade ressurgiu, transformada, acolhendo as novas demandas sociais de conhecimento. Destaque-se, dentre os diferentes modelos que surgem nessa época, o modelo francês, mais voltado à formação de quadros para a elite dirigente e a produção/difusão do saber instrumental sob a tutela do estado; o modelo americano, de características empresariais e fortemente vinculado aos interesses da produção industrial e o modelo alemão, o qual talvez se constitua na melhor representação do ideal da universidade moderna. Dentre as principais características do modelo humboldiano (alemão), pode-se citar seu caráter laico, a liberdade da universidade e dos seus pesquisadores para a produção da ciência, a qual não deve conhecer limites; a relação estreita, porém autônoma, entre Estado e a universidade, a qual se organiza a partir de regras próprias; ao estado, além do financiamento das atividades da universidade, cabe proteger a liberdade acadêmica, em relação aos interesses particulares; tem a ciência como força unificadora “[...] e põe a pesquisa científica no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação geral, humanista e científica, com foco na totalidade e universalidade do saber.” (Silveira; Bianchetti, 2016, p. 84).

Assim, a partir do século XIX, a universidade renasceu da crise, expandiu-se para o mundo, assumindo novas feições, podendo-se falar mesmo no surgimento de uma nova universidade.

A partir da afirmação dessas propostas, a universidade voltou a se consolidar como a principal instituição de produção e difusão do conhecimento, sendo considerada estratégica para o desenvolvimento dos países e regiões. Se o século XIX foi marcado pelo surgimento dos sistemas de ensino de massa, em nível da educação básica e a primeira metade do século XX se caracterizou pela expansão do Ensino Médio, os últimos 50 anos do século XX foram marcados por uma expansão da universidade sem precedentes na história.

Segundo a UNESCO, em 1950, no mundo havia 6.712.000 estudantes universitários; em 1960, atingiram 13 milhões, passando para 27 milhões em 1970 e 45 milhões em 1980. Pode-se estimar, com bastante segurança que, no ano 2000, os estudantes universitários de todo o mundo somavam 100 milhões de estudantes. (Rossato, 2005, p. 60).

Olhando por esse prisma, o século XX marca a consolidação do Ensino Superior no mundo como uma estratégia significativa de desenvolvimento econômico, social, científico e cultural, identificando-se, em grande medida, com o próprio desenvolvimento dos países e regiões.

A partir das últimas décadas do século XX, contudo, o mundo vem experimentando uma nova e muito significativa transformação. Trata-se de uma mudança profunda, em que tanto a base técnica, quanto a organização do processo de produção estão sendo profundamente modificadas, não sendo exagero afirmar que estamos diante de uma mudança no paradigma de organização do processo produtivo mundial. O advento das tecnologias digitais vem transformando, significativamente, não apenas o modo de produzir, mas também o modo de comunicar, de agir, de pensar e de expressar, bem como a relação entre as pessoas. Segundo Gómez (2018), a era da informação, que experimentamos atualmente, se caracteriza pela primazia do valor da informação sobre o valor das matérias-primas, do trabalho e do esforço físico.

A crise do modelo de produção taylorista-fordista, que predominou no mundo ocidental a partir da terceira década do século XX e o advento de novos modos de organizar a produção e a vida em sociedade, provocaram uma acentuada crise nos sistemas de ensino de quase todos os países, exigindo transformações no modo de ensinar, de aprender e de produzir, difundir e utilizar os conhecimentos.

Ainda segundo Gómez (2018), transformações substantivas ocorreram em três áreas fundamentais da vida social: no âmbito da produção/consumo (economia), no âmbito do poder (político) e no âmbito da experiência cotidiana (sociedade e cultura), o que permite caracterizar que vivemos uma mudança de época.

Na economia, a inovação passou a ser vista como a palavra chave para o sucesso das organizações, num mercado crescentemente globalizado. E a inovação precisa do conhecimento e do compartilhamento de saberes e práticas para ser desenvolvida (Freeman; Soete, 2008; Tidd; Bessant, 2015).

Na política, observa-se o enfraquecimento dos estados nacionais, em face do crescimento das corporações multinacionais que passaram a atuar, simultaneamente, em vários continentes, bem como pela crescente dificuldade do estado em atender as demandas internas em cada país, cuja realidade tornou-se crescentemente multifacetada ante a afirmação de novas identidades, cada vez mais específicas.

No que tange às experiências sociais e culturais, observa-se uma ampliação, sem precedentes, na produção, na difusão e no acesso à informação. Com as tecnologias digitais, cada sujeito pode não apenas acessar em tempo real informações produzidas em qualquer lugar do planeta, quanto ele próprio torna-se um produtor de informações que são postas em circulação, de modo não controlado, na rede mundial de computadores. Por essa razão, no que tange à educação escolar, a escola (e o professor) perdem a condição de fonte privilegiada (quase exclusiva), de acesso à informação, como ocorria em outras épocas (Gómez, 2018).



Nas práticas pedagógicas, o professor passa a conviver com estudantes conectados, que podem acessar, em tempo real, os temas e conteúdos que o professor lhes apresenta em sala de aula, o que torna o processo de ensinar mais complexo e desafiador. Além disso, a disponibilidade de um volume incomensurável de informações acessíveis às crianças e jovens, faz com que os estudantes estejam menos focados no currículo proposto pela escola e esta passa a ter que disputar a atenção dos seus alunos (Moran; Masetto; Behrens, 2000).

Nesse contexto, especialmente a partir do final da década de 80 do século XX, a universidade passou a enfrentar uma nova e profunda crise. De um lado, a estrutura pesada, fortemente hierarquizada e burocrática determinava que a universidade operasse numa lentidão incompatível com a velocidade e agilidade exigida pelas novas demandas econômicas e sociais. Assim, viu as empresas preferirem a parceria com institutos mais vocacionados, afeitos a responder às demandas do mercado, que lhes podiam oferecer respostas mais rápidas e específicas. A própria lentidão do processo de formação profissional, em cursos de bacharelado com duração de, no mínimo, 4 anos, passou a ser criticada e posta em cheque.

Por outro lado, do ponto de vista social, o surgimento de teorias críticas que escancaravam o caráter elitista da universidade, acessível, via de regra, apenas aos jovens oriundos das classes socialmente privilegiadas, determinou que a universidade passasse a ser criticada como uma agência de consolidação das desigualdades sociais.

Por fim, em meio a esse contexto, a universidade viu a redução significativa dos recursos públicos destinados ao seu financiamento. O fortalecimento crescente da orientação política neoliberal determinou uma reorientação dos gastos públicos e da relação do estado com a sociedade. Com isso, os governos, crescentemente, buscaram desobrigar-se com a manutenção da universidade, forçando-a a buscar novos caminhos para sua autossustentação. Esse fato foi determinante para a crise que se instalou nas universidades, visto que os seus projetos institucionais, consolidados na modernidade, tinham como um dos pressupostos essenciais, o financiamento público das universidades pelo Estado (Santos, 1994).

O final do século XX foi, portanto, mais um dos momentos de crise da universidade, de modo semelhante ao que ocorrera em outras épocas. Santos (1994), no início da década de 1990, descreveu esse momento de crise da universidade como sendo uma crise de tripla dimensão: uma crise de hegemonia, visto que a universidade perdeu a hegemonia sobre o processo de produção e difusão do conhecimento; uma crise de legitimidade, visto que a universidade não é mais tida como um local de democratização das relações sociais. Ao contrário, é uma agência que consolida e cementa as desigualdades sociais existentes. E, por fim, uma crise institucional. A diminuição substantiva dos recursos destinados ao financiamento da universidade passou a influenciar, significativamente, o seu funcionamento. E, para sobreviver, segundo o autor, a universidade passou a buscar financiamento de suas pesquisas junto às empresas, submetendo-se, para isso, às suas demandas e pautas de pesquisa, o que caracteriza um processo de instrumentalização da universidade (Santos, 1994).

Numa outra perspectiva, Cristovam Buarque entende que a universidade vive uma crise de dimensões muito profundas, talvez sem precedentes. Segundo suas palavras: “Esta não é a primeira vez que a universidade se vê confrontada com a necessidade de mudar, mas nunca ela precisou mudar tanto quanto agora.” (Buarque, 2003, p. 7).



O autor também indica a existência de uma crise de muitas facetas. Em primeiro lugar, uma perda de sintonia da universidade em relação à sociedade. Essa perda de sintonia se dá em relação ao avanço do conhecimento, visto que, em razão da velocidade frenética da sua produção atual, muitas iniciativas estão ocorrendo fora das universidades tradicionais. Por outro lado, a perda de sintonia também se dá em relação à disseminação do conhecimento, uma vez que a universidade não consegue atingir as massas com a mesma abrangência e desenvoltura que outros mecanismos que se propagam por meio da internet. Há também uma perda de sintonia em relação a eficiência do diploma. O diploma deixou de ser um passaporte seguro dos estudantes para o futuro e a universidade não consegue compreender que esse cenário em transformação exige novas respostas. Ainda, a perda de sintonia se dá em relação aos excluídos e a universidade continua a assistir, indiferente, à pobreza e aos múltiplos processos de exclusão de grande parte da população em relação aos bens produzidos pela humanidade. Os avanços científicos e tecnológicos produzidos pela universidade, de um modo geral, serviram apenas às minorias privilegiadas. Com isso, ela deixa de ser uma fonte de esperança em relação a um futuro melhor. Por fim, o autor indica que a universidade perdeu a sintonia com o mundo, visto que, apesar das aparências, não se incorporou, efetivamente, no processo de globalização. Exemplo disso é que os diplomas têm validade apenas nacional, sem considerar a possibilidade de formar cidadãos globais.

A universidade, neste início do século XXI, deixou de ser a vanguarda do conhecimento, tendo perdido também a capacidade de assegurar um futuro exitoso a seus alunos. Ela deixou de ser um centro de disseminação do conhecimento, e não é mais usada como instrumento na construção de uma humanidade coesa. A universidade flutua em meio às correntes da globalização, e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida. (Buarque, 2003, p. 8).

A partir dessas constatações, o autor aponta alguns caminhos para a refundação da universidade, a partir dos desafios científicos, técnicos e éticos colocados pela realidade do século XXI. O autor propõe uma universidade mais dinâmica, que não considere o conhecimento algo estático. Ao contrário, deve encarar o conhecimento como algo essencialmente dinâmico, capaz de interagir com os novos tempos, e novas demandas sociais, o que inclui a questão da velocidade das transformações. Também vislumbra uma universidade unificada, integrada globalmente, em que professores e estudantes transitem livres de fronteiras. Uma universidade para todos, na qual todos terão acesso, ao contrário do que ocorre hoje, concorrendo, para isso, as novas tecnologias que permitem acesso remoto ao conhecimento. Uma universidade aberta, sem muros ou *campus* fisicamente definido, aberta a todo o planeta. Uma universidade sistemática, vinculada a todo o sistema de criação do saber. Por fim, o autor propõe uma universidade sustentável, a qual deverá ser financiada pelo poder público, aberta a receber recursos oriundos da iniciativa privada, porém sem perder o vínculo com os interesses públicos, sem tornar-se prisioneira de interesses privados.

Em perspectiva bastante diversa das apresentadas até aqui, Etzkowitz (2009) indica que as universidades modernas passaram por duas grandes revoluções. A primeira ocorrida ainda no século XVII, nos Estados Unidos, pela incorporação da pesquisa à missão da universidade. Esse mesmo movimento, um pouco mais tarde, foi realizado também na Europa, dando origem aos modelos humboldiano e napoleônico, conforme já



descrito acima. A segunda revolução universitária, segundo Etzkowitz (2009), teve início na segunda metade do século XX, a partir das experiências de algumas universidades americanas (MIT, Harvard e Stanford), dando origem ao conceito de Universidade Empreendedora, a qual agrega uma nova missão à universidade, voltada ao desenvolvimento econômico e social, além do ensino e da pesquisa.

Nesta perspectiva, a universidade passa a interagir, de modo sistemático, com a iniciativa privada e com o estado, para, por meio da ciência, gerar as inovações necessárias ao desenvolvimento econômico e social, no contexto do mercado globalizado. “Esta nova visão aproxima a Universidade das demandas da sociedade onde está inserida e posiciona a academia como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social.” (Audy, 2009, p. 151). Busca conectar-se aos usuários do conhecimento de forma mais próxima e se estabelecer como um ator econômico por mérito próprio.

O conceito de capitalização do conhecimento, utilizado como destaque nesse modelo de atuação universitária, muda a forma como os cientistas observam os resultados de suas pesquisas, buscando descobrir nelas projetos com potencial para aplicação prática, no mundo produtivo e podendo, portanto, ser comercializados. Segundo Etzkowitz (2009), quando a universidade se envolve com a transferência de tecnologia e a formação de empresas, ela atinge uma nova identidade empreendedora.

Uma cultura de empreendedorismo, essencial nesse paradigma, pode surgir da busca por financiamentos externos para a condução das pesquisas. Os cientistas que querem atingir reconhecimento a partir dos resultados originais também percebem que suas pesquisas têm implicações comerciais.

Do ponto de vista das empresas, a universidade, agindo na ótica deste paradigma, torna-se essencial ao desenvolvimento, uma vez que, além de profissionais altamente qualificados, capazes de conduzir processos de pesquisa e inovação, dispõe dos estudantes, cuja energia e iniciativa é essencial ao desenvolvimento dos projetos, bem como à formação de novos profissionais aptos a agir na lógica da inovação. A partir dessa percepção sobre o papel da universidade e dessa forma de conceber o desenvolvimento, surgiram os parques científicos e tecnológicos<sup>7</sup>, como um espaço privilegiado de compartilhamento entre diferentes agentes (empresas, estado, universidade, etc.), em prol da inovação e da solução dos problemas enfrentados no cotidiano da produção (Audy, 2009).

Ou seja, segundo essa perspectiva, em meio à nova crise que se instalou na universidade na segunda metade do século XX, essas iniciativas apontam para uma releitura do seu papel na sociedade, aproximando-se das iniciativas do setor produtivo e interagindo com a iniciativa privada e com o estado para promover o desenvolvimento por meio da inovação. Na perspectiva de Etzkowitz (2009), em meio aos novos desafios surgidos na realidade, a universidade soube, rapidamente, produzir uma resposta para colocar-se, novamente, no centro da cena, em termos de desenvolvimento.

---

7 “Um Parque Científico e Tecnológico (Science Park) é uma organização, gerida por profissionais especializados, cujo objetivo fundamental é aumentar a riqueza da comunidade em que se insere, mediante a promoção da cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições intensivas em conhecimentos, associadas à organização.” (Audy, 2009, p. 156).



A partir das experiências das universidades americanas, o modelo se expandiu para outros continentes ganhou destaque no mundo e passou a difundir-se entre os diferentes países, incluindo o Brasil.

Essa visão otimista, contudo, não é compartilhada por outros autores que tem se debruçado sobre o tema. Sousa Santos (2005) entende que a saída encontrada pelas universidades para a sua crise institucional, por meio do financiamento privado para as suas atividades acadêmicas (especialmente a pesquisa), bem como pela transformação dos produtos da pesquisa em bens comercializáveis, significa uma instrumentalização da universidade e a perda de sua autonomia. Com isso, a universidade deixa de cumprir seu papel histórico de produção do conhecimento desinteressado e de ser o senso crítico da sociedade e do seu desenvolvimento. E uma universidade instrumentalizada, segundo ele, serve apenas aos interesses dos detentores do capital, em sua afirmação no mercado globalizado, crescentemente competitivo e não ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Portanto, a saída encontrada por meio do modelo da hélice tríplice, segundo Sousa Santos (2005), é uma pseudosolução que, a invés de solucionar a crise da universidade, aprofunda-a, retirando dela a sua função social. Em lugar do conhecimento universitário, passa-se à produção de um conhecimento pluriversitário.

O conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual, na medida em que o princípio organizador de sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. É por isso que sua razão de ser e justificativa se situa fora do ambiente universitário, numa partilha entre pesquisadores e utilizadores. Sua concretização mais consistente tem sido nas parcerias entre universidade e indústria, sob a forma de conhecimento mercantil. Ainda segundo Sousa Santos (2005), a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário é muito mais amplo que a mercantilização da universidade e do conhecimento por ela produzido. Apresenta uma dimensão eminentemente política, visto que o projeto de universidade sempre teve forte vínculo com a construção de um projeto de País. A transformação em curso significa, assim, o fim de uma possibilidade de elaboração de projetos de soberania nacional por meio da atuação das universidades. Tal movimento coincide, inclusive, com a tendência neoliberal de afrouxamento das fronteiras e o enfraquecimento dos estados nacionais.

Numa perspectiva semelhante, Bernheim e Chaui (2008), partindo do reconhecimento e da descrição dos novos processos de produção e difusão do conhecimento, bem como dos novos papéis, estruturas e ritmos assumidos pela universidade no contexto da sociedade do conhecimento, concluem que:

Definida e estruturada por normas e padrões completamente alheios ao conhecimento e a formação intelectual, a universidade é pulverizada em microorganizações que utilizam o tempo dos professores e submetem os alunos a exigências não relacionadas ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é evidente. [...] A universidade trabalha e, por isso mesmo, deixa de cumprir seu papel. (Bernheim; Chaui, 2008, p. 11).



Ou seja, conforme esses autores, a universidade, ao integrar-se ao mundo da produção, em parceria com as organizações do setor produtivo, ao mesmo tempo que passa a desempenhar novos papéis, viabilizando o processo de inovação e contribuindo com as organizações em suas necessidades de competir no mercado globalizado, deixa de cumprir seu papel na produção e difusão do conhecimento como um bem público, destinado a toda a sociedade, comprometendo, inclusive, o processo de formação dos seus alunos. Isto porque, além da pesquisa voltar-se a atender às demandas do setor produtivo, o ensino passa a ser visto como uma rápida transmissão de conhecimentos, registrados em manuais de fácil leitura, destinados à habilitação dos graduandos para o seu ingresso imediato no mercado de trabalho.

Ao invés dessa direção, os autores propõem que o principal paradigma a ser seguido pela educação superior contemporânea, qual seja, o paradigma do desenvolvimento humano endógeno, ao mesmo tempo humano e sustentável, significa um desenvolvimento baseado nas próprias forças produtivas de cada país, nas suas próprias capacidades e na competitividade a serviço da dignidade do ser humano. Propõe um processo de desenvolvimento que respeite o direito das futuras gerações de satisfazer suas necessidades e que preserve a dignidade cultural dos povos. Apoiados na Declaração Mundial sobre a Educação Superior (UNESCO, 1998), afirmam que sem uma educação superior adequada e instituições de pesquisa que formem uma massa crítica de pessoas qualificadas e cultas nenhum país conseguirá garantir seu genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável. Isso vale, segundo os autores, particularmente, para os países menos desenvolvidos, os quais, sem o concurso de uma educação superior qualificada, não lograrão êxito na redução das desigualdades em relação aos países mais desenvolvidos.

A partir dos apontamentos feitos até aqui, podemos perceber a existência de interpretações muito diferentes sobre as possibilidades de futuro da universidade no contemporâneo, algumas das quais apontando para caminhos opostos entre si. A partir dessas contribuições teóricas e da análise da trajetória da universidade ao longo da história, podemos indicar alguns aspectos que, entendemos, auxiliam na compreensão do atual momento e podem auxiliar na compreensão das perspectivas de futuro das instituições comunitárias.

Em primeiro lugar, parece indispensável que as universidades contribuam com a viabilidade econômica dos países, regiões ou setores em que atuam. No contemporâneo, essa viabilidade passa pelo conhecimento e pela sua contribuição no processo de inovação. Isso porque parece inevitável admitir que, no atual contexto de desenvolvimento econômico mundial, a inovação é, sim, essencial para definir a participação de cada país e cada região na divisão internacional do trabalho e que essa participação incide sobre a qualidade de vida da população de cada país ou região. E isso implica que as universidades, além de atuar na formação de profissionais qualificados, precisam manter sua capacidade de produção e difusão de conhecimentos, de modo a poder interagir com o meio, facilitando o seu acesso ao conhecimento e aos avanços tecnológicos em curso em nível mundial, nos diversos setores da atividade humana. A pós-graduação e a pesquisa, nesse sentido, são essenciais, assim como a criação de ambientes compartilhados em que universidade e sociedade se debruçam, juntas, sobre os problemas inerentes ao cotidiano da produção, em seus diferentes desdobramentos.

É claro que não ignoramos as contradições inerentes ao atual modelo de desenvolvimento hegemônico e os problemas que tem trazido, tanto em termos sociais quanto ambientais. A ênfase no consumo desenfreado, como condição para o crescimento econômico permanente, tem imposto um ritmo de consumo dos recursos naturais que o planeta não tem condições de suportar, bem como tem elevado a poluição em níveis totalmente insustentáveis. Além disso, o crescimento da concentração da riqueza e do poder na atualidade vêm ocorrendo num ritmo que não encontra precedentes na história. E isso vem provocando a exclusão de parte significativa da população em relação aos bens e às riquezas produzidas. O avanço da robótica, aliado à apropriação privada dos seus benefícios, tende a agravar esse quadro nas próximas décadas.

A questão que se coloca é como gerar um sistema de produção mais sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais? É importante ter clareza de que, infelizmente, é insustentável, na atualidade, colocar-se de fora desse processo de produção. A superação das suas contradições não poderá ser feita a partir de fora do próprio sistema de produção, mas por dentro dele, por meio da crítica às suas contradições e da experimentação e difusão de práticas alternativas. Seria (e é) cômodo fazer a crítica a esse modo de desenvolvimento, colocando-se de fora dele. Porém, isso é inócuo. É preciso desafiar-se a tecer a crítica a ele, vivenciando a inevitabilidade do envolvimento com o mesmo. Nesse sentido, as ciências humanas e sociais desempenham um papel essencial, tanto na elaboração de uma análise crítica profunda e radical do funcionamento do atual sistema de produção, suas contradições e consequências, quanto no apoio às áreas de conhecimento diretamente envolvidas no desenvolvimento das forças produtivas (engenharias, bioengenharia, computação, dentre outras), para que percebam tais contradições e consequências e experimentem caminhos alternativos ao seu desenvolvimento. É essencial, nesse sentido, que os intelectuais envolvidos com a produção de teorias críticas sobre o modelo hegemônico, além da elucidação das atuais condições do desenvolvimento, em si, empenhem-se na construção de condições para que amplos setores da população tenham acesso e compreendam o teor de sua crítica. Somente a consciência crítica por parte da população poderá, de fato, influenciar os rumos do desenvolvimento econômico<sup>8</sup>. Por vezes, temos visto intelectuais elaborando seus discursos críticos de uma forma acessível apenas a uma comunidade muito restrita de iniciados no tema. Permanecem, assim, muito longe da população e mesmo dos intelectuais que atuam no desenvolvimento das forças produtivas. Esse fato limita em muito, ou mesmo anula totalmente os efeitos da crítica. Certamente, por esse caminho não construiremos os avanços necessários às transformações que a humanidade necessita nesse momento da história.

Concordamos com Bernheim e Chauí (2008) que a formação de uma massa crítica capaz de compreender o desenvolvimento e os seus desdobramentos é fundamental ao desenvolvimento autônomo de cada país. Isso exige diálogo e debates com setores cada vez mais amplos, para que a sociedade se qualifique a avaliar as contradições e os desdobramentos do atual modelo econômico. Para isso, pode a universidade valer-se de

8 Movimentos como “Consumo Consciente”, “*slowlife*”, “Agenda 2030”, e os Movimentos pela Igualdade Racial e pela igualdade de gênero, dentre muitos outros, são exemplos de atitudes que podem influenciar, decisivamente, os rumos do desenvolvimento no planeta.



uma de suas características mais genuínas que é a disposição para o debate de temas da atualidade. Essa é, aliás, em nosso entendimento, uma das características indispensáveis das universidades do século XXI, resgatando seu papel de consciência crítica da sociedade sobre seu próprio desenvolvimento. Para isso é essencial que gestores, docentes e técnicos redobrem os seus esforços para garantir a presença, na universidade, da pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais, para além da pesquisa nas áreas técnicas, sem o que a universidade se descaracteriza e deixa de cumprir uma parte importante do seu papel.

Outro aspecto importante é a manutenção de iniciativas e programas voltados a promover a inclusão e o apoio às populações em situação de risco social ou com maior dificuldade de acesso aos bens culturais socialmente produzidos. Como já afirmamos acima, o atual modelo de desenvolvimento é excludente e muitos setores da população mais pobre não conseguem acesso ao conhecimento e apresentam maiores dificuldades de uma inserção digna no mundo do trabalho. É importante ter claro que, por razões históricas, a meritocracia não pode ser o único critério de acesso aos bens que a universidade produz e/ou difunde. Esses extratos populacionais excluídos precisam estar no horizonte da ação da universidade, mesmo que para tal sejam necessários programas e políticas afirmativas.

Por fim, destacamos a importância de que a universidade, fiel à sua trajetória, mantenha e promova a democracia interna, tendo-a como sistema de gestão e *modus operandi* em suas relações cotidianas.

## **Anotações sobre uma perspectiva de futuro das instituições comunitárias: reflexões e apontamentos**

Os elementos apresentados por cada perspectiva nos permitem tecer algumas reflexões sobre possibilidades (e limites) de futuro das universidades comunitárias, tomando como referência a realidade da Fundeste/Unochapecó em particular e sua capacidade de responder às demandas e necessidades do desenvolvimento da região em seu entorno, no atual contexto do Ensino Superior.

**Sobre o futuro do ensino de graduação**, é preciso considerar o fato de que a oferta de Ensino Superior de graduação, razão primeira para a criação da Fundeste, atualmente se encontra numa condição de verdadeira saturação, visto que a capacidade de atendimento ao público demandante, pelas instituições existentes e que marcam presença na região, é muito superior à demanda efetiva. Esse foi um dos efeitos do processo de privatização do Ensino Superior.

Em primeiro lugar é preciso considerar a presença de instituições públicas em Chapecó e municípios do entorno (UFFS e UDESC) que, no advento do século XXI, passaram, enfim, a se fazer presentes na região. Além disso, atualmente, a região conta também com a presença de instituições sem fins lucrativos (sistema S, outras instituições comunitárias) presentes não apenas em Chapecó, mas também em várias outras cidades



da região, o que a torna mais bem servida de alternativas. Em comum tais instituições apresentam a característica de não primarem pela busca de lucro, mas pela oferta de cursos qualificados, que buscam atender as necessidades do desenvolvimento.

A maior saturação, contudo, deve-se à presença de um grande número (mais de duas dezenas) de instituições privadas particulares, presenciais e a distância, focadas na oferta de vagas em cursos de graduação e especialização, numa abordagem claramente comercial. Minimalistas em termos de infraestrutura e focadas no cumprimento dos mínimos legais para a oferta de cursos profissionalizantes, conseguem praticar preços bem abaixo das necessidades de funcionamento de uma universidade estruturada para desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* e comprometida com projetos de desenvolvimento social e econômico da sua região de entorno.

A presença dessas instituições privadas, focadas apenas no comércio de vagas de ensino de graduação se, por um lado, promovem a expansão de vagas a preços bastante acessíveis, por outro, praticam um inevitável aligeiramento dos processos de formação e rebaixam as condições médias de viabilidade econômica dos cursos, o que influencia, decisivamente, na qualidade média dos cursos oferecidos e as condições de funcionamento das demais instituições, mesmo aquelas sem finalidade de lucro<sup>9</sup>. Isso porque as instituições que desejarem continuar ofertando Ensino Superior na região, deverão adaptar-se a essas condições sociais médias de oferta do ensino, o que implica num drástico enxugamento das condições estruturais dos cursos (disponibilidade de horas do corpo docente e técnico, laboratórios, etc.).

Esse fato significa que a oferta de cursos presenciais, solidamente estruturados e bem avaliados e que exigem a presença do estudante no *campus* universitário todos os dias da semana torna-se inviável, exceto naqueles cursos que, pela sua especificidade, contam com pouca concorrência no mercado (medicina, por exemplo). Diante desse quadro, é mister reconhecer que, se a Fundeste/Unochapecó deseja permanecer ofertando vagas no Ensino Superior, terá que fazê-lo em condições compatíveis com as condições sociais médias de oferta vigentes no mercado regional de Ensino Superior. Nessa situação, como não cair na vala comum e preservar a identidade institucional, historicamente focada na qualidade e no caráter comunitário da instituição, que implica na interação com os problemas e projetos voltados ao desenvolvimento local regional?

Analisando as atuais condições do contexto, vislumbramos ao menos duas possibilidades. Em primeiro lugar, valendo-se da excelente estrutura física e de pessoal da instituição, avaliada recentemente como uma das melhores do país<sup>10</sup> e, por outro lado, valendo-se das novas possibilidades de difusão e acesso ao conhecimento abertas pelas TICs, produzir novos modelos de oferta dos cursos de graduação que superem o atual

9 Para exemplificar, referimo-nos aqui ao fato de que, além da oferta abundante de cursos a distância, registra-se a presença, na cidade de Chapecó, de instituição que oferta de cursos de licenciatura ditos presenciais, mas que exigem a presença do estudante apenas dois dias por semana.

10 A instituição, em 2018, obteve a nota máxima no sistema de avaliação realizado pelo MEC/INEP. Da mesma forma, dos 36 cursos avaliados a partir de 2017, 15 obtiveram o conceito 4 e 21 obtiveram o conceito 5 (nota máxima), o que atesta a qualidade do ensino na instituição, tendo como referência os parâmetros definidos pelo MEC. Por outro lado, no “Ranking das Universidades Empreendedoras 2019”, promovido pela Brasil Júnior, a infraestrutura da instituição foi indicada como a 3ª melhor do país no *ranking* em geral, a instituição foi classificada em 17º lugar entre as 123 instituições avaliadas (Brasil Junior, 2019).

modelo de oferta, de perfil mais tradicional, sem abrir mão da qualidade de ensino. Experiências exitosas existentes no país e no exterior poderão ser utilizadas como referência para a produção de um modelo de oferta original. O diálogo com tais experiências é essencial para facilitar e garantir maior segurança no processo.

Em segundo lugar, é preciso, enfim, valendo-se das possibilidades abertas pela Lei n. 12.881/13 (a Lei das Comunitárias), propor termos de parceria com os governos federal, estadual e municipal para a oferta de vagas públicas nas instituições comunitárias. Essa possibilidade, ainda inexplorada, pode ser bem recepcionada, especialmente na área dos cursos de licenciatura, dada a preocupação de setores importantes da sociedade<sup>11</sup> em relação a esse tema. A longa tradição da instituição na oferta de cursos de licenciatura e a excelente avaliação obtida pelos seus cursos nas avaliações *in loco* promovidas pelo MEC credenciam a instituição a capitanear essa iniciativa, a qual deverá ser articulada com as demais instituições comunitárias. Na mesma direção podem ser propostos projetos de grande escala, voltados à formação continuada de professores, visando melhorar a qualificação do corpo docente já graduado e atuando nas diferentes redes de ensino.

**A interação conhecimento, inovação e desenvolvimento** é, possivelmente, o campo de atuação que apresenta maior potencial de crescimento da participação da Unochapecó no cenário regional da educação superior nas próximas décadas. A questão necessita ser devidamente analisada, à luz dos referenciais teóricos disponíveis, bem como das condições atuais do contexto do desenvolvimento e do ensino superior brasileiro e regional. Sobre isso, é necessário tecer algumas considerações.

A cidade de Chapecó tem crescido em ritmo acelerado nas últimas décadas<sup>12</sup> e atraído considerável contingente populacional, oriundo, principalmente, dos pequenos municípios do entorno, incluindo o norte do estado do Rio Grande do Sul, além de pessoas vindas de outros estados e também imigrantes. Seu dinamismo econômico tem atraído pessoas de outras regiões, em busca de oportunidades. Esses fatos recentes, positivos do ponto de vista econômico, podem desestimular a análise apurada das perspectivas de desenvolvimento da região a médio e longo prazo. Ao lado de iniciativas e dados bastante positivos, há fatores preocupantes do ponto de vista da sustentabilidade do desenvolvimento regional.

11 Citamos aqui, por exemplo, o movimento Todos pela Educação, liderado por empresários e intelectuais preocupados com a inserção do país na nova economia mundial focada na inovação. O movimento, sistematicamente, vem criticando a qualidade da formação de professores do país e exigindo medidas governamentais para enfrentamento do problema.

12 Segundo dados do IBGE, no período compreendido entre 2010 e 2017, a taxa média anual de crescimento da população de Chapecó foi de 2,2% ao ano. Um crescimento relativamente alto, especialmente, quando comparado à média nacional e catarinense, que no mesmo período foi de, respectivamente, 1,2% e 1,6% ao ano.



De um lado, as iniciativas no campo do desenvolvimento de um ecossistema de inovação vêm se consolidando, conforme aponta o estudo de Koch (2018), e estimula o desenvolvimento de alguns setores dinâmicos da economia local<sup>13</sup>, como é o caso da indústria de *softwares*. Por outro lado, estudos revelam também que diversos setores tradicionais da economia local, carecem iniciativas na área da inovação, em vista de sua atualização em relação das condições sociais de produção vigentes na atualidade.

Destaque-se, por exemplo, a produção vitivinícola da região de Videira, Pinheiro Preto e Tangará, a qual foi objeto de estudos de Lara Prado (2018). O estudo revelou a predominância de uma indústria estagnada em termos tecnológicos e em franco declínio em termos de participação no mercado de vinhos. Trata-se da região com maior produção de vinhos do estado de Santa Catarina que, por sua vez, é o segundo estado brasileiro que mais produz vinhos. Sem uma transformação significativa na posição dessas indústrias frente ao processo de inovação, dificilmente as mesmas terão longevidade no desenvolvimento de suas atividades. Por outro lado, o apoio de instituições intensivas em conhecimentos, será indispensável para que as indústrias do setor encontrem o caminho da inovação e da sua reafirmação no mercado de uvas e vinhos.

Na análise desse tema é indispensável considerar também que a falência das indústrias desse setor econômico terá uma repercussão social significativa, implicando na perda da atividade econômica por parte de centenas de famílias de agricultores que tem suas atividades voltadas à produção de uvas, além da perda dos empregos dos funcionários dessas indústrias.

Uma situação semelhante foi encontrada por Menegon (2018) em estudo voltado à indústria de confecções situadas no oeste catarinense. Quase metade das indústrias estudadas não apresentaram nenhuma atividade de inovação e as que apresentaram atividades de inovação tinham condições bastante insipientes para a realização do processo. Talvez em razão desse panorama a atuação da grande maioria das empresas limita-se ao mercado local/regional e o índice de mortalidade das empresas é alto. Ou seja, também nesse setor é premente a necessidade de uma mudança de postura frente a inovação para que essas empresas consigam afirmar-se no mercado e possam preservar suas atividades. É desnecessário insistir nos impactos sociais dessa situação, visto que, na população identificada do estudo foram encontradas mais de seiscentas empresas, com um número significativo de empregos gerados.

Por fim, podemos mencionar que o panorama da indústria de lácteos da mesorregião do oeste catarinense se assemelha bastante ao encontrado nos dois outros setores mencionados: baixos índices de inovação efetiva, acentuada instabilidade das empresas do setor, risco de descontinuidade, etc. (Pesamosca, 2019).

Ou seja, os três ramos estudados indicam uma realidade de grande fragilidade econômica dos empreendimentos, frente a um mercado globalizado e altamente competitivo. Esse cenário aponta que, pelo menos do ponto de vista desses três ramos de atividade, o futuro do desenvolvimento regional é incerto e os riscos sociais elevados. Por outro lado, nos três casos mencionados, observou-se um distanciamento das

13 Dados divulgados pela Associação Brasileira de Startups (<https://abstartups.com.br/>) apontam que Chapecó é a segunda cidade brasileira em número de *startups* por habitante, o que denota a existência de um esforço inovador na região.



empresas em relação às universidades e outras instituições intensivas em conhecimento, essenciais à viabilização de atividades de inovação em qualquer ramo de atividade.

Esse panorama de estagnação e distanciamento das universidades e instituições intensivas em conhecimento por parte de setores importantes da atividade econômica local/regional pode ser superado pelo avanço na consolidação do ecossistema de inovação que está em desenvolvimento no oeste catarinense, a partir da iniciativa da própria Unochapecó, em parceria com um grande número de entidades, conforme demonstrado por Loch, Jacoski e Poli (2018). A implantação definitiva do Parque Científico e Tecnológico Chapecó@ e o aprofundamento das ações da Rede de Inovação apontam nessa direção. Tal iniciativa pode ser considerada essencial não apenas à sustentabilidade do desenvolvimento local/regional a médio e longo prazo, mas também e principalmente para a qualidade de vida da população de Chapecó e de toda a região. Como já afirmamos acima, no atual contexto de desenvolvimento econômico mundial, a inovação é essencial para definir as condições de cada país e cada região na divisão internacional do trabalho e que essa participação incide sobre a qualidade de vida da população de cada país ou região. Caso não consiga afirmar-se na produção em ramos tecnologicamente mais intensivos, restará ao oeste catarinense apenas a produção de *commodities* de baixo valor agregado (carne e leite *in natura*, por exemplo) que, além de gerar poucas divisas, proporcionalmente ao seu volume de produção, geralmente são bastante poluentes e muito exigentes em termos de consumo de recursos naturais (especialmente a água). Ou seja, a viabilidade de produção dessas *commodities*, geralmente, só é obtida em grandes volumes, com enormes gastos ambientais e retorno econômico proporcionalmente baixo.

Esse panorama indica que a Fundeste/Unochapecó pode ter um papel decisivo nos rumos do desenvolvimento local regional frente ao novo contexto denominado sociedade do conhecimento: interagir com os agentes produtivos dos diferentes setores econômicos, estabelecendo pontes entre estes e o conhecimento necessário ao processo de inovação. Esse, aliás, é o indicativo apresentado pelos estudos acima mencionados como Etzkowitz (2009), Audi (2009), dentre outros. Nesse caso, a atuação da Fundeste/Unochapecó nas próximas décadas, no contexto do desenvolvimento regional, em cumprimento ao seu caráter comunitário, parece ser mais significativa no desenvolvimento de atividades de pesquisa e apoio ao desenvolvimento social e econômico por meio da produção/difusão de conhecimento, estabelecendo pontes entre as organizações sociais e econômicas e o conhecimento necessário aos diferentes processos de produção.

Além disso, como vimos acima, será fundamental a manutenção de atividades de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais que possibilitem a crítica ao processo de desenvolvimento regional, em vista da elucidação de suas contradições e a busca de alternativas, bem como iniciativas e programas de inclusão e apoio aos setores da população em situação de risco social e/ou com maior dificuldade de acesso aos bens culturais socialmente produzidos. Os cursos de licenciatura intercultural indígena mantidos pela Unochapecó, com o apoio e o financiamento do governo do estado de Santa Catarina são um bom exemplo de programa voltado a populações socialmente excluídas. Nas áreas de pesquisa e extensão a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é também um bom exemplo de programa voltado aos extratos populacionais em situação de risco social e que cumpre um papel essencial na democratização da Universidade.



Em síntese, é preciso reconhecer (e valorizar) a possibilidade de convivência de diferentes olhares sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural no interior de uma mesma universidade, visto se tratar de um organismo complexo e contraditório. Aliás, é preciso admitir a impossibilidade (e a inconveniência) de enquadrar na mesma régua (parâmetros e conceitos), todos os múltiplos olhares e áreas de atuação que convivem na universidade. Cada área e cada programa é um verdadeiro um universo de pensamento e de ações e precisam ser analisados a partir de critérios específicos e a gestão da universidade é apenas uma faceta dela. Só pelo caminho da pluralidade, contando com o esforço de todos, cada um à sua maneira, poderá ser construída uma universidade comunitária viável e necessária.

»»————««  
*Fotografias das décadas  
de 1990, 2000 e 2010*  
»»————««

Figura 17 – Homenagem à Fundeste, década de 1990



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 18 – Equipe participante do credenciamento da Unochapecó, em 2002



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 19 – Recredenciamento da Unochapecó, Reunião Conselho. 21 de agosto de 2007



Foto: Extra Comunicação. Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 20 – Vista do Campus Chapecó, observa-se a construção do bloco M, no final da década de 1990



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 21 – Vista do Campus Chapecó, nota-se o Bloco M já finalizado no final da década de 1990



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 22 – Vista do Campus Chapecó, década de 2000



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 23 – Vista aérea do *campus* em 2010



Fonte: Acervo Unochapecó.

Figura 24 – Vista aérea do *campus* em 2019



Fonte: Acervo Unochapecó.

Figura 25 – *Campus* de São Lourenço do Oeste



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 26 – Biblioteca da Unochapecó



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 27 – Estudantes e professores da Unochapecó no evento Calouros em Ação. 2019



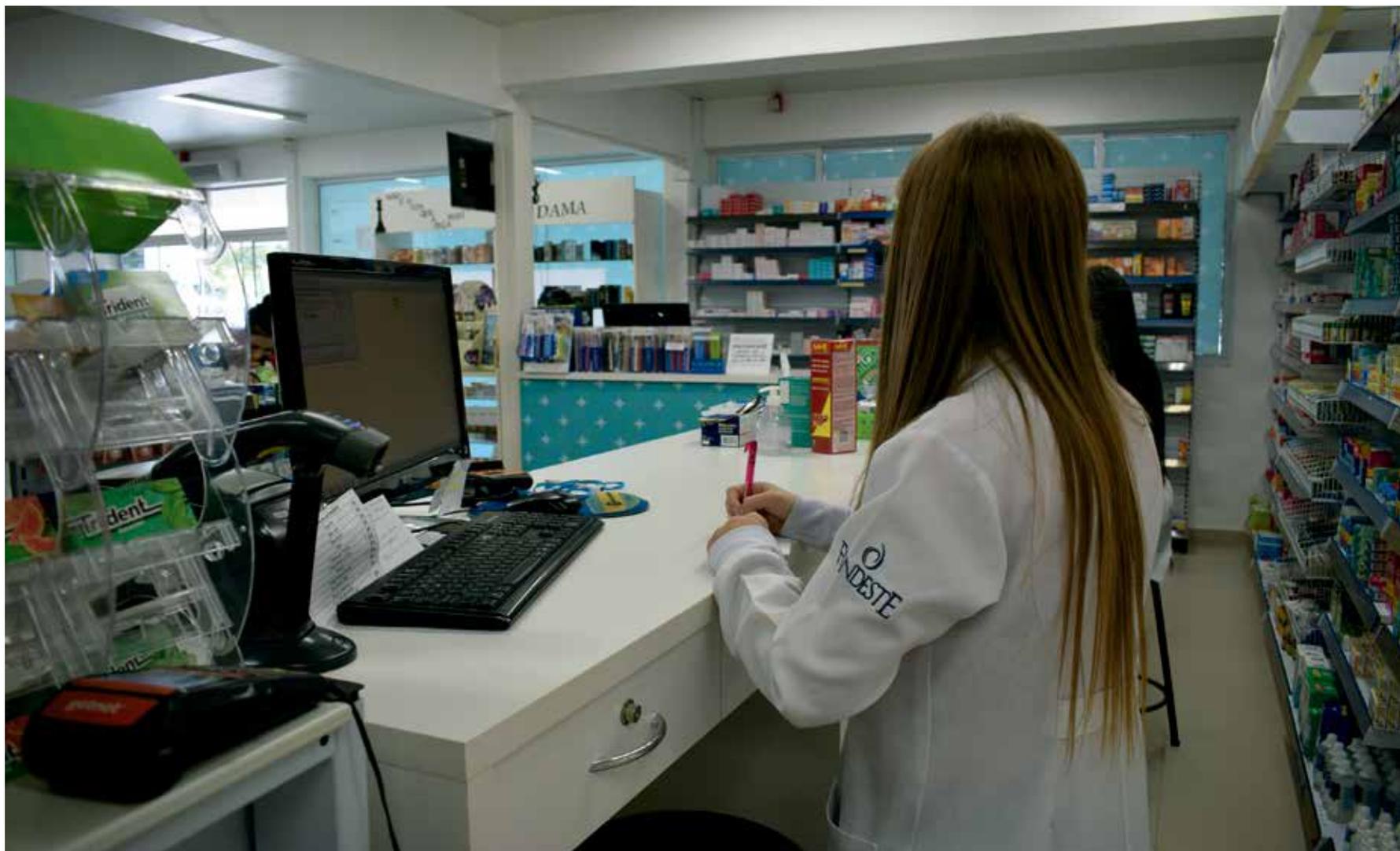
Fonte: Acervo Unochapecó.

Figura 28 – Instituto Goio-En. 2020



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 29 – Farmácia Escola. 2020



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 30 – Jardim das Artes, *campus* da Unochapecó



Fonte: Acervo Unochapecó.

Figura 31 – Edificação do Parque Científico e Tecnológico Chapecó@. 2019



Fonte: Acervo Unochapecó.

## *Referências*

AGUIAR, Letícia Carneiro. **Política Educacional e a criação do curso de Pedagogia em Santa Catarina**. Palhoça: Ed. Unisul, 2008.

ALBA, Rosa Salete. As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 301-326, dez. 2001.

\_\_\_\_\_ et al. Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Org.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores; Chapecó: UFFS, 2015. p. 41-69.

ÁLBUM do Cinquentenário de Chapecó: documentário histórico. Chapecó: [s.n.], 1967.

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Educação superior e os Parques Científicos e Tecnológicos. In: \_\_\_\_\_; MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Inovação, universidade e relação com a sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 255 p.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento do extremo oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BELLANI, Eli Maria. **UNOESC - Campus de Chapecó, um sonho concretizado**: subsídios para a história da UNOESC Campus Chapecó 1970-1975. Chapecó: Ed. do Autor, 1997.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Rufino Porfirio. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BERNARDY, Rógis J.; PIEKAS, Andrezza A. S.; DALOTTO, Roque A. S. Dinamismo socioeconômico e espacial na cidade de Chapecó: da gênese até a atualidade. In: CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p. 357-386.

BERNHEIM, Carlos T.; CHAUI, Marilena S. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BITTENCOURT, Helio Radke et al. Instituições de Ensino Superior Comunitárias: questões atuais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 248-269, set./dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle**. Genève: Droz, 1972.

\_\_\_\_\_. **La distinction**. Paris: Minuit, 1979.

BUARQUE, Cristovam. **Universidade na Encruzilhada**. Brasília: MEC; UNESCO, 2003.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e a agroindústria no oeste catarinense. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CASSOL, Evaldo. **A secretaria do Oeste**. Quatro Barras: Prottexto, 2013.

CELEIRO Catarinense. Chapecó, n. 3, mar./abr. 1970.

CELEIRO Catarinense. Chapecó, n. 4, maio/jun. 1970.

CORTINA, Camila Fatima; FUJITA, Camila. **Projeto urbano no bairro São Cristóvão Chapecó – SC**. 2010. 1 CD-ROM: Monografia (Conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo Pranchas) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/000079/00007929.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.



DIEL, Paulo F. História da Igreja de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 413-459.

EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 32, n. 50, p. 129-139, jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Porto Novo: da escola paroquial ao processo de nucleação escolar – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo – inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FOLHA d'Oeste. Chapecó, 23 ago. 1969.

FRANTZ, Walter. **Universidade Comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção**. Ijuí: Unijuí, 2004.

\_\_\_\_\_; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

FRAZZON, Lúcia Morosini. **Educação e Autonomia: do discurso a prática – um estudo no Curso de Pedagogia do CES/Fundeste**. 1990. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. **Chapecó, Distrito Industrial, estudo de viabilidade**. Chapecó: Fundeste, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Histórico/relatório institucional**. Chapecó: ACAFE; Ministério Público, 2004.



\_\_\_\_\_. **Relatório das atividades.** Exercício de 1988. Chapecó, 1988.

\_\_\_\_\_. **Projeto de universidade.** Chapecó: Fundeste, 2001. v. 2.

FUNOESC – Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina. **Política e diretrizes da graduação.** Organização Silvana Marta Tumelero. Chapecó: Argos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Projeto de reconhecimento.** Chapecó, maio 1995.

GÓMEZ, Ángel I. P. **Educação na Era Digital:** a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2018.

HASS, Mônica. **O linchamento que muitos querem esquecer:** Chapecó, 1950-1956. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos e a elite chapecoense:** um estudo de poder local – 1945 a 1965. Chapecó: Grifos, 1997.

HOBBSAWM, Eric; RAGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Santa Catarina.** VIII Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. (Série Regional, Volume 111, Tomo XX).

IOP, Elisa. **As artes plásticas em Chapecó:** o grupo CHAP. 1997. 91 f. Monografia (Especialização em Arte-Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1997.

KOCH, Leani Lauermann. **Ecossistemas de inovação:** estudo da região de Chapecó. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

KOCH, Zenir Maria. Sistema de avanços progressivos: a política educacional dos anos 70/80 em Santa Catarina. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 13, n. 23, p. 27-45, 1995.

KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 159-176, set./dez. 2000.

LARA PRADO, Ana Cláudia. **Inovação nas indústrias vitivinícolas do Alto Vale do Rio do Peixe/SC**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

LINS, Zenilde Nunes (Org.). **Diagnóstico da situação educacional**. Florianópolis: UDESC; Secretaria de Estado da Educação; Brasília: MEC, jun. 1971.

MARASCHIN, Maria Lucia Marocco; CAMARGO, César da Silva (Org.). **Extensão Universitária: reflexões acadêmicas**. Chapecó: Argos, 2015.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina: nova dimensão**. Florianópolis: UFSC, 1973.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEGON, Elizangela M. P. **Inovação nas indústrias de confecções da região Oeste de Santa Catarina**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

MODESTI, Tatiane. **A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

ONGHERO, André Luiz. **Moral e civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores**. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_ et al. Pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural: três décadas de atuação do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. In: RODRIGUES, Lilian Beatriz Schwinn; CAOVIOLA, Maria Aparecida (Org.). **A extensão e a pesquisa: um caminho de mão dupla entre comunidade e universidade**. Chapecó: Argos, 2018. p. 53-75.

PAIM, Elison Antonio. **Fala professor(a): o ensino de História em Chapecó, 1970-1990**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. 2005. 544 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Professoras: narradoras de memórias e experiências do trabalho em escolas multisseriadas em Palmitos – SC. **Horizontes**, Itatiba, v. 31, n. 2, p. 89-98, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_; DETONI, André. Memórias do Fazer-se Professor(a) em Escolas Multisseriadas no Oeste de Santa Catarina: município de Xaxim. **Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 128-147, jan./jun. 2009.

PAIM, Janir de Q.; YAMAGUCHI, Cristina K. Papel das Universidades Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina para o Desenvolvimento Regional. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 16., 2016, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2016. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/papel-das-universidades-comunit%C3%A1rias-de-ensino-superior-de-santa-catarina-para-o-desenvolvimento-regional.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PARISOTO, Clarissa Vinhas Furlanetto. A atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 40, p. 15-53, 2014.

PESAMOSCA, Daniela. **Inovação: uma análise da indústria de lácteos**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

POLI, Odilon Luiz. Camponeses no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 11-62, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 16, n. 15, p. 107-176, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

\_\_\_\_\_; JACOSKI, Claudio Alcides. Universidade Comunitária da Região de Chapecó: a experiência do público comunitário. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO Maria Assunta (Org.). **Extensão universitária: reflexão e ação**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 59-105.

RECHE, Daniella. O estado e a produção do espaço urbano de Chapecó nas décadas de 1970 e 80. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (Org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 37-63.

RENK, Arlene A. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Migrações: de ontem e de hoje**. Chapecó: Argos, 1999.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

\_\_\_\_\_; CONFORTIN, Priscila F. R. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 137-158.

REZER, Ricardo. **Horizontes para pensar a Universidade Comunitária no Contemporâneo: 30 teses...** Ijuí: Editora Unijuí, 2018.

RICKEN, Ignácio. **Planejamento do ensino superior: sua aplicação ao sistema das leis IES fundamentais de Santa Catarina**. 1981. 259 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.

RISSI, Andressa; WOLFF, Juçara Nair. **O processo de urbanização em Chapecó: a fundação da escola de artes**. 2000. 32 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.

RODRIGUES, Lilian Beatriz Schwinn; CAOVIOLA, Maria Aparecida (Org.). **A extensão e a pesquisa: um caminho de mão dupla entre comunidade e universidade**. Chapecó: Argos, 2018.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. 2. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

ROSSETTO, Santo. FUNDESTE – UNOESC: origens do ensino superior no oeste catarinense. **Grifos**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 07-37, 1994.

\_\_\_\_\_; GIORDANI, Terezinha; IOP, Reni Cecília. **Diagnóstico de viabilidades para implantação de instituição hospitalar**. Chapecó: Cooperalfa; Fundeste, 1979.

SACHET, Celestino. **Estudo de viabilidade técnica e financeira para a instalação de curso de nível superior em Chapecó**. Florianópolis: Artestampa, 1971.

SALINAS, Samuel Sérgio; PINSKY, Jaime. **Do feudalismo ao capitalismo**: transições. 8. ed. São Paulo: Atual, 1988.

SCHMIDT, João Pedro. O comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 9-39, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Universidades comunitárias e terceiro setor**: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Maria: EDUNISC, 2009.

SCHMIDT, Oscar. **Mapa do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Livraria Central Florianópolis, 1927. (Arquivo digital de mapas catarinenses).

SEBRAE-SC – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina. **Chapecó em números**. Florianópolis: SEBRAE, 2018. Disponível em: <<https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/?f=/Documentos/Desenvolvimento%20Economico%20e%20Turismo/Chapec%C3%B3%20em%20n%C3%BAmeros/Chapec%C3%B3%20em%20n%C3%BAmeros%20ed%202018.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, Daniele Hungaro da. A Política de Getúlio Vargas e as escolas primárias de Santa Catarina (1930-1945). **Grifos**, Chapecó, v. 25, n. 40, p. 144-171, 2016.

SILVEIRA, Zuleide S. da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 64, p. 79-99, jan./mar. 2016.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia**: a colonização italiana no oeste catarinense. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n. 23, p. 137-202, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TIDD, Joe; BESSANT, Joe. **Gestão da inovação**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

TRAMONTIN, Raulino; BRAGA, Ronald. **As universidades comunitárias**: um modelo alternativo. São Paulo: Loyola, 1988.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Histórico. 2019. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/reitoria/historico>>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação – 1998. Paris: UNESCO, 9 out. 1998. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 1 out. 2019.

UNIJUI – Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul. Sobre a Unijuí. 2019. Disponível em: <<https://www.unijui.edu.br/institucional/sobre-a-unijui>>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. A Universidade. 2019. Disponível em: <<https://unisc.br/pt/home/a-universidade>>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNOESTE – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Carta Consulta. Anexos I e II. Joaçaba, 1990.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Plano de Desenvolvimento da Extensão. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. Política de Pesquisa da Unochapecó. Chapecó, 2010. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/1/224.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

UNOESC-CHAPECÓ. Plano de desenvolvimento e consolidação da pesquisa no Campus Chapecó. Aprovado pela resolução nº 001/Conselho Pedagógico, de 7 de abril de 1999. Chapecó, 1999.

UPF – Universidade de Passo Fundo. Histórico. 2019. Disponível em: <<https://www.upf.br/a-universidade/historico>>. Acesso em: 12 out. 2019.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

VIEIRA, Alexandre Sarda. O processo educacional no município de Chapecó: 1930-1945. **Esboços**, Florianópolis, v. 7, n. 7, p. 71-77, 1999.



VILLAS BÔAS, Bruno. Máquinas podem ficar com metade dos empregos no Brasil. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 3 out. 2019. Disponível em: <[https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/10/03/maquinas-podem-ficar-com-metade-dos-empregos-no-brasil.ghml?origem=G1&utm\\_source=g1.globo.com&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=materia](https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/10/03/maquinas-podem-ficar-com-metade-dos-empregos-no-brasil.ghml?origem=G1&utm_source=g1.globo.com&utm_medium=referral&utm_campaign=materia)>. Acesso em: 12 out. 2019.

VOJNIAK, Fernando. **Iluminar a inteligência a educar a afetividade**: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WERLE, André C. **O Reino Jesuítico-Germânico nas margens do Rio Uruguai**: aspectos da formação da Colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.



# *Anexos*



## ANEXO 1

## Ata de Constituição da Fundeste

1

Ata de Constituição da "Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste,"

Em data de quatro (4) de julho do ano de mil novecentos e setenta (1970), às dez (10) horas, nas dependências do Clube Recreativo Chapecense, sito a rua Marechal Bormann, nº 18, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, por convocação do coordenador Flávio Antônio De Nês e assessor Venício Fortato, reuniram-se em assembleia, os municípios de Abelardo Luz, Aguas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo. Brê, Camarão Sul, Coronel Freitas, Chapecó, Cunha Corá, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faltinópolis, Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itaipira, Itaipira, Morada, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Ubiquel do Oeste, Saudades, Tarsis, Tamboara, Xaxim, Itaipira, para constituir juridicamente a "Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste." Por delegação dos senhores Prefeitos Municipais e autoridades, assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Flávio Antônio De Nês, Secretário dos Negócios do Oeste do Estado de Santa Catarina. A seguir, já na presidência, o senhor Flávio Antônio De Nês, convidou para comparecer a mesa, os senhores, Professor Jaldir Bhering Faustino da Silva, Secretário de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, Professor Celestino Sachet, reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, Senhor João Destri, Prefeito Municipal de Chapecó, Senhor Dom José Gomes, Bispo Diocesano, representado pelo senhor padre Antônio Lúcio Massolini, senhor doutor Rubem Ottoni Antunes Cordova, Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, senhor doutor Jader Saturnino Magalhães, Presidente da Junta de Controle do Tribunal de Contas, senhor doutor Elcívio Lunardi, deputado representante da Assembleia Legislativa, senhor Cirivaldo Schopf, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó. Convidou

a seguir, aos senhores Prefeitos Municipais para tomarem lugar às mesas especiais que lhes foram reservadas. Compareceu a Mesa, o senhor Flávio Antônio De Nês, passou a direção dos trabalhos, ao senhor professor Jaldir Bhering Faustino da Silva, digníssimo Secretário de Educação e Cultura, e este convidou a mim Venício Fortato, para secretariar os trabalhos. Em prosseguimento, a presidência disse das razões e dos motivos da assembleia, que era a de constituir a ligação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste e a eleição de sua Diretoria Organizacional e Conselho Fiscal, conforme entendimento dos senhores prefeitos municipais dos municípios de Abelardo Luz, Aguas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo. Brê, Coronel Freitas, Chapecó, Cunha Corá, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faltinópolis, Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itaipira, Morada, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Ubiquel do Oeste, Saudades, Tarsis, Tamboara, Xaxim, Itaipira e Itaipira, com os senhores Flávio Antônio De Nês e Venício Fortato, estes últimos incumbidos da coordenação deste procedimento regional. Determinou a presidência, a seguir, que a secretaria lizesse a leitura dos estatutos da Fundação, disse, lizesse a leitura do anteprojeto da carta estatutária da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste, colocado o referido documento. Pôs em apreciação e discussão e finalmente em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, distribuindo a seguir, a presidência, cinco exemplares do estatuto recentemente aprovado para serem assinados pelos senhores prefeitos municipais. Após o ato de assinatura da Carta Estatutária, o senhor Venício Fortato, convidou por ordem alfabética, aos municípios participantes e fundadores para fazerem entrega à Mesa, das leis que os autorizam

2

à Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste. Por ordem foram chamados, Abelardo Luz, que fez entrega da lei de integração que leva o n.º 238 de 30 de junho de 1970; Aguas de Chapecó, cuja lei de integração que leva o n.º 18 de 30 de junho de 1970; Anchieta, cuja lei de integração leva o n.º 217-70 de 8 de junho de 1970; Baião, cuja lei de integração leva o n.º 147 de 18 de junho de 1970; Campo-Grê, cuja lei de integração leva o n.º 15-70 de 18 de junho de 1970; Capinzal do Sul, cuja lei de integração leva o n.º 113 de 22 de junho de 1970; Chapecó, cuja lei de integração leva o n.º 49-70 de 18 de junho de 1970; Cunha Porã, cuja lei de integração leva o n.º 341 de 20 de junho de 1970; Descanso, cuja lei de integração leva o n.º 21-70 de 4 de junho de 1970; Dionísio Cerqueira, cuja lei de integração - leva o n.º 684 de 29 de maio de 1970; Faltum do Sudoeste, cuja lei de integração leva o n.º 238 de 29 de junho de 1970; Guaraciaba, cuja lei de integral leva o n.º 197 de 25 de junho de 1970; Guarani do Sul, cuja lei de integração leva o n.º 255 de 29 de maio de 1970; Itapiranga, cuja lei de integração leva o n.º 390 de 24 de junho de 1970; Modulo, cuja lei de integração leva o n.º 217-70 de 23 de junho de 1970; Nondai, cuja lei de integração leva o n.º 676 de 29 de junho de 1970; Nova Erechim, cuja lei de integração leva o n.º 126/70 de 17 de junho de 1970; Palma Sola, cuja lei de integração leva o n.º 154 de 26 de maio de 1970; Palmitos, cuja lei de integração leva o n.º 313 de 10 de junho de 1970; Pinhalzinho, cuja lei de integração leva o n.º 157 de 1 de julho de 1970; Quilombo, cuja lei de integração leva o n.º 236 de 19 de junho de 1970; Romelândia, cuja lei de integração leva o n.º 94-70 de 25 de maio de 1970; São Carlos, cuja lei de integração leva o n.º 399 de 24 de junho de 1970; São Domingos, cuja lei de integração leva o n.º 165 de 25 de junho de 1970; São José do Cedro, cuja lei de integração leva o n.º 214 de 26 de junho de 1970; Município de São Lourenço do Oeste, cuja lei de integração leva o n.º 471/70; São Miguel do Oeste, cuja lei de integração leva o n.º 576 de

de 26 de maio de 1970; Saudades, cuja lei de integração leva o n.º 177/70 de 11 de junho de 1970; Soraia, cuja lei de integração leva o n.º 20-70 de 21 de junho de 1970; Tarsilão, cuja lei de integral leva o n.º 95 de 15 de junho de 1970; Tomazé, cuja lei de integração leva o n.º 555-70 de 19 de junho de 1970; Xaxim, cuja lei de integração leva o n.º 304/70 de 27 de junho de 1970. Diante da manifestação expressa dos municípios acima enumerados, conforme suas leis, a presidência dos trabalhos declarou legalmente constituída a Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste, ocasião em que fez-se ouvir palavra por palavra. Em continuação aos trabalhos, conforme preceitua o artigo 44º do estatuto recentemente aprovados, a presidência suspendeu os trabalhos por dez (10) minutos para que os senhores Prefeitos Municipais elegeram os seis (6) componentes da Diretoria Organizacional e os três (3) membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Realizado os trabalhos, os senhores Chefes do Poder Executivo dos municípios participantes, fizeram chegar à Mesa um documento assinado por todos, em que indicaram os seguintes cidadãos para a Diretoria Organizacional: Para Presidente, Plínio Almeida de Mes, brasileiro, viúvo, industrial, residente e domiciliado em Chapecó; para vice-presidente, Dom José Gomes, brasileiro, solteiro, religioso, Bispo da Diocese de Chapecó; para secretário, Venício Fontato, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado em Chapecó; como membros os senhores Hélio Wassermann, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Paulo Reschke, brasileiro, casado, funcionário público, Prefeito Municipal de Aguas de Chapecó e Antônio Pompermayer, brasileiro, casado, do comércio, Prefeito Municipal de Tomazé. Para membro do Conselho Fiscal, foram indicados pelos senhores Prefeitos Municipais, João Dutra, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de Chapecó; Gilberto Goerck, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de Itapiranga e José Sbling,





## ANEXO 2

### Composição dos conselhos da Fundeste

Década de 1970

Carta Estatutária da FUNDESTE, datada de 30 de novembro de 1970

Conselho Universitário

- Secretário do Oeste;
- Bispo Diocesano;
- Presidente da Fundação;
- Prefeito Municipal da Região do Extremo Oeste;
- Prefeito Municipal da Região Leste;
- Prefeito Municipal da Região Centro;
- Presidente da AMOSC;
- 3 (três) professores da FUNDESTE;
- Representante da Secretaria da Educação e Cultura de Santa Catarina;
- Um acadêmico;

Conselho Curador

- Prefeito Municipal de Chapecó e seu suplente;
  - Um representante do Ministério Público e seu suplente;
  - Um representante da Secretaria da Educação e Cultura e respectivo suplente, que não faça parte do Conselho Universitário;
    - Um professor da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste e respectivo suplente que não faça parte do Conselho Universitário da FUNDESTE, eleito por seus pares na forma da lei;
    - Um representante do corpo discente e respectivo suplente, que não faça parte do Conselho Universitário, eleito por seus pares na forma da lei;

15 de maio de 1972

Devido a uma reforma estatutária, o Conselho Curador foi extinto e o Conselho Universitário passou a denominar-se Conselho Deliberativo

- Secretário do Oeste
- Bispo Diocesano;
- Presidente da Fundação;
- Prefeito Municipal da Região Extremo Oeste;
- Prefeito Municipal da Região Leste;
- Prefeito Municipal da Região Centro;
- Presidente da AMOSC;
- Presidente da AMEOSC;
- 2 (dois) professores da FUNDESTE;
  - Prefeito de Chapecó ou seu representante;
  - Representante da Secretaria da Educação de Santa Catarina;
    - Estudante Universitário da FUNDESTE;
    - Representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

1978, nova alteração do Estatuto, trouxe mudanças na constituição do Conselho Deliberativo

- Secretário do Oeste;
- Bispo Diocesano de Chapecó;
- Presidente da FUNDESTE;
- Prefeito Municipal da Micro-região da AMOSC;
- Prefeito Municipal da Micro-região da AMEOSC;
- Presidente da AMOSC;
- Pelo Presidente da AMEOSC;
  - 2 (dois) professores dos CES;
  - Prefeito de Chapecó ou seu representante;
  - Representante da Secretaria de Educação de Santa Catarina;
    - Um estudante universitário do CES, eleito segundo o previsto na Regimento Unificado deste;
    - Presidente da Associação Industrial e Comercial de Chapecó.



### Décadas de 1980 e 1990

<p>Em 29 de novembro de 1980, face a nova alteração estatutária, houve nova alterações na constituição do Conselho Deliberativo</p>	<p>De acordo com a alteração estatutária aprovada em 28 de outubro de 1986, o Conselho Deliberativo passou a denominar-se Conselho Mantenedor</p>	<p>Em 1993, com o novo Estatuto da FUNDESTE, houve alteração no quadro do Conselho Mantenedor</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretário de Negócios do Oeste;</li> <li>• Bispo Diocesano de Chapecó;</li> <li>• Presidente da FUNDESTE;</li> <li>• Prefeito Municipal da Micro-região da AMOSC;</li> <li>• Prefeito Municipal da Micro-região da AMEOSC;</li> <li>• Prefeito Municipal da Micro-região da AMAI;</li> <li>• Presidente da AMOSC;</li> <li>• Presidente da AMEOSC;</li> <li>• Presidente da AMAI;</li> <li>• 02 (dois) professores do CES;</li> <li>• Prefeito de Chapecó ou seu representante;</li> <li>• Representante da Secretaria de Educação de Santa Catarina;</li> <li>• Representante do corpo discente do CES, eleito segundo o previsto no Regimento Unificado;</li> <li>• Presidente da Associação Industrial e Comercial de Chapecó;</li> <li>• Presidente do Diretório Central dos Estudantes do CES.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente da FUNDESTE;</li> <li>• Diretor Geral da FUNDESTE e do CES;</li> <li>• 02 (dois) professores do CES/FUNDESTE, eleitos entre seus pares;</li> <li>• 02 (dois) alunos regularmente matriculados no CES/FUNDESTE e eleitos entre seus pares;</li> <li>• 02 (dois) funcionários não professores do CES/FUNDESTE eleitos entre seus pares;</li> <li>• Representante dos Diretores dos estabelecimentos de 1º e 2º graus das Escolar e/ou curso mantidos pela FUNDESTE;</li> <li>• Representante dos Sub-Coordenadores dos cursos mantidos pela FUNDESTE fora de sede;</li> <li>• Secretário de Negócios do Oeste;</li> <li>• Bispo Diocesano de Chapecó;</li> <li>• Prefeito de Chapecó;</li> <li>• Presidente da AMAI;</li> <li>• Presidente da AMOSC;</li> <li>• Presidente da AMEOSC;</li> <li>• Diretores da 11ª, 12ª e 17ª UCRES;</li> <li>• Presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC;</li> <li>• Presidente do Diretório Central dos Estudantes do CES – DCE;</li> <li>• Presidente da Associação dos Administradores do Oeste de Santa Catarina – AAOSC;</li> <li>• Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade – CRC;</li> <li>• Presidente da OAB – Subseção de Chapecó;</li> <li>• Presidente da Associação de Professores de Chapecó;</li> <li>• Presidente da Intersindical de Chapecó;</li> <li>• Presidente Regional da Central Única dos Trabalhadores – CUT;</li> <li>• Um Presidente dos Sindicatos Patronais de Chapecó, eleito por seus pares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente da FUNDESTE;</li> <li>• Vice-Presidente da FUNDESTE;</li> <li>• Diretor Executivo da FUNDESTE;</li> <li>• Diretores de Centros da UNOESC – campus de Chapecó;</li> <li>• Chefes de departamentos da UNOESC – campus de Chapecó;</li> <li>• 02 (dois) representantes do corpo docente, eleitos pelos seus pares;</li> <li>• 02 (dois) representantes do corpo discente, escolhidos nos termos da legislação vigente;</li> <li>• 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, eleito pelos seus pares;</li> <li>• 04 (quatro) representantes da comunidade eleitos por seus pares, sendo 01 (um) da Associação Comercial e Industrial, 01 (um) dos profissionais liberais, 01 (um) da Comunidade Sindical Patronal e 01 (um) da Comunidade Sindical dos Trabalhadores;</li> <li>• 03 (três) representantes das Instituições comantenedoras, indicadas em reunião conjunta;</li> <li>• 01 (um) representante da Prefeitura Municipal de Chapecó;</li> <li>• Até 03 (três) representantes das Prefeituras Mantenedoras Institucionais, não sede;</li> <li>• Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UNOESC – campus de Chapecó.</li> </ul>

## Década de 2000

Em 26 de março de 2001, foi aprovada nova Alteração Estatutária da FUNDESTE. O Conselho Mantenedor, órgão deliberativo máximo, foi extinto. Os Conselhos passaram a ser os seguintes:

- a) Assembléia Geral da FUNDESTE, órgão deliberativo máximo da FUNDESTE;
- b) Conselho Curador, órgão de acompanhamento e de fiscalização econômico-financeira da FUNDESTE;
- c) Conselho Diretor, órgão consultivo e deliberativo da Administração da FUNDESTE.

A Assembléia Geral da FUNDESTE, está assim constituída:

- 01 (um) representante do Conselho Curador;
- 02 (dois) representantes dos profissionais liberais atuantes no município de Chapecó;
- Prefeito Municipal de Chapecó;
- 01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Município de Chapecó;
- 01 (um) representante da entidade que congregue todos os Conselhos Comunitários de Chapecó ou por um representante dos próprios Conselhos Comunitários;
- 01 (um) representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC;
- 01 (um) representante dos Conselhos Municipais de Chapecó;
- 02 (dois) representantes da comunidade sindical patronal de Chapecó;
- 02 (dois) representantes da comunidade sindical dos trabalhadores de Chapecó;
- Pró-reitores de Administração, Ensino e Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Cessionária UNOESC, campus Chapecó;
- 08 (oito) representantes docentes da Cessionária UNOESC, campus Chapecó, cada um representando um Centro;
- 02 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo da Cessionária Chapecó, campus Chapecó;
- Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Cessionária UNOESC, campus Chapecó;
- 02 (dois) alunos representantes dos Estudantes da Cessionária UNOESC, campus Chapecó;

Em 04 de julho de 2003, nova alteração estatutária da FUNDESTE, adequando a nomenclatura das representações junto aos órgãos dirigentes, em razão de ter sido aprovada a mantida UNOCHAPECÓ

## ASSEMBLÉIA GERAL

- Por um representante do Conselho Curador;
- Por dois representantes dos Profissionais Liberais atuantes no Município de Chapecó;
- Pelo Prefeito Municipal de Chapecó;
- Por um representante do Poder Legislativo do Município de Chapecó;
- Por um representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC;
- Por um representante da entidade que congregue todos os Conselhos Comunitários de Chapecó ou por um representante dos próprios Conselhos Comunitários;
- Por um representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC;
- Por um representante dos Conselhos Municipais de Chapecó;
- Por dois representantes da comunidade sindical patronal de Chapecó;
- Por dois representantes da comunidade sindical dos trabalhadores de Chapecó;
- Pelo Reitor e Vice-Reitores de Administração, Graduação e Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNOCHAPECÓ;
- Por oito representantes docentes da UNOCHAPECÓ, cada um representando um Centro;
- Por dois representantes do corpo técnico-administrativo da UNOCHAPECÓ;
- Pelo presidente do Diretório Central de Estudantes da UNOCHAPECÓ;
- Por dois alunos representantes dos Estudantes da UNOCHAPECÓ.



O Conselho Curador é constituído por:

- 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Chapecó;
- 01 (um) representante da Prefeitura Municipal de Chapecó;
- 01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Chapecó;
- 01 (um) representante docente da mantida e/ou Cessionária;
- 01 (um) representante discente da mantida e/ou Cessionária;
- 01 (um) representante técnico-administrativo da mantida e/ou Cessionária;
- Promotor de Justiça, Curador das Fundações na Comarca de Chapecó;
- 01 (um) representante da delegacia do Conselho Regional de Contabilidade de Chapecó;
- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSELHO CURADOR

- Por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Chapecó;
- Por um representante do Poder Executivo do Município de Chapecó;
- Por um representante do Poder Legislativo do Município de Chapecó;
- Por um representante docente da UNOCHAPECÓ;
- Por um representante discente da UNOCHAPECÓ;
- Por um representante técnico-administrativo da UNOCHAPECÓ;
- Por um representante local do Conselho Regional de Administração;
- Por um representante local do Conselho Regional de Contabilidade;
- Por um representante do Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSELHO DIRETOR

- Presidente da FUNDESTE;
- Vice-Presidente da FUNDESTE;
- Reitor da UNOCHAPECÓ;
- 5 (cinco) membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pela Assembléia Geral.

#### Década de 2010

2016, em sessão do Conselho Superior da Fundeste, com a 11ª alteração do Estatuto da Fundeste, alterou-se a composição do Conselho Superior

- I. Por dois representantes dos Profissionais Liberais atuantes no Município de Chapecó;
- II. Pelo Prefeito Municipal de Chapecó;
- III. Por um representante do Poder Legislativo do Município de Chapecó;
- IV. Por um representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC;
- V. Por um representante da entidade que congregue todos os Conselhos Comunitários de Chapecó ou por um representante dos próprios Conselhos Comunitários;

Em abril de 2019, alteração estatutária, para atualização de nomenclatura na composição dos Conselhos

- Art. 16. O Conselho Superior é o órgão deliberativo máximo da FUNDESTE, assim constituído:
- I. Por dois representantes dos Profissionais Liberais atuantes no Município de Chapecó;
  - II. Pelo Prefeito Municipal de Chapecó;
  - III. Por um representante do Poder Legislativo do Município de Chapecó;



VI. Por um representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC;

VII. Por dois representantes da comunidade sindical patronal de Chapecó;

VIII. Por dois representantes da comunidade sindical dos trabalhadores de Chapecó;

IX. Pelo Reitor e Vice-Reitores da Universidade

X. Por três representantes docentes da Universidade;

XI. Por um representante do corpo técnico-administrativo da Universidade;

XII. Pelo presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade;

IV. Por um representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC;

V. Por um representante da entidade que congregue todos os Conselhos Comunitários de Chapecó ou por um representante dos próprios Conselhos Comunitários;

VI. Por um representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC;

VII. Por dois representantes da comunidade sindical patronal de Chapecó;

VIII. Por dois representantes da comunidade sindical dos trabalhadores de Chapecó;

IX. Pelo Reitor e Pró-Reitores da Universidade;

X. Por três representantes docentes da Universidade;

XI. Por um representante do corpo técnico-administrativo da Universidade;

XII. Pelo presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade;

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O Conselho Fiscal é o órgão de acompanhamento e de fiscalização contábil e econômico-financeira da FUNDESTE, sendo constituído:

I. Por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Chapecó;

II. Por um representante do Poder Executivo do Município de Chapecó;

III. Por um representante do Poder Legislativo do Município de Chapecó;

IV. Por um representante docente da Universidade;

V. Por um representante discente da Universidade;

VI. Por um representante técnico-administrativo da Universidade;

VII. Por um representante local do Conselho Regional de Administração;

VIII. Por um representante local do Conselho Regional de Contabilidade;

IX. Por um representante do Conselho Municipal de Assistência Social.



---

## DO CONSELHO DIRETOR

Art. 23. O Conselho Diretor é órgão consultivo e de gestão da Administração da FUNDESTE, assim constituído:

- I. Presidente da FUNDESTE;
  - II. Vice-Presidente da FUNDESTE;
  - III. Reitor da Universidade;
  - IV. 05 (cinco) membros titulares e 03 (três) suplentes indicados pelo Conselho Superior.
-



## ANEXO 3

### Alterações estatutárias<sup>1</sup>

Maio de 1970	O Projeto de Carta Estatutária, aprovada em 30 de novembro de 1970, com registro em cartório em 17 de junho de 1971.
15 de maio de 1972	Registro em cartório datado do dia 03 de agosto de 1973
15 de setembro de 1974	Registro em cartório ocorreu em 19 de setembro do mesmo ano.
10 de maio de 1978 substituída pelo Estatuto aprovado em 29 de outubro de 1980	Parecer do Promotor Público, Dr. Joel Rogério Furtado, em 29 de novembro de 1980
28 de outubro de 1986	Parecer do promotor do Ministério Público, Dr. Darcy Langoski, em 02 de dezembro de 1987, e registrado em cartório no dia 13 de julho de 1988.
15 de setembro de 1992	Registro em cartório em 05 de janeiro de 1993. Em 28 de março de 1995 a sexta alteração, com certidão de registro em cartório datada de 12 de abril de 1995.
26 de março de 2001	Parecer da Promotoria Pública, assinado pelo Dr. Paulo Antônio Locatelli na data de 11 de abril de 2001 e, registro em cartório em 31 de maio de 2001.
04 de julho de 2003	Parecer da promotoria pública, assinado pelo Dr. Affonso Ghizzo Neto, datado de 21 de julho de 2003 e certidão de registro em cartório datada de 29 de julho de 2003.
23 de outubro de 2005	Parecer da promotoria pública, assinada pelo Dr....., datada de ..... e certidão de registro em cartório datada de ....., compreendida pela Resolução nº 003/AS.GERAL/2005.
24 de abril de 2009	Parecer da promotoria pública, assinada pelo Promotor Aor Steffens Miranda, datada de 07 de julho de 2009 e certidão de registro em cartório datada de 23 de julho de 2009, compreendida pela Resolução nº 002/AS.GERAL/2009.
31 de maio de 2016	Parecer da promotoria pública, assinada pelo Promotor Eduardo Sens dos Santos, datada de 29 de agosto de 2016 e certidão de registro em cartório datada de 19 de setembro de 2016, compreendida pela Resolução nº 007/CON-SUP/2016.
28 de novembro de 2017	Parecer da promotoria pública, assinada pelo Promotor Eduardo Sens dos Santos, datada de 05 de dezembro de 2017 e certidão de registro em cartório datada de 26 de dezembro de 2017, compreendida pela Resolução nº 003/CON-SUP/2017.
23 de abril de 2019	Parecer do Ministério Público de Santa Catarina, assinado pelo Dr. Promotor Eduardo Sens dos Santos, datado de 02 de maio de 2019, e certidão de registro no cartório datada de 09 de maio de 2019, compreendida pela Resolução nº 001/CONSUP/2019.

## ANEXO 4

## Cursos presenciais ofertados/implantados

Década	Curso	Modalidade	Turno	Local	Implantação
1970	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	Chapecó	13/03/1972
	Administração	Bacharelado	Noturno	Chapecó	25/03/1974
	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	Chapecó	25/03/1974
	Estudos Sociais – Educação Moral e Cívica	Licenciatura	Noturno	Chapecó	25/03/1974
1980	Ciências	Licenciatura de 1º Grau	Regime Especial	Chapecó	1981/1
	Letras	Licenciatura de 1º Grau	Regime Especial	Chapecó	1981/1
	Estudos Sociais	Licenciatura de 1º Grau	Regime Especial	Chapecó	1981/1
	Direito	Bacharelado	Noturno	Chapecó	01/08/1985
	Administração	Bacharelado	Noturno	São Miguel do Oeste	10/03/1986
	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	Xanxerê	03/08/1987
	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	São Miguel do Oeste	01/08/1988
	Serviço Social	Bacharelado	Noturno	Chapecó	01/08/1989
1990	História	Licenciatura	Noturno	Chapecó	19/02/1990
	Letras – Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	Chapecó	19/02/1990
	Matemática	Licenciatura	Noturno	Chapecó	19/02/1990
	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	Xanxerê	19/02/1990
	Ciências Biológicas	Licenciatura e Bacharelado	Noturno	Chapecó	07/04/1992
	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	Chapecó	07/04/1992
	Administração – Ênfase Rural	Bacharelado	Noturno	Chapecó	24/02/1993
	Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	Chapecó	24/02/1993
	Geografia	Licenciatura	Noturno	Chapecó	24/02/1993
	Agronomia	Bacharelado	Diurno	Chapecó	01/03/1993

1990

Ciência da Computação	Bacharelado	Matutino/Diurno	Chapecó	08/08/1994
Direito	Bacharelado	Matutino	Chapecó	01/03/1995
Educação Artística - Artes Plásticas	Licenciatura	Noturno	Chapecó	26/02/1996
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	São Lourenço do Oeste	07/10/1996
Letras – Magister – Língua Alemã	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	14/03/1997
Geografia	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	1997/2
Engenharia Civil	Bacharelado	Noturno	Chapecó	04/08/1997
Psicologia	Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicólogo	Diurno	Chapecó	14/08/1997
Pedagogia	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	07/11/1997
Administração	Bacharelado	Matutino	Chapecó	16/02/1998
Comunicação Social Jornalismo	Bacharelado	Vespertino	Chapecó	16/02/1998
Engenharia Química	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	16/02/1998
Filosofia	Licenciatura	Noturno	Chapecó	16/02/1998
Ciências Agrícolas	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	06/07/1998
Letras – Português/Espanhol	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	22/07/1998
Educação Física	Licenciatura	Diurno	Chapecó	01/03/1999
Educação Física	Bacharelado	Diurno	Chapecó	01/03/1999
Ciências Contábeis	Bacharelado	Matutino	Chapecó	02/08/1999
Direito	Bacharelado	Vespertino	Chapecó	02/08/1999
Farmácia	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	02/08/1999

2000

Curso Superior Sequencial em Gestão Econômica de Pequenas e Médias Empresas	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	Chapecó	2000/1
Curso Superior Sequencial em Gestão Pública e Turismo	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	São Carlos	2000/1
Enfermagem	Bacharelado	Diurno	Chapecó	21/02/2000
Administração	Bacharelado	Noturno	São Lourenço do Oeste	31/07/2000
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	31/07/2000
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	Xaxim	31/07/2000
Ciência da Computação	Bacharelado	Noturno	Chapecó	19/02/2001
Letras - Inglês e Literatura de Língua Inglesa	Licenciatura	Noturno	Chapecó	15/08/2001
Matemática - Complementação de Estudos	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	14/09/2001
Curso Superior Sequencial em Educação no Trânsito – Ênfase em Administração do Trânsito	Sequencial / Formação Específica	Regime Especial	Chapecó	2002/1
Curso Superior Sequencial em Gestão de Supermercados	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	Chapecó	2002/1
Curso Superior Sequencial em Gestão Econômica de Pequenas e Médias Empresas	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	Palmitos	2002/1
Letras - Espanhol e Literatura de Língua Espanhola	Licenciatura	Noturno	Chapecó	18/02/2002
Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de língua Portuguesa	Licenciatura	Noturno	Chapecó	18/02/2002
Comunicação Social Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Noturno	Chapecó	17/02/2003
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Diurno	Chapecó	17/02/2003
Farmácia - Bioquímico: Análises Clínicas	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	17/02/2003

2000

Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	Chapecó	28/07/2003
Artes Visuais	Licenciatura	Noturno	Chapecó	04/08/2003
Ciências Biológicas	Licenciatura	Vespertino	Chapecó	04/08/2003
Física	Licenciatura	Noturno	Chapecó	11/02/2004
Fisioterapia	Bacharelado	Integral	Chapecó	11/02/2004
Fisioterapia	Bacharelado	Matutino/ Vespertino	Chapecó	11/02/2004
Geografia	Bacharelado	Noturno	Chapecó	11/02/2004
Agronomia	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	02/08/2004
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	São Lourenço do Oeste	02/08/2004
Educação Física	Licenciatura	Noturno	Chapecó	02/08/2004
Curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	Chapecó	25/09/2004
Curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional	Sequencial / Complementação de Estudos	Regime Especial	São Lourenço do Oeste	25/09/2004
Nutrição	Bacharelado	Noturno	Chapecó	01/08/2005
Tecnologia em Gestão e Educação do Trânsito	Tecnólogo	Regime Especial	Chapecó	01/08/2005
Tecnologia em Moda – Ênfase em Estilismo	Tecnólogo	Noturno	Chapecó	01/08/2005
Tecnologia em Negócios Imobiliários	Tecnólogo	Noturno	Chapecó	03/11/2005
Artes Visuais	Bacharelado	Noturno	Chapecó	13/02/2006
Medicina	Bacharelado	Diurno	Chapecó	13/02/2006
Nutrição	Bacharelado	Matutino	Chapecó	13/02/2006
Tecnologia em Gestão de Representação Comercial	Tecnólogo	Regime Especial	Chapecó	13/02/2006
Direito	Bacharelado	Noturno	Xaxim	06/03/2006
Tecnologia em Gestão de Processos gerenciais	Tecnólogo	Noturno	Chapecó	25/02/2008
Ciências da Religião	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	01/08/2008

2000	Educação Física	Bacharelado	Noturno	Chapecó	04/08/2008
	Tecnologia em Gastronomia	Tecnólogo	Noturno	Chapecó	04/08/2008
	Ciência da Computação	Bacharelado	Noturno	São Lourenço do Oeste	09/02/2009
	Odontologia	Bacharelado	Diurno	Chapecó	09/02/2009
	Formação de Professores Indígenas Kaingang – Ciências Sociais *	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	01/08/2009
	Formação de Professores Indígenas Kaingang – Línguas, Artes e Literatura *	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	01/08/2009
	Formação de Professores Indígenas Kaingang – Matemática e Ciências da Natureza *	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	01/08/2009
	Formação de Professores Indígenas Kaingang – Pedagogia *	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	01/08/2009
	Nutrição	Bacharelado	Vespertino	Chapecó	03/08/2009
	Psicologia - Formação de Psicólogo	Bacharelado	Noturno	Chapecó	03/08/2009
	Tecnologia em Produção Audiovisual	Tecnólogo	Noturno	Chapecó	03/08/2009
	Ciência da Religião **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	07/11/2009
	Educação Especial **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	07/11/2009
	Sociologia **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	07/11/2009
2010	Ciências Biológicas	Bacharelado	Vespertino	Chapecó	08/02/2010
	Design – Ênfase Design Visual	Bacharelado	Noturno	Chapecó	08/02/2010
	Direito	Bacharelado	Noturno	São Lourenço do Oeste	08/02/2010
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	08/02/2010
	Psicologia - Formação de Psicólogo	Bacharelado	Noturno	São Lourenço do Oeste	08/02/2010
	Tecnologia em Bovinocultura de Leite	Tecnólogo	Regime Especial	Chapecó	08/06/2010
	História **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	26/07/2010
	Educação Especial **	Licenciatura	Regime Especial	São Lourenço do Oeste	01/10/2010
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Vespertino/ Noturno	Chapecó	21/02/2011	

2010	Artes Visuais **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	03/02/2012
	Design de Moda	Bacharelado	Noturno	Chapecó	08/02/2012
	Física **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	23/07/2012
	Letras – Libras **	Licenciatura	Regime Especial	Chapecó	30/08/2012
	Engenharia Civil	Bacharelado	Vespertino	Chapecó	10/02/2014
	Engenharia de Produção	Bacharelado	Noturno	Chapecó	10/02/2014
	Tecnologia em Gastronomia	Tecnólogo	Vespertino	Chapecó	10/02/2014
	Tecnologia em Jogos Digitais	Tecnólogo	Matutino	Chapecó	10/02/2014
	Medicina Veterinária	Bacharelado	Noturno	Chapecó	09/02/2015
	Música	Bacharelado	Noturno	Chapecó	18/02/2019

Fonte: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico (Outubro, 2019).

\* Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina para Formação de Professores Indígenas Kaingang.

\*\* Convênio com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR (Plataforma Freire).

## *Sobre os autores*

**André Luiz Onghero:** graduado em História, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), especialista em História: Cidade, Cultura e Poder, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), e mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Historiador do CEOM/Unochapecó.

**Arlene Renk:** graduada em Letras, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e doutora em Antropologia, pelo Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), atuando nos programas *stricto sensu* de Ciências Ambientais, Direito e Políticas Públicas e Dinâmicas Regionais.

**Claudio Alcides Jacoski:** graduado em Engenharia Civil, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Gestão e Liderança Universitária pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestre em Engenharia Civil e doutor em Engenharia da Produção pela UFSC. É professor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), atuando nos programas *stricto sensu* de Tecnologia e Gestão da Inovação e Contabilidade e Administração. Atualmente é Reitor da Unochapecó.

**Mirian Carbonera:** graduada em História, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), especialista em Arqueologia, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/*campus* Erechim), mestre em História, pela Universidade do Vale do

Rio dos Sinos (Unisinos), e doutora em Arqueologia, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Professora do mestrado de Ciências Ambientais e coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó).

**Odilon Luiz Poli:** graduado em Pedagogia, pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), mestre e doutor em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou na gestão universitária como pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, vice-reitor de Graduação e reitor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração e do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da Unochapecó.

**Silvana Winckler:** graduada em Direito, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialista em Direito Processual e Ciências Jurídicas, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Direito pela UFSC e doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora Titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), atuando nos programas *stricto sensu* de Ciências Ambientais e Direito.

**Vincenzo Francesco Mastrogiacomo:** graduado em Engenharia Química, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), com 40 anos de experiência no setor industrial, desenvolvendo trabalhos nas áreas de qualidade, produção e direção. Atualmente é presidente da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste).

Título: A Fundeste e o ensino superior no oeste catarinense: 50 anos de história

Organizadores: Mirian Carbonera e André Luiz Onghero

Coleção: Perspectivas, n. 37

CEOM: Coleção História e Patrimônio

Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti Silveira

Assistente editorial: Caroline Kirschner

Assistente comercial: Luana Paula Biazus

Editor de textos: Carlos Pace Dori

Distribuição e vendas: Luana Paula Biazus

Divulgação: Gabrieli Roberta Padilha

Projeto gráfico: Caroline Kirschner

Capa: Caroline Kirschner

Diagramação: Caroline Kirschner

Revisão: Carlos Pace Dori

Formato: e-Book PDF

Tipologia: Adobe Garamond Pro entre 10 e 24 pontos

Número de páginas: 170

Publicação: julho de 2020

Esta é uma obra de comemoração. Passados 50 anos desde que a Unochapecó abriu suas portas à comunidade regional, nacional e internacional pela primeira vez, há muito que comemorar. Documentário fotográfico testemunha a população desfilando pelas ruas de Chapecó, acalentando na alma um sonho. Com certeza, esse sonho era muito maior do que coubesse na mais criativa e fértil imaginação. Mas foi aí então que caiu ao solo a primeira semente que geraria o que se denominou Fundeste, depois Unoesc e, finalmente, Unochapecó. A semente caiu em terreno fértil: a comunidade regional soube, ao longo de 50 anos, cultivar a frondosa árvore que brotou dessa pequena semente. Soube cultivá-la e os frutos não tardaram. Já são milhares e milhares de cidadãos de toda esta região e de tantas outras que colheram sazonados frutos que os colocaram em outro patamar da vida, pelo conhecimento, pela ciência, pela técnica, pela ética, pelos valores, pela responsabilidade, pela cidadania, pelo respeito e, acima de tudo, pelo amor com que esta bela instituição os marcou indelevelmente. Celebrar os 50 anos da Unochapecó é celebrar vidas humanas: autoridades históricas que acreditaram no que estavam fazendo, e o fizeram com devoção; gerações de professores que por aqui aportaram e aportam e semearam a mancha seus conhecimentos, seu amor e seu carinho, gerações de técnicos administrativos, levas e levas de discentes, inumeráveis famílias que, tantas vezes, com sacrifício, apostaram no investimento que fizeram e fazem na Unochapecó. A Unochapecó é um tesouro que merece toda nossa afeição, dedicação e cuidado. Nasceu e cresceu democrática, de espírito aberto, plural, dialógica, comunitária até o âmago de sua alma. Basta ler seus projetos instituintes para constatar que a abertura, a pluralidade, o espírito democrático transborda no mais genuíno senso comunitário. Com certeza, as gerações mais provetas e as novas não pretendem abrir mão de tão alevantado legado. *Ad multos annos*, Unochapecó! Longa vida!

Ireno Antônio Berticelli

